



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA MÍDIA

BEATRIZ PIRES MADRUGA

VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISMO:
REFLEXOS DO PACTO DA BRANQUITUDE NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DO
JORNAL NACIONAL E DO REPÓRTER BRASIL

NATAL/RN

2024

BEATRIZ PIRES MADRUGA

VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISMO:
REFLEXOS DO PACTO DA BRANQUITUDE NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DO
JORNAL NACIONAL E DO REPÓRTER BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Mídia.

Linha de Pesquisa: Estudos da Mídia e Práticas Sociais

Orientadora: prof. Dra. Janaine Sibelle Freires Aires

NATAL/RN

2024

Madrugá, Beatriz Madrugá

M183v Violência policial e racismo: reflexos do pacto da branquitude na produção jornalística do jornal nacional e do repórter Brasil / Beatriz Pires Madrugá. Natal, 2024.
115 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Estudo da Mídia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2024.

Orientadora: Prof.a. Dr.a Janaine Sibelle Freires Aires

1. Jornalismo. 2. Produção jornalística. 3. Racismo. 4. Violência Policial.
I. Janaine Sibelle Freires Aires. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal.

CDU 659.3:323.14

BEATRIZ PIRES MADRUGA

VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISMO:
REFLEXOS DO PACTO DA BRANQUITUDE NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DO
JORNAL NACIONAL E DO REPÓRTER BRASIL

Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Estudos da Mídia.

Linha de Pesquisa: Estudos da Mídia e Práticas Sociais

Orientadora: Profa. Dra. Janaine Sibelle Freires Aires

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Janaine Sibelle Freires Aires (Orientadora)
Presidente - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Prof. Dr. Daniel Rodrigo Meirinho
Examinador interno - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Profa. Dra. Suzy dos Santos (UFRJ)
Examinadora externa - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

*Para mainha e painho, que tanto fizeram
para que eu pudesse trilhar, com força, convicção e
serenidade, os caminhos da educação.*

AGRADECIMENTOS

Lembro-me muito bem de ter ouvido algumas vezes durante o curso de mestrado, talvez até antes, relatos sobre o quanto o fazer científico pode ser solitário. De fato, me vi atravessada por este sentimento em alguns momentos deste percurso, especialmente nas madrugadas de escrita, quando as únicas companhias aparentes eram as dos livros e autores utilizados neste trabalho. Entretanto, ao passo que me recordo dos episódios de solidão e solitude, é impossível finalizar este percurso sem lembrar, com alegria, dos momentos em que o apoio dos que atravessaram essa jornada junto a mim tornou-se o principal combustível.

À mainha e painho, minha gratidão pelo apoio incondicional e pelo esforço em tornar todos os momentos da minha jornada educacional mais confortáveis e acolhedores. Como bem mencionei no meu trabalho final de graduação, cada uma das minhas conquistas só ganha sentido quando compartilhadas em nosso lar. À Guga, agradeço pelo companheirismo e pelo amor manifestados principalmente em sua disponibilidade desmedida para contribuir com a realização deste e de tantos outros sonhos meus. Aos meus amigos, expresso gratidão pela torcida contínua e pela escuta ativa nos momentos mais desafiadores.

Agradeço também aos professores do PPgEM, não apenas pela sua dedicação e compromisso em prol da garantia do ensino público, mas também por todos os momentos em que nos ouviram e nos aconselharam humanamente. Aos colegas de turma, agradeço pelos momentos de troca em que pudemos compartilhar aflições e unir forças para seguir firme. Em especial, agradeço à Ederson que, pela orientação em comum, tornou-se um grande amigo e parceiro de pesquisa.

Ainda com grande importância, agradeço à Janaine por sua orientação compreensiva e por sempre compartilhar conosco gargalhadas tranquilizadoras que tornaram este processo um tanto mais leve. Agradeço também a Daniel Meirinho, um dos grandes impulsionadores do meu fazer científico, e a Suzy dos Santos, a quem admiro profundamente, pela disponibilidade em contribuir com este trabalho nas bancas de qualificação e defesa. Estendo a mesma gratidão às professoras Alice Andrade, Aline Lucena e Manu Freitas, pela participação atenta nas bancas de SOD e qualificação.

À UFRN e a CAPES, agradeço pelo fomento à pesquisa e pela resistência em prol de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Nunca nem me ouviram, mesmo que eu gritasse,
 mas agora que eu virei estatística,
 "cês" vão usar meu nome e minha imagem
 "pa" pedir pelo fim da polícia
 E se eu morresse hoje, amanhã era notícia,
 mas quem eu era isso ia ser questionado
 E quê que eu fiz "pa" tomar três "tiro" no peito?
 Preto na rua de noite com certeza era algo errado!

Virei postagem na sua rede social,
 "cê" lamentou e escreveu sobre a repressão policial
 Sua hashtag foi o ponto final
 Dizia "Vidas Negras Importam",
 pra você isso foi diferencial
 É que é toda vez a mesma merda
 "cês" matam eu de carne "pa" fazer eu de pedra
 Movidos pelo tesão por tragédia
 agora morto eu tenho mais voz do que vivo,
 parece comédia!

Deixa minhas lembrança "p'os" meus
 Deixa minha mãe chorar minha morte,
 vê se não interfere!
 Que "cê" "num" entende porque um de nós morreu
 e o quanto dói ser invisível pela cor da sua pele
 Não fui criado "pa" agradar sua raça
 E "memo" assim 'cês lamentaram porque eu parti cedo
 Mas eu já te trombei em vida
 E mesmo sem ter feito nada
 "cê" mudou de calçada por medo

Não quero meu nome no seu protesto
 dentro da sua faculdade , onde é raro ver preto
 Nós não habitamos os mesmos lugares
 "Cê" falar que sente o mesmo que os meus não é normal
 E só lembrar que preto existe quando morre
 É aceitar que ou preso ou morto já é algo cultural.

“Luta por mim” - Jup do Bairro part. Mulambo

RESUMO

Esta dissertação foi desenvolvida com a proposta de analisar de que forma a branquitude se manifesta na cobertura noticiosa dos casos de violência policial contra pessoas negras ocorridos no Brasil. A hipótese que guia o estudo, entende que há uma isenção negligente por parte da produção jornalística dominada por profissionais brancos, que não assume, em sua cobertura, o racismo como um dos motivadores da atuação violenta da polícia, o que implica na negação do problema e impede o debate sobre a segurança pública em sua complexidade. Utilizando a Análise Televisual (Becker, 2005, 2012) como metodologia, analisamos os programas *Jornal Nacional*, da Rede Globo e *Repórter Brasil*, da TV Brasil, buscando diagnosticar a incidência do uso da palavra “racismo” na amostra de notícias levantadas em ambos os jornais, entre os anos de 2022 e 2023. Os resultados encontrados apontam para uma cobertura sem aprofundamento e, acima de tudo, omissa, uma das fortes características do pacto da branquitude. O que almejamos com a concretização deste estudo é levantar reflexões a respeito dos possíveis impactos da ausência do debate de raça na cobertura jornalística sobre violência policial para a manutenção da lógica que criminaliza a população negra e normaliza o seu sofrimento e a sua morte.

Palavras-chave: Produção Jornalística. Violência Policial. Racismo. Branquitude.

ABSTRACT

This master's thesis was developed with the aim of analyzing how the whiteness manifests itself in the news coverage of police violence cases against black people in Brazil. The hypothesis that guides the study, understands that there is a negligent exemption on the part of journalistic production dominated by white professionals, which does not assume, in its coverage, racism as one of the motivators of the violent acting from the police, which implies the denial of the problem and prevents debate about public safety in its complexity. Using Televisual Analysis (Becker, 2005, 2012) as methodology, we analyzed the news programs Rede Globo's Jornal Nacional and TV Brasil's Repórter Brasil, seeking to diagnose the incidence of the use of the word "racismo" in the sample of news collected in both news programs, between the years of 2022 and 2023. The results found point to coverage without depth and, above all, silent, one of the strong characteristics of the whiteness pact. What we aim to achieve with this study, is to raise thoughts about the possible impacts of the absence of the race debate in journalistic coverage about police violence to maintain the logic that criminalizes the black population and normalizes their suffering and death

Keywords: Journalistic Production. Police Violence. Racism. Whiteness

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	STF determina que Governo do Rio de Janeiro elabore um plano para reduzir a letalidade da polícia em comunidades.	81
Figura 2 -	Violência policial no Brasil: jovens pretos e pardos são os alvos.	82
Figura 3 -	William Bonner e Renata Vasconcellos, apresentadores do Jornal Nacional.	83
Figura 4 -	Maria Júlia Coutinho, primeira mulher negra a apresentar o Jornal Nacional.	84
Figura 5 -	Aline Midlej e Heraldo Pereira, primeira dupla de apresentadores negros o Jornal Nacional.	85
Figura 6 -	Aline Aguiar, primeira mulher negra a apresentar o JN usando tranças nagô.	85
Figura 7 -	Iara Balduino e Guilherme Portanova, atuais apresentadores do RB.	86
Figura 8 -	Atual estúdio do Jornal Nacional, inaugurado em 2017.	88
Figura 9 -	Cenário do Jornal Nacional.	89
Figura 10 -	Apresentação da previsão do tempo no JN.	90
Figura 11 -	Cenário do Repórter Brasil até meados de 2023.	91
Figura 12 -	Atual cenário do Repórter Brasil.	92
Figura 13 -	Nova bancada de entrevistas do Repórter Brasil.	93
Figura 14 -	Trecho de reportagem do Jornal Nacional sobre músico preso injustamente	95

- Figura 15 -** Trecho da reportagem do Repórter Brasil sobre a morte de Thiago Flausino 96
- Figura 16 -** Trecho da participação do Pe. Júlio Lancellotti no Repórter Brasil 100

LISTA DE QUADROS**Quadro 1 -** Notícias selecionadas para a análise

69

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional de Águas
AT	Análise Televisual
ATC	Análise Televisual Convergente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Código de Endereçamento Postal
CONDEGE	Colégio Nacional de Defensores Públicos Gerais
DPE-RJ	Defensoria Pública do Rio de Janeiro
EBC	Empresa Brasil de Comunicação
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JN	Jornal Nacional
MP	Medida Provisória
MVI	Mortes Violentas Intencionais
PM	Polícia Militar
PPgEM	Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
RB	Repórter Brasil
TV	Televisão
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 RACISMO À MODA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	18
2.1 Das estruturas às instituições: a discriminação racial em diferentes dimensões.....	18
2.2 O Brasil das desigualdades e da violência policial.....	24
2.3 Genocídio e necropolítica pelas mãos da polícia.....	27
2.4 Negro alvo: compreendendo o perfil interseccional das vítimas.....	33
3 MÍDIA E BRANQUITUDE.....	37
3.1 Televisão e jornalismo como operadores da realidade.....	40
3.2 O fazer jornalístico das emissoras públicas e privadas.....	44
3.3 Dos bastidores às telas: marcas da branquitude no jornalismo.....	48
3.4 Criminologia midiática e populismo penal midiático na cobertura televisiva sobre violência.....	53
4 PERCURSO METODOLÓGICO: EXPLORANDO A ANÁLISE TELEVISUAL.....	60
4.1 Telejornalismo e estudos culturais.....	61
4.2 Análise televisual.....	62
4.2.1 Categorias de análise quantitativa.....	64
4.2.2 Princípios de enunciação.....	65
5 VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISMO: O NEGRO TELEVISIONADO PELO JORNAL NACIONAL E PELO REPÓRTER BRASIL.....	67
5.1 Levantamento das notícias analisadas.....	67
5.2 Apresentação dos telejornais.....	73
5.2.1 Jornal Nacional.....	73
5.2.2 Repórter Brasil.....	75
5.3 Análise quantitativa.....	78
5.3.1 Estrutura do Texto.....	78
5.3.2 Temática.....	80
5.3.3 Enunciadores.....	82
5.3.4 Visualidade.....	87
5.3.5 Som.....	93
5.3.6 Edição.....	94
5.4 Análise qualitativa.....	96
5.4.1 Fragmentação.....	96
5.4.2 Dramatização.....	101
5.4.3 Definição de Identidades e Valores.....	102
5.5 Interpretação dos resultados.....	102
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
7 REFERÊNCIAS.....	109

1 INTRODUÇÃO

Os episódios criminosos e violentos corriqueiramente vistos nas ruas brasileiras e noticiados diariamente pela mídia em sua cobertura jornalística, não são cometidos somente pelas mãos daqueles apontados como “marginais” ou “vagabundos”. Na verdade, como explica French (2017), ainda é mais perturbadora no país a violência praticada pelos próprios oficiais da polícia, a quem é delegada a função de manter a paz e proteger a sociedade, enquanto representantes do Estado. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), 6.429 pessoas foram mortas no ano de 2022 em intervenções policiais. Este dado considera os casos em que há padrões abusivos e desprofissionalizados do uso da força, demonstrando a relevância da polícia entre os agentes sociais causadores de Mortes Violentas Intencionais (MVI).

Uma das questões centrais para compreender as dinâmicas da segurança pública¹ no Brasil em sua complexidade está relacionada ao perfil daqueles que mais se encontram na mira dos agentes: a população negra². Esta relação entre a atuação da polícia e a raça³ das vítimas fatais vem há muito sendo discutida e diagnosticada em números, ano após ano. A exemplo, ainda segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), 83% dos mortos pela polícia em 2022 no país eram negros e 76% tinham entre 12 e 29 anos. Assim, os jovens negros, predominantemente pobres e periféricos, seguem sendo os principais alvos da letalidade policial, refletindo o racismo consolidado na sociedade brasileira. Este, entre diversos outros dados apresentados pela pesquisa, comprovam que mesmo considerando os casos de confronto, há um uso desproporcional da força policial (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

Para Juliana Borges (2019), o próprio Estado brasileiro é o que formula e aplica tanto um discurso, como políticas, que posicionam os negros enquanto indivíduos para se nutrir

¹ Para Soares (2019), a segurança pública se define como a estabilização e a universalização de expectativas que sejam favoráveis em relação às interações sociais. Neste contexto, o foco dos policiais não seria, somente, os crimes, sua prevenção e a persecução criminal, mas também o estabelecimento de laços respeitosos e de confiança com a sociedade. Assim, o autor conclui que a ordem está mais ligada aos vínculos de respeito e confiança do que a força e repressão.

² Esta pesquisa faz uso da classificação de raça e cor definida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no qual a população negra do Brasil é composta pela soma das pessoas autodeclaradas como pretas e pardas.

³ Utiliza-se aqui a perspectiva de raça enquanto fator político "utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários" (Almeida, 2019, p.25).

medo e repressão, fazendo com que a sociedade passe a corroborar com a violência, prisões e genocídio. Neste contexto, as leis funcionam como verdadeiras armas para preservar privilégios e garantir a opressão, em que jamais se definem os direitos e os deveres concretos e compreensíveis para todos.

A complexidade da problemática apresentada e o modo como ela se manifesta de maneira determinante no cotidiano brasileiro, nos traz a compreensão de que a violência policial contra indivíduos racializados deve ser analisada e combatida a partir dos mais diversos equipamentos sociais, dentre eles, a mídia e, em especial, a produção jornalística. Tal percepção, motivadora desta pesquisa, parte de um olhar atento ao modo omissivo como as notícias a respeito destes casos são construídas, promovendo uma negação e/ou um silenciamento do racismo enquanto fator determinante das dinâmicas de segurança pública e motivador das mortes por violência policial.

Referindo-se à cobertura jornalística, recorte deste estudo, Serrano (2010) elucida que uma simples visita aos temas de maior presença na agenda nos últimos anos permite uma comprovação de que eles nunca são colocados de forma contextualizada, de modo que não são apresentados antecedentes que permitam a compreensão e avaliação destes de forma justa. Segundo o autor, "a dinâmica informativa, que rende culto ao imediato, produz nos públicos a sensação de ter entrado em um cinema com o filme começado. Os conflitos partem de antecedentes omitidos pela notícia quente" (Serrano, 2010, p. 38).

Buscando propor um enfrentamento a esta dinâmica, Beatriz Becker (2012) explica que a construção de reportagens contextualizadas acaba sendo um modo de resistência ao imediatismo que esvazia os valores simbólicos das notícias, representando, também um modo de aperfeiçoar o jornalismo em prol do seu desenvolvimento enquanto serviço público de formação e distribuição de informações sobre a experiência cotidiana da sociedade, em um contexto no qual as indústrias de informação e de entretenimento se confundem e o jornalismo não é mais a única maneira de estar por dentro da realidade.

A partir do problema apresentado, chegamos à principal questão levantada por esta pesquisa: Que informações são priorizadas nas notícias sobre os casos de violência policial contra pessoas negras? A hipótese que guia este estudo entende que há uma isenção negligente por parte da produção jornalística dominada pela *Branquitude*⁴ (Bento, 2002), que

⁴ "Um lugar de privilégio racial, econômico e político, no qual a racialidade, não nomeada como tal, carregada de valores, de experiências, de identificações afetivas, acaba por definir a sociedade" (Bento, 2022, p.7).

não contextualiza ou se compromete em apontar o racismo como um dos motivadores destes episódios, proporcionando não só uma negação das violências relacionadas à hierarquização racial, como também impedindo o debate sobre a segurança pública de modo efetivo e em sua complexidade. Neste estudo, a preocupação com a construção de narrativas que omitem o racismo se dá em concordância com a seguinte perspectiva de Cida Bento (2002):

Se tencionamos compreender um discurso, devemos perguntar sistematicamente o que ele "cala". O silêncio não é transparente. Ele é tão ambíguo quanto as palavras. Desta forma, a ideologia está em pleno funcionamento no que obrigatoriamente se silencia. Assim, quando destacamos que branquitude é território do silêncio, da negação, da interdição, da neutralidade, do medo, do privilégio, enfatizamos que trata-se de uma dimensão ideológica, no sentido mais pleno da ideologia: com sangue, calor, entusiasmo, veneração, porta-voz, emblemas, iconografia, com seus santos e seus heróis (Bento, 2002, p.167).

Com a explicitação do problema de pesquisa, pontuamos que o objetivo principal deste estudo é diagnosticar e comparar de que modo alguns dos principais telejornais brasileiros têm produzido notícias a respeito dos casos de violência policial contra pessoas negras. Com as respostas encontradas, buscamos abrir a compreensão de quais são os impactos e consequências da ausência do debate racial na construção das notícias para a manutenção da lógica que criminaliza a população negra e normaliza a sua morte.

A proposta aqui apresentada se justifica, principalmente, pelo papel decisivo que os jornais exercem na percepção e na subjetividade de sua audiência, tornando, deste modo, imprescindível o diálogo entre a prática jornalística e as questões sociais, para o estabelecimento de uma mídia democrática. Portanto, as reflexões levantadas por este estudo pretendem promover o debate conceitual e social sobre o entendimento da relação entre raça e violência policial, abrangendo especialmente o papel da mídia e da produção jornalística dentro deste processo.

Para atingir os objetivos explicitados, foram analisadas reportagens sobre casos de violência policial contra pessoas negras noticiadas pelo *Jornal Nacional* (TV Globo) e pelo *Repórter Brasil* (TV Brasil). A escolha por esses produtos se deu, principalmente, pela relevância que apresentam na grade de programação das emissoras na qual se encontram vinculadas e por sua exibição em horário noturno, considerado nobre pelo volume de audiência. Ainda é válido esclarecer que a seleção de um programa vinculado a uma emissora pública e outro a uma emissora privada, deu-se a partir do objetivo de realizar uma

comparação entre emissoras com fins distintos. Isto porque, adotando a perspectiva de Eugênio Bucci (2013), a comunicação pública é, em regra, financiada e realizada por agentes públicos e não comerciais, com o objetivo de tematizar tópicos de interesses comuns e relacionados aos direitos dos cidadãos. Este tipo de comunicação não visa o lucro e não se confunde com a indústria do entretenimento, estando subordinada ao direito à informação. Ao contrário, a comunicação de característica comercial, embora dependa de uma concessão pública para se concretizar, é realizada a partir dos interesses de setores privados, que, por sua vez, são interesses econômicos, políticos, religiosos e partidários.

A análise proposta foi realizada considerando as notícias exibidas entre o período de janeiro de 2022 a dezembro de 2023. A seleção da amostra foi feita através dos portais oficiais dos programas e seguindo critérios que serão explicados detalhadamente mais à frente. A partir dos parâmetros determinados, chegou-se à amostra de 15 notícias, sendo 7 delas transmitidas no *Jornal Nacional* (JN) e 8 no *Repórter Brasil* (RB).

Como metodologia de procedimento (Gomes, 2015), optamos pela *Análise Televisual* (AT) desenvolvida por Becker (2005, 2012). Esta abordagem abrange as 3 etapas necessárias para a execução deste estudo, sendo elas a descrição dos objetos analisados, as análises qualitativa e quantitativa dos conteúdos jornalísticos e a interpretação dos resultados. A escolha por esta metodologia se deu tanto pela preocupação da autora em possibilitar uma leitura crítica do texto audiovisual em sua complexidade, considerando o contexto em que é produzido, como pela possibilidade de realização de uma análise comparativa, quando há mais de um objeto de estudo de gêneros discursivos iguais, oferecendo assim um cruzamento de dados que proporciona respostas mais amplas frente a hipótese de pesquisa.

Ainda buscando uma análise complexa e global do processo comunicativo, que permita a consideração de elementos contextuais, esta pesquisa adota como sua metodologia de abordagem (Gomes, 2015) os Estudos Culturais⁵, levando em consideração o conceito de gênero televisivo enquanto categoria cultural e objetivando entender o funcionamento da televisão (TV) a partir da articulação das relações entre comunicação, cultura, política, sociedade e relações de poder (Gomes, 2011).

⁵ Segundo Junior e Gomes (2011), os Estudos Culturais, quando utilizados para analisar o universo da comunicação e da cultura midiática, partem de um modo específico de abordar os fenômenos sociais, a partir de uma concepção de cultura vista, ao mesmo tempo, como um espaço antropológico e sociológico, caracterizado por diálogos, disputas e tensões e também por relações de poder (hegemonia) e sua contrapartidas (contra-hegemonia).

Esta dissertação enquadra-se na área de concentração de Estudos da Mídia e Práticas Sociais, pois visa a compreensão da mídia enquanto uma estrutura de poder, que institui e organiza os processos da sociedade nos contextos socio-culturais incluídos no seu âmbito de repercussão. Nesta pesquisa, a mídia é enxergada como uma instância articuladora e estruturante de práticas sociais que se dão a partir da mediação de dispositivos sócio-técnicos.

Para atingir os resultados propostos, a fundamentação teórica foi estruturada em três capítulos. No primeiro deles, buscamos contextualizar o racismo brasileiro a partir de seu caráter histórico, conduzindo, em seguida, a discussão para a sua perpetuação na sociedade atual, especialmente a partir dos conceitos de Racismo Estrutural (Almeida, 2019) e Racismo Institucional (Sodré, 2023). Seguindo ao que nos interessa de forma prioritária, relacionamos o debate sobre segurança pública e violência policial às questões de raça, abordando conceitos como *necropolítica* (Mbembe, 2016) e *interseccionalidade* (Crenshaw, 2002), vislumbrando, a partir deste último conceito, uma discussão sobre o perfil das vítimas letais.

Já no segundo bloco de ideias, nos propomos a conectar o conhecimento construído na primeira seção, a respeito da relação entre raça e violência, ao recorte midiático. Mas antes, elaboramos uma discussão sobre o papel da televisão brasileira e do telejornalismo na construção da realidade, explorando também o *modus operandi* da produção jornalística nas emissoras públicas e comerciais. Neste capítulo, consideramos o conceito de *branquitude* (Bento, 2002) como ponto de partida para a apreensão do fazer jornalístico, especialmente nos conteúdos protagonizados pela população negra.

No terceiro capítulo, dissecamos de modo detalhado o percurso metodológico da pesquisa, iniciando com uma contextualização que situa o telejornalismo dentro dos estudos culturais e seguindo com a apresentação das categorias de análise quantitativa e qualitativa da *Análise Televisual* (Becker, 2012). Por sua vez, as seções seguintes dedicam-se não mais a pesquisa bibliográfica, mas a execução da análise em si, com a apresentação e a descrição dos programas jornalísticos analisados, emprego das categorias analíticas e, por fim, a interpretação dos resultados.

2 RACISMO À MODA BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A problematização proposta por este estudo exige, como passo inicial, uma contextualização histórica a respeito dos caminhos e eventos que fazem com que o Brasil, ainda nos dias atuais, tenha entre os mortos pela polícia (em 2022) uma parcela de mais de 80% de pessoas negras (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Por isso, este primeiro capítulo foi desenvolvido com o objetivo de realizar um resgate a respeito dos diversos processos e acontecimentos que culminaram no modo como se estabelecem as relações raciais no Brasil atual. Para tanto, buscando construir um debate que abranja este assunto de modo coerente com o seu nível de complexidade, abordamos o racismo a partir de dois conceitos: o racismo estrutural (Almeida, 2019) e o racismo institucional (Sodré, 2023).

Além disso, este capítulo ainda discute o papel da polícia e aborda uma série de questões relacionadas à segurança pública a partir do recorte racial, abordando conceitos como *necropolítica* e *interseccionalidade*. Em resumo, esta seção dedica-se à contextualização do racismo que se alastra em todo o território brasileiro e que fundamentará os debates que se sucederão nos capítulos seguintes.

2.1 Das estruturas às instituições: a discriminação racial em diferentes dimensões

A assimilação do Brasil dos dias atuais está atrelada, inevitavelmente, à compreensão dos diversos eventos que marcaram a história do país, especialmente aqueles que foram determinantes durante o período colonial – como a exploração do povo negro – e acabaram perpetuando-se após a proclamação da república.

Construindo uma breve linha do tempo desta história, é de suma importância iniciar resgatando o papel do negro escravizado, que foi indispensável para a fundação da história econômica brasileira, como explica Abdias do Nascimento (1977). Desde a sua "descoberta" pelos portugueses em 1.500, as terras foram exploradas a partir do simultâneo aparecimento do povo negro, que fertilizou o solo com suas lágrimas, seu sangue e seu suor.

Como elucidada Borges (2019), o corpo negro foi a primeira mercadoria do colonialismo no país, em um processo que se deu desde a esfera física de repressão até a estruturação da organização social e política. A respeito deste tipo de exploração, Bento (2022) relembra que

o tráfico de pessoas escravizadas foi o principal negócio do Brasil na primeira metade do século XIX e o negro, a partir da sua atuação nos diferentes ciclos econômicos (cana-de-açúcar, café e ouro), protagonizou o enriquecimento europeu e possibilitou a consolidação de uma classe dominante no Brasil. Não obstante, foi motor da economia não só na colônia, mas também na metrópole, com o início do capitalismo industrial.

Este processo de desenvolvimento econômico baseado na exploração de diversos povos se deu de modo tão violento e desumano, que suas consequências não findaram com a abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, e com a consequente destituição da monarquia. Assim, como relembra César Augusto Rossatto (2017), o fim da escravidão no Brasil não implicou na abolição da opressão dos povos afro-brasileiros, já que a riqueza construída pelos brancos às custas do trabalho dos povos não brancos não foi compartilhada e, embora "livres", os negros nunca receberam nenhum tipo de reparação ou recompensa material e monetária pelas centenas de anos de tortura.

Muniz Sodré (2023) explica que com a proclamação do regime republicano, em 1889, o Estado, antes representado pela casa-grande com senzala, passa a ser uma casa-grande sem senzala visível, assegurando assim a continuidade do ciclo patrimonialista de apropriação de riquezas e poder. Portanto, a transição da economia agropecuária para o capitalismo industrial, como explica o autor, deixou parcialmente intacta a condição servil do negro.

Sodré (2023) ainda relembra que, embora existisse a ideia de que a igualdade deveria se sobrepor aos privilégios sociais, como mencionado no primeiro Congresso Constituinte Republicano, com a negação do acesso à lavoura autônoma já estabelecido anteriormente aos escravizados⁶, o poder senhorial continuou em vigor, como uma herança de formas tradicionais de privilégio e mando, manifestado na figura do "coronel", que pode ser lido como uma junção da força armada ao poder fundiário, conservando assim aspectos da forma escravista. Sobre este ponto, o autor complementa que a

república abriu caminho para uma federação supostamente nova, que apenas consolidava os direitos das oligarquias estaduais. Conjugando pátria e patrimônio no tempo pretérito - portanto, acomodando o aparelho de Estado à oligarquia das famílias - a República já nasceu Velha (Sodré, 2023, p. 41).

⁶ A Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, determinou o fim da aquisição de terras devolutas por qualquer outro título que não fosse o de compra. Portanto, a Lei proibiu a apropriação das terras pelos escravizados, o que favoreceu aqueles que já eram grandes proprietários e contribuiu com a concentração fundiária. Ainda após a abolição da escravatura, os ex-escravizados não receberam nenhuma indenização ou reparação que pudesse proporcionar acesso a essas terras.

Somando-se a este debate, Borges (2019) reforça que o racismo também perpetuou-se a partir das teorias raciais nos períodos seguintes, atravessando o tempo e apresentando-se em outras configurações durante a história, estando, inclusive, nas relações sociais e nas instituições do Estado. A exemplo, Bento (2022) relembra o decreto de imigração⁷, assinado em 1890 pelo primeiro governo republicano brasileiro, com o objetivo de estimular a vinda de imigrantes para o país, subsidiando passagens e proteção durante os seis primeiros meses, desde que estes não fossem da África, da Ásia ou indígenas, e sim europeus.

A tentativa de miscigenar e de branquear a população do país para erradicar a negritude já é, por si só, uma desqualificação do conceito de Democracia Racial, amplamente defendido por teóricos como Gilberto Freyre⁸. Como explica Nascimento (1977), um dos grandes refutadores da ideia, a Democracia Racial admite uma suposta harmonia dentro da dinâmica da sociedade brasileira, no qual pretos e brancos não só convivem de forma harmoniosa, como também são providos de iguais oportunidades. Ao contrário, para o autor, a realidade dos afro-brasileiros é dotada de uma discriminação efetiva, em um cenário que, mesmo constituindo a maioria da população, os negros existem como uma minoria econômica, cultural e política. Sobre esta desigualdade, Nascimento (1977) ainda explica:

Se os negros vivem nas favelas porque não possuem meios para alugar ou comprar residência nas áreas habitáveis, por sua vez a falta de dinheiro resulta da discriminação no emprego. Se a falta de emprego é por causa de carência de preparo técnico e de instrução adequada, a falta desta aptidão se deve à ausência de recurso financeiro. Nesta teia o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação - no emprego, na escola - e trancadas as oportunidades que permitiriam a ele melhorar suas condições de vida, sua moradia inclusive (Nascimento, 1977, p.85).

Atravessando as questões relacionadas a ausência de direitos básicos, Sueli Carneiro (2023) explica que considerando a descartabilidade social que definiu a situação do negro no Brasil no período pós-abolição – descartabilidade esta fundada na crença de sua inaptidão para a sociedade disciplinar – a condição de incorrigível foi colocada como inerente a esta

⁷ Decreto nº 528 de 28 de junho de 1890. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/3888093/publicacao/15636460>

⁸ Segundo Freyre (2003), “a miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo teria se conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariada pelos efeitos sociais da miscigenação” (Freyre, 2003, p.33).

parcela da população, determinando maneiras de controle e punição e um estado de suspeição permanente. Operando como uma metáfora, a cor tornou-se uma espécie de prova que justifica a presunção de culpa, fazendo com que o poder sobre os corpos negros, como explica Borges (2019), passasse também a ser exercido na instância simbólica de representação, na qual o indivíduo racializado é sempre visto como violento. Por sua vez, este fator é responsável por alimentar o medo e as mortes simbólicas, seja pela aculturação, pelo epistemicídio, pelas torturas, pelo encarceramento e pelas mortes físicas.

Na tentativa de explicar as feridas dos processos de discriminação racial e o modo como o racismo encontra-se enraizado na sociedade brasileira, muito se tem utilizado, nos últimos anos, o termo "estrutural". Nesta concepção, difundida no Brasil especialmente por Silvio Almeida (2019), o racismo é sempre estrutural por ser integrante da organização econômica e política da sociedade, sendo uma manifestação "normal", ao invés de um fenômeno patológico. O autor ainda reforça que todas as expressões cotidianas do racismo partem de algo mais profundo, desenvolvido justamente nos setores político e econômico.

Ao discorrer sobre as diferentes manifestações deste tipo de discriminação, Almeida (2019) ainda conclui que, mesmo existindo uma concepção individualista, em que se acredita que não há sociedades ou instituições racistas, mas sim indivíduos racistas, e uma concepção institucional, no qual o racismo é resultado do funcionamento das instituições que conferem desvantagens e privilégios a partir da raça, as pessoas e as instituições são racistas porque a sociedade é racista. Portanto,

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção (Almeida, 2019, p.38).

É importante ressaltar que Almeida (2019) considera a concepção de racismo institucional como um grande avanço no que toca aos estudos das relações raciais, especialmente pelo fato de demonstrar que o racismo transcende a perspectiva da ação individual e, ainda, por destacar o poder como uma das características das relações raciais. Entretanto, ao relembrar que as instituições reproduzem as condições necessárias não só para o estabelecimento, mas também para a manutenção da ordem social, ele explica que

se é possível falar de um racismo institucional, significa que, de algum modo, a imposição de regras e padrões racistas por parte da instituição é de alguma maneira vinculada à ordem social que ela visa resguardar. Assim como a instituição tem sua atuação condicionada a uma estrutura social previamente existente - com todos os conflitos que lhe são próprios -, o racismo que esta instituição venha a expressar é também parte desta mesma estrutura (Almeida, 2019, p.36).

Portanto, na concepção do autor, as instituições são, nada mais nada menos, que a materialização de uma estrutura social que tem o racismo como uma de suas características.

Almeida (2019) ainda reforça que “o uso do termo estrutura não indica que o racismo seja uma condição incontornável e que ações políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devem ser pessoalmente responsabilizados” (Almeida, 2019, p.39). Na verdade, o que o autor busca enfatizar é que o racismo, na categoria de processo histórico e político, oferece condições para que grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.

Diferenciando-se da ideia de racismo estrutural, Muniz Sodré (2023) propõe a concepção de racismo institucional. Mesmo reconhecendo que as contribuições de Silvio Almeida sejam oportunas, principalmente por tornar didática a compreensão do racismo e especificar que este faz parte de um efeito de totalidade e não se trata de uma patologia, Sodré (2023) pontua que Almeida, em sua obra, desloca a mesma lógica explicativa da sociedade escravista para o racismo contemporâneo.

Isso porque, em sua concepção, enquanto na sociedade escravista o racismo se colocava como uma forma de poder declarada, "naturalizado" pela tríade “estigmatização, discriminação e segregação” e estruturalmente inscrito em leis e fatos normativos, na sociedade pós-abolicionista, o racismo passa a ser uma forma sistemática, ou seja, embora seja recorrente, ela não é outorgada pela unidade de um sistema ou de uma estrutura de discriminação baseada no imaginário de raça. Em outras palavras, o autor explica que as práticas continuam a reproduzir a lógica de subalternidade dos descendentes africanos, mas não fazem parte da estrutura econômica, política e jurídica como na sociedade escravista ou no regime de apartheid da África do Sul, por exemplo, no qual as representações do ser nacional elaborados pelo próprio Estado legitimavam, por lei, a segregação institucional dos indivíduos de pele escura.

Para Sodré (2023), é importante esclarecer, no caso brasileiro, que um efeito estrutural não é exatamente uma estrutura, mas sim elemento de uma *forma* que pode, em algum momento, revelar-se estruturante. Ele reforça que

há sem dúvida uma dimensão "estruturante" do fenômeno no tocante ao *sentido* da forma, que permeia as instituições e constitui subjetividades junto a amplas parcelas da sociedade nacional. É a dimensão predominante na esfera privada, com sistemáticos reflexos coletivos. Na esfera pública, existe incidência sistemática das práticas discriminatórias, embora não como uma estrutura formalizada, o que constitui um marcador diferencial do racismo brasileiro. Não é nenhuma estrutura que faz funcionar os mecanismos de discriminação. Sem dúvida alguma, essa palavra tem forte apelo político no ativismo afro, mas o "estrutural" não explica a complexidade do "arraigado" no sentimento racista (Sodré, 2023, p. 49).

Assim, em contrapartida a ideia de estrutura, Sodré (2023) propõe a concepção de *forma social escravista*, que, por sua vez, se difere da sociedade escravista por ter uma atuação que independe do estado, estando mais atrelada às instituições como religião, família e escola. Na referida forma social, o racismo não encontra-se legitimado através de legislação, ao contrário, existe uma legislação que enquadra o racismo como crime. Entretanto, ele continua se perpetuando através de "perversões institucionais orientadas por representações derivadas de uma reflexividade social específica" (Sodré, 2023, p. 73).

Oferecendo uma solução que considera mais adequada, Sodré (2023) considera o termo *paraestrutura*, a partir do entendimento que o prefixo grego *para* indica para um processo "ao lado" de um sistema identificável. Portanto, nas palavras do autor, "*paraestrutural* significa estar *fora da estrutura jurídico-política, mas dentro das vontades e das práticas*, na medida em que houver margem institucional ou então oportunidade social" (Sodré, 2023, p.50).

Buscando esclarecer o seu ponto de vista, o autor propõe o seguinte paralelo: "Há situações cruciais em que as peças mudam, mas o jogo continua. No caso do racismo pós-abolicionista, mudou o jogo (a estrutura), porém ficaram as peças imersas no imaginário escravista; isto é, nas imagens ambíguas de uma forma social hierárquica" (Sodré, 2023, p.50).

Em artigo desenvolvido para uma coluna do Nexo Jornal, Luiz Augusto Campos (2023) apresenta uma visão crítica a respeito das ideias desenvolvidas na obra *O facismo da cor* (2023). Isso porque, para o professor e sociólogo, os escritos de Muniz Sodré reconhecem que o racismo é estruturante nas relações sociais atuais, mas contesta o seu fundamento

estrutural. Sobre isso, Campos (2023) elenca três insuficiências principais nas ideias do autor. A primeira delas está no fato de Sodré (2023) assumir o racismo no Brasil como uma herança do passado, uma interpretação que, para Campos (2023), situa o racismo mais como um artefato do período escravocrata, do que como uma expressão orgânica da modernidade. A segunda insuficiência parte da suposição de Sodré (2023) de que as estruturas sociais só existem quando são formalizadas através de recursos jurídicos explícitos. Sobre este ponto, Campos (2023) compara: “se o conceito de estrutura de Silvio Almeida é amplo demais, a noção de estrutura mobilizada por Sodré é demasiadamente exígua” (Campos, 2023, *on-line*). A terceira e última insuficiência estaria na perspectiva de que, pela ausência de funcionamento dos sistemas sociais brasileiros, nosso racismo teria um funcionamento assistemático.

Campos (2023) conclui sua crítica elucidando que, embora a escravização não deva ser esquecida, o racismo contemporâneo possui fontes modernas e não se reproduz no tempo exclusivamente por uma inércia do passado. Ao contrário, o autor pontua que é justamente sua capacidade de reinvenção a principal explicação para a sua maléfica longevidade.

Mesmo buscando inicialmente, através desta fundamentação teórica, encontrar um lugar comum entre as perspectivas de Almeida (2019) e Sodré (2023), o modo incisivo como Sodré (2023) se posiciona em seu ensaio *O fascismo da cor* (2023), afirmando que não há, na sociedade brasileira atual, nenhuma estrutura que faça os mecanismos de discriminação funcionarem, nos traz a concepção de que seu posicionamento é baseado justamente na contraposição às ideias de Almeida (2019). Portanto, mesmo assumindo que as duas discussões são relevantes para o estudos sobre raça e, ainda, que nenhuma delas seria “mais correta” que a outra, optamos por adotar a perspectiva de racismo institucional nesta pesquisa, pelo simples fato de estarmos propondo um estudo sobre o racismo a partir de duas grandes instituições: a mídia e as forças de segurança pública.

2.2 O Brasil das desigualdades e da violência policial

A intensa violência que atinge o território brasileiro está diretamente atrelada à história do país e a sua posição subordinada dentro das relações econômicas internacionais, que fornecem grandes disparidades sociais e uma pobreza massiva (Wacquant, 1999). Para Camila Moreira Jesus (2017), com a negação de direitos básicos, resta à população negra a

marginalização, dentre outras alternativas precárias, para coexistir enquanto enfrenta dificuldades inexistentes para os brancos, cujo privilégio é norma.

Entretanto, para além desse contexto de injustiças, segundo Wacquant (1999), o Brasil apresenta uma certa peculiaridade em relação à criminalidade e à insegurança: estas acabam por ser agravadas, ao invés de atenuadas, pelas forças de ordem. Portanto, além de estar atrelada à marginalidade urbana, a violência no país também apresenta uma raiz baseada em uma cultura política profundamente marcada pelo autoritarismo, no qual a violência policial representa uma tradição de "controle dos miseráveis" através do uso da força, comportamento este que deriva da escravidão e dos conflitos agrários, ainda fortalecidos pela ditadura militar, apoiando-se em uma concepção hierárquica.

Por este motivo, para Luiz Eduardo Soares (2019), a desigualdade e o racismo são pontos decisivos para compreender a violência brutal que permeia o cotidiano brasileiro, seja aquela praticada pelo Estado ou mesmo a que atravessa a sociedade. Em concordância com esta perspectiva, Ramos [et al.] (2020) aponta que o racismo estrutura as políticas de policiamento e segurança pública e, justamente por isso, o debate sobre este assunto precisa estar centrado no debate racial.

Esta relação entre violência policial e o racismo apresenta uma série de paradoxos a serem desvendados. Ao buscá-los na literatura, French (2017) elenca três deles: (1) Paradoxo da opinião pública, (2) negro-sobre-negro e (3) de repúdio. O primeiro da lista foi identificado pela antropóloga Teresa Caldeira (2002), a partir do entendimento de que a violência policial contra suspeitos criminosos é apoiada por ricos e pobres e elite e trabalhadores, assim, ao aderir ao pensamento de que a polícia violenta é a solução para o crime, a classe trabalhadora também se expõe ao comportamento policial violento. O segundo paradoxo identifica que a Polícia Militar (PM) que se comporta de maneira racista e viola a população, é a mesma que é amplamente composta por homens negros. Portanto, policiais negros atacam cidadãos negros. Já o terceiro atenta para a crítica que os próprios oficiais do governo tecem a Polícia Militar, fazendo com que estes neguem sua responsabilidade ao estigmatizar a polícia por motivos raciais, sendo estes dois últimos paradoxos identificados por Ramos e Musumeci (2005).

A problemática que remonta a um cenário de extrema desigualdade, se torna ainda mais complexa quando estendemos o olhar aos demais intérpretes da lei. Como explica Bento (2022), advogados, juízes, defensores públicos e outros, majoritariamente brancos, podem, em seu ofício, reproduzir um regime racial de "produção da verdade" que acabe por favorecer

a criação de provas e uma atuação da polícia voltada para a ampliação do poder penal e ao encarceramento em massa daqueles considerados "suspeitos". Por sua vez, a predominância de perfis brancos e masculinos apresenta uma dimensão simbólica da herança do racismo, fazendo com que estes estejam sempre bem representados nos meios de comunicação e, deste modo, favorecendo sua permanência em lugares considerados de prestígio, o que, por consequência, naturaliza outros grupos em posições de subordinação.

Também referindo-se a burocracia judiciária, Wacquant (1999) aponta que os indiciados de cor acabam sendo alvo de uma maior vigilância policial e tendo mais dificuldade de acesso ao auxílio jurídico, chegando a ser punidos com penas mais severas que os seus comparsas brancos, mesmo quando se trata do mesmo crime. Uma vez detentos, estes indivíduos são expostos a violências ainda mais graves, em um sistema penitenciário sobrecarregado e superlotado, com condições de higiene precárias, falta de alimentação, espaço, luz e ar e falta de cuidados relacionados à saúde, sendo este último fator um acelerador de doenças entre as classes populares. Além das condições precárias, estes ainda são alvo da violência diária das autoridades, torturas institucionalizadas e mortes em massa por ocasião das rebeliões motivadas, justamente, por este cenário desumano.

Segundo Ramos [et al.] (2022), o próprio judiciário acaba por proteger e permitir a distribuição da morte como política de Estado, "agindo de forma central no derramamento de sangue das políticas de segurança pública no Brasil" (Ramos [et al.], 2022, p.8). Especialmente os juízes e os promotores, representados majoritariamente por homens brancos e oriundos de famílias ricas, têm se manifestado como peças relevantes na continuidade da "máquina de morte estatal", operando em prol da garantia do pacto da branquitude, da manutenção de seus privilégios e da criminalização da população negra e de suas possibilidades de existir e de produzir. Para a autora, o modo como esse sistema se configura envolve política, poder, dinheiro e corrupção, o que implica na necessidade desafiadora de se controlar e reduzir as forças policiais, assim como mudar o sistema de justiça criminal. Segundo a autora, esta lógica sem sentido acaba sendo, ainda, um disfarce dos mecanismos de corrupção que facilitam a atuação de grupos de extermínio, milícias e segurança privada.

As marcas do racismo na atuação dos agentes de segurança são tão intensas que ultrapassam o trabalho humano e se estendem às tecnologias de apoio, como reconhecimento facial. Segundo Santos (2022), há quem justifique o uso de ferramentas como esta utilizando o argumento de que o modelo matemático dos algoritmos são neutros e objetivos e, por este

motivo, não se pode falar em racismo. Entretanto, o autor explica que "afirmar que decisões tomadas a partir de resultados entregues por sistemas informacionais são seguras, pois se trata “apenas de matemática”, é temeroso, para dizer o mínimo" (Santos, 2022, p.38). Isso porque, as taxas de erro nos sistemas de reconhecimento facial têm se mostrado consideravelmente maiores em pessoas não brancas. Além disso, quando usadas para fins de policiamento, esta tecnologia tende a intensificar as tensões sócio-raciais, visto que são implantadas especialmente em territórios de maioria negra.

Segundo o autor,

os algoritmos que norteiam a atuação dos programas de IA utilizados para fins de vigilância possuem grandes dificuldades em fazer distinções de raça e gênero, além de serem utilizados especialmente para vigiar comunidades ocupadas por pessoas não brancas. Sendo assim, a implementação ou não de softwares que utilizam IA pelas instituições de controle social (polícias, escolas, hospitais, etc.), assume especial relevância para os estudos em criminologia, uma vez que detém um grande potencial de ampliar os poderes do Estado e da iniciativa privada no vigilantismo. Há, dessa forma, uma relação bastante antiga e imbricada entre racismo e tecnologias de controle (Santos, 2022, p.40).

A aplicação de estratégias de controle de segurança que fomentam o genocídio da população negra representa, segundo Bento (2022), uma política de morte que ataca a democracia brasileira e o Estado democrático de direito. Por sua vez, a autora defende que ampliar a compreensão a respeito das desigualdades raciais no contexto das organizações do Judiciário, assim como tornar mais plural o perfil daqueles responsáveis por operar o direito, são passos que podem contribuir para que a justiça racial seja efetivada.

Na perspectiva de Soares (2019), enquanto a violação de direitos humanos for justificada em nome da luta contra o crime, colheremos mais crime e violência e menos eficiência policial, menos legitimidade das instituições e menos confiança na Justiça e na Política. Para o autor, ainda que a violência brasileira parta das relações de desigualdade, o combate à brutalidade letal não pode ocorrer apenas no momento em que o Brasil se torne menos injusto. Isso porque, o mínimo de efetividade no combate, em especial, do crime contra a pessoa, representa uma maior chance de prosperidade para a luta contra opressão de classe, racismo e injustiça, considerando que neste cenário a população mais vulnerável se sentirá mais livre, confiante e estimulada a participar e se organizar.

2.3 Genocídio e necropolítica pelas mãos da polícia

Quando se fala em contextos democráticos, a meta da instituição policial deve ser, acima de tudo e independente das atribuições específicas, garantir os direitos dos cidadãos. Entretanto, no Brasil, os objetivos das forças de segurança têm sido, na prática, o sustento da segurança do Estado, o encarceramento de jovens negros e pobres para atender as cobranças pela produtividade policial, e o estabelecimento de uma "guerra" contra os suspeitos de envolvimento em episódios criminosos e a criminalização de movimentos sociais (Soares, 2019).

Tal concepção pode ser ilustrada de modo bastante prático, como relembra Soares (2019), em determinados momentos da história brasileira, ainda após a promulgação da Constituição de 1988, em que a liberação do comportamento letal da polícia foi mais comum, pelo menos no Rio de Janeiro, que o próprio veto à prática violenta. A exemplo, entre 1995 e 1998, no governo Marcello Alencar (PSDB), quando a secretaria de segurança era representada pelo general Cerqueira, os atos de "bravura", geralmente correspondente a execuções, eram premiados com ganhos que suplementavam e eram incorporados aos salários da polícia. Assim, além das execuções não serem repreendidas, elas eram exaltadas e premiadas, através de uma medida que recebeu o apelido de "gratificação faroeste".

A análise sobre o comportamento violento das forças de segurança ganha maior complexidade quando encarada a partir de um recorte de raça. Segundo Ramos [et al.] (2020), o racismo, além de enterrar corpos pretos diariamente, ensina a polícia que o alvo da bala tem cor. Para a autora, esta é apenas uma das tecnologias de morte utilizadas pela "máquina de moer negros" representada pelo Estado, no qual indivíduos pretos e pardos são enxergados como excedentes e podem morrer em prol da política de branqueamento brasileira.

Como consequência deste *modus operandi*, surge uma intensa perseguição de jovens negros de bairros pobres e a estigmatização das áreas periféricas, que passam a ser classificadas como perigosas - um comportamento que não se repete nas zonas mais abastadas - portanto, a conduta policial relaciona-se diretamente ao CEP. Neste cenário, os pobres são alvo de gritos, ameaças, palavrões e desrespeito, a partir de um repertório de violências tanto físicas, como simbólicas. Ramos [et al.] (2020) explica que

as revistas em suspeitos muitas vezes são acompanhadas de tapas no rosto e palavrões seguidos de ameaças. É comum os revistados serem agredidos fisicamente enquanto estão de costas, com o rosto na parede e pernas bem abertas. Em casos recorrentes, policiais tiram fotos dos revistados e enviam a imagem através de aplicativos de mensagens para grupos de policiais: "Reconhecem esse suspeito?".

As mesmas fotos também são exibidas para vítimas ainda sob trauma após delitos e que precisam responder rapidamente se aquela foto no celular é correspondente àquele que o(a) vitimou. Dessas abordagens que se repetem às centenas ou milhares em cada estado resultam as prisões em flagrante – muitas delas injustas. Às vezes, durante esses “tribunais do zap”, abordagens resultam em mortes. Há relatos em que a execução do suspeito é realizada na mesma noite em que houve consulta aos colegas pelo aplicativo de mensagens (Ramos [et al.], 2020, p. 10) .

Tal relato vai ao encontro da concepção de Queiroz (2020), de que a própria política de segurança urbana se apresenta como uma das características da bionecropolítica em seu modo brasileiro. Para a autora,

Contra o inimigo interno, há uma serialização de discursos engatilhados no estigma: a negritude, a pobreza, a associação com o tráfico, uso de drogas e a hipersexualização. São feitas inúmeras relações causais, cujas raízes podemos encontrar no racismo científico, que associam a criminalidade a questões morais, genéticas, territoriais, que levam à cisão entre uns e Outros (Queiroz, 2020, p.56).

No que diz respeito a violência letal, é válido ressaltar, ainda segundo Ramos [et al.] (2020), que os policiais são submetidos a um processo de treinamento que indica que a morte de um opositor, suspeito ou criminoso confirmado é uma decisão que deve ser tomada como último recurso da escala do uso da força. Mas ao contrário, o que se vê na prática e de modo corriqueiro são as abordagens em que a polícia chega atirando, especialmente nas favelas e bairros periféricos, utilizando inicialmente o recurso que deveria ser o último, seguindo a lógica do "atira primeiro e pergunta depois". Para a autora, casos assim ocorrem pelo simples fato de que os moradores desses locais são predominantemente negros e pobres e, por sua vez, os agentes de segurança, independente de serem negros ou brancos, acabam assumindo a doutrina que rege as corporações e "vestem a cor da farda" enquanto fazem o policiamento, baseado na suspeita e na criminalização de certos sujeitos.

Esta perseguição da juventude negra a qual Ramos [et al.] (2020) se refere, está intrinsecamente ligada à dinâmica das polícias militares e ao fato de que estas são proibidas de realizar investigações, como determina o artigo 144 da Constituição. Esta limitação, como explica Soares (2019), somada à pressão e cobrança por produtividade que esta polícia sofre por ser a mais numerosa e de maior presença nas ruas do país durante 24h por dia, resulta no entendimento de que produzir é prender. Portanto, pressionar a PM a produzir equivale a cobrar resultados que são interpretados não a partir da redução da violência e da redução dos problemas, mas a partir de uma atuação em busca de prisões em flagrante.

Um outro fator indispensável para a compreensão do comportamento violento da Polícia Militar está na determinação de que estas são forças auxiliares do exército. Nas palavras de Soares (2019):

Segundo a constituição, as polícias militares (PMs) são forças auxiliares e reserva do Exército (Artigo 144, parágrafo 6º), e sua identidade tem expressão institucional por intermédio do Decreto n. 88.777, de 30 de setembro de 1983, do Decreto-lei n. 667, de 2 de julho de 1969, modificado pelo Decreto-lei n.1.406, de 24 de junho de 1975, e do Decreto-lei n. 2.010, de 12 de janeiro de 1983. Isso significa que o Exército é responsável pelo "controle e pela coordenação" das polícias militares, enquanto as secretarias de Segurança dos estados têm autoridade sobre sua "orientação e seu planejamento". Em outras palavras, os comandantes gerais das PMs devem reportar-se a dois senhores (Soares, 2019, p.31).

Assim, o interior de cada Polícia Militar, em cada estado da federação, convive com duas cadeias de comando e duas estruturas organizacionais. Uma delas vincula a hierarquia que liga as praças aos oficiais, ao comandante geral da PM, ao secretário de Segurança e ao governador, e uma outra que liga o comandante geral da PM ao comandante do Exército, ao ministro da Defesa e ao presidente da República. Nesta dinâmica, apesar da autoridade estadual que atua na "orientação e planejamento", a principal cadeia de comando é aquela que subordina os PMs ao Exército (Soares, 2019).

O principal problema reside no fato de que a missão das polícias dentro do Estado democrático de direito, como explica Soares (2019), diferencia-se inteiramente da missão incubida ao Exército. Para cumprir sua função de defender o território e a soberania nacionais, o Exército precisa se organizar a fim de executar o "pronto emprego", ou seja, mobilizar grandes contingentes humanos e equipamentos com máxima presteza, manter-se alerta para ações de defesa e, ainda, fazer guerra. Com função distinta, o dever das polícias é prover a segurança dos cidadãos, de modo a garantir o cumprimento das Leis e proteger seus direitos e suas liberdades contra eventuais transgressões, por meios pacíficos ou por uso comedido da força, associados à observância dos direitos humanos. Vale ressaltar, ainda segundo o autor, que os confrontos armados que exigem pronto emprego representam uma pequena parcela no repertório de atividades dos PMs, por isso, torna-se sem sentido estruturar toda a organização para a execução de uma atividade que representa uma pequena parcela dentre suas funções.

É baseado neste contexto que nasce o debate a respeito da necessidade de uma reforma estrutural das instituições, abrangendo a alteração do artigo 144 da Constituição, que

estabelece o desenho da arquitetura institucional da segurança pública, incluindo o modelo policial e a distribuição de funções entre a União, os estados e municípios. Para Soares (2019), qualquer projeto consequente de reforma das PMs que vise transformar a metodologia de gestão e racionalizar o sistema operacional para que este seja menos reativo e mais preventivo, precisa iniciar com a desmilitarização e com o rompimento do cordão umbilical com o exército. Neste cenário, a desmilitarização implica em libertar a polícia da obrigação de se assemelhar a centralização organizacional do Exército, fazendo com que esta assuma as especificidades de sua função que seria, lembrando, promover com equidade e dentro das suas limitações a garantia dos direitos dos cidadãos e cidadãs.

Para Rondelli (1998), matar de forma indiscriminada os que traficam, assaltam, sequestram ou, ainda, aqueles que são apenas suspeitos, não apenas confirma a incapacidade do Estado e das políticas de segurança de gerenciarem o problema, como também expõe uma face autoritária desse Estado que, embora se posicione como de direito, ainda se encontra marcado pelo hábito ditatorial que deixou sequelas, especialmente, nos equipamentos policiais.

Quando analisamos este contexto a partir de um recorte racial, a violência centrada em grupos subalternizados aponta diretamente para o conceito de *necropolítica*, cunhado por Achille Mbembe (2003). Segundo o autor, a expressão máxima da soberania reside na capacidade de ditar quem deve morrer e quem tem a permissão para viver, assim, ser soberano significa exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como forma de manifestar poder. Em seus escritos, o autor faz referência direta ao conceito de *biopoder*⁹ de Foucault, mas se diferencia ao questionar: “sob quais condições práticas se exerce o poder de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação que opõe essa pessoa a seu ou sua assassino/a?” (Mbembe, 2003, p.6).

Mbembe (2003) ainda defende que a percepção da existência do outro como um atentado a “minha” vida ou como um perigo absoluto, no qual a eliminação biofísica deste reforçaria a “minha” segurança, é um dos diversos imaginários da soberania característica da primeira e da última modernidade.

⁹ Baseando-se nas formulações de Foucault, Mbembe (2003) explica que o “biopoder parece funcionar mediante a divisão entre as pessoas que devem viver e as que devem morrer”. (Mbembe, 2003, p.17)

Ramos [et al.] (2022) explica que há uma barreira física e bastante concreta que permite a divisão da sociedade entre as pessoas que podem todas as coisas - e que contam, inclusive, com proteção judicial e o silêncio da mídia a respeito de seus crimes - e todas as outras, que estão sempre a um passo do cárcere pelo simples fato de caminhar a noite pelo seu bairro, ou até mesmo da cova, apenas por carregar uma bíblia, um guarda-chuva, ou qualquer objeto que possa ser "confundido" com uma arma. Enquanto isso acontece, os moradores dos condomínios de classe média, cercados de segurança privada, ignoram o fato de que os mesmos policiais que lhes tratam com civilidade na entrada do seu bairro, são aqueles que produzem a morte do outro lado da cidade.

Para Carneiro (2023), é o dispositivo de racialidade¹⁰ que instaura uma divisão ontológica, a partir do entendimento de que o ser das pessoas brancas se dá a partir da negação do ser das pessoas negras. Em outras palavras, o *status* de superioridade do "Eu hegemônico", branco, é estabelecido a partir da contraposição com o "Outro", negro. Este dispositivo de racialidade conquista uma dimensão específica ao operar em concordância com o *biopoder* e por ele ser instrumentalizado. Ao combinar-se com o racismo, o *biopoder* acaba promovendo a vida da raça considerada mais sadia e mais pura, ao passo que promove a morte daquela raça considerada inferior. Aos sobreviventes, o dispositivo de racialidade reserva outras estratégias de assujeitamento, como, por exemplo, o epistemicídio¹¹.

Ainda para a autora, o exercício do direito de matar se dá a partir da intervenção do racismo inserido nos mecanismos internos do Estado justamente pela emergência do *biopoder*. Neste contexto, o racismo fragmenta o campo biológico dominado pelo poder e o divide conforme as "raças", para então, deste modo, introduzir o corte entre quem deve viver e quem deve morrer. Por sua vez, a discriminação racial é indispensável para que o *biopoder* venha a tirar a vida de dois modos: tanto pelo assassinato direto, como pelo indireto, que

¹⁰ Inspirada no conceito de *dispositivo* de Michel Foucault, Sueli Carneiro (2023) elabora que há a existência de "um dispositivo de racialidade operando na sociedade brasileira de tal modo que, pela articulação de múltiplos elementos, configura a racialidade como um domínio que produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades" (Carneiro, 2023, p.12).

¹¹ Segundo Sueli Carneiro (2023), "para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, o epistemicídio implica um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso à educação, sobretudo a de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e pelo rebaixamento da sua capacidade cognitiva; pela carência material e/ou pelo comprometimento da sua autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes (Carneiro, 2023, p.83).

acontece quando ele expõe à morte, quando multiplica os riscos de morte e, ainda, quando promove a morte política destes indivíduos considerados racialmente inferiores.

Para Almeida (2019), a construção daquele que deve ser eliminado, o inimigo, se dá não apenas pelas políticas estatais de segurança pública, como também através dos meios de comunicação de massa e programas televisivos, que possuem o papel de constituir uma subjetividade adaptada ao cenário necropolítico no qual o medo impera. Assim, a necropolítica acaba por justificar a morte em nome de possíveis riscos à economia e à segurança pública, materializando a lógica da colônia na gestão dos Estados, especialmente em países localizados na periferia do capitalismo e com resquícios das práticas coloniais.

A partir de seus estudos sobre o perfil das vítimas de violência policial, Ramos [et al.] (2022) conclui que o racismo brasileiro é escandaloso e desfila com orgulho e sem crueldade. Por sua vez, a polícia é o núcleo duro desse racismo que mata não só por negligência e incompetência, mas também com tiro de bala. A autora acredita que o fim deste problema se fará com o controle das violências, incluindo as não letais, e todas as redes de corrupção policial, assim como minando a branquitude que encontra-se à frente do sistema de justiça criminal e tem interesse na continuidade das políticas de segurança atuais.

2.4 Negro alvo: compreendendo o perfil interseccional das vítimas

Como documentado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), o perfil das vítimas de violência policial continua a apresentar uniformidade ano após ano. Dentre os mortos pela polícia em 2022, destacam-se uma maioria de jovens (entre 12 e 29 anos) negros, predominantemente pobres e periféricos. O modo como estas categorias - gênero, raça e classe social - se entrelaçam desperta a necessidade de um olhar interseccional a respeito das especificidades das vítimas.

Considerando esta necessidade, faz-se pertinente abordar a perspectiva de Roleta Interseccional (Carrera, 2020) enquanto um recurso bastante didático para a compreensão das avenidas de opressão que atravessam estes indivíduos. Carrera (2020) propõe, a partir da metáfora das cores, que se atribuímos, por exemplo, a cor primária azul como matéria do racismo e a cor amarela ao sexismo, mulheres negras poderiam ser representadas não como metade azul e metade amarelo, mas através da cor verde, ou seja, uma mistura das duas cores primárias. Partindo desta linha de raciocínio, a autora explica que,

ao pensar na ampla gama de cores para cada cruzamento de eixos de opressão, é possível entender a complexidade da formação dos sujeitos subalternizados: embora constituídos pela combinação de duas ou mais “cores de opressão”, estes sujeitos formam uma cor particular, com demandas únicas e experiências singulares (Carrera, 2020, p.11).

Embora os operadores analíticos do percurso metodológico proposto por Carrera (2020) não tenham sido aplicados à presente pesquisa, entendemos que a abordagem da roleta também se faz útil para que seja mantido um olhar atento a respeito das marcas das avenidas de opressão nos processos de comunicação aqui analisados. Assim, consideramos a roleta para destacar que gênero, raça, classe e faixa etária são os eixos fundamentais para que as subjetividades dos indivíduos analisados por esta pesquisa, vítimas recorrentes da violência policial, sejam compreendidas.

No que se refere ao conceito de interseccionalidade, Kimberlé Crenshaw (2002), estudiosa norte-americana responsável por cunhar o termo, explica que esta ferramenta busca apreender as consequências estruturais e dinâmicas da interação de dois ou mais eixos de subordinação. Portanto, a autora oferece um tratamento específico a respeito da forma pelo qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outras discriminações resultam em desigualdades básicas que estruturam as posições relativas. Em outras palavras, os mencionados sistemas se cruzam e se sobrepõem, criando intersecções complexas, no qual dois ou mais eixos se entrecruzam. Para a autora, um conjunto de violações aos direitos humanos fica obscurecido quando não se considera as vulnerabilidades de mulheres marginalizadas e, ainda, de homens marginalizados, de modo interseccional.

Ainda é válido ressaltar que, embora a interseccionalidade tenha sido cunhada a partir de necessidades diagnosticadas dentro do movimento feminista negro, incorporar questões de gênero no contexto da análise do racismo atende não somente ao entendimento da discriminação racial contra as mulheres, mas acaba também por permitir uma compreensão mais profunda das formas específicas pelas quais o gênero caracteriza a discriminação racial enfrentada pelos homens (Crenshaw, 2002).

Esta percepção torna-se ainda mais nítida a partir de Carla Akotirene (2019), quando destaca a importância da interseccionalidade nos sistemas de justiça ao afirmar que, caso queira assegurar o direito fundamental de todos serem tratados igualmente perante a lei e combater, de fato, as discriminações que impedem o exercício das liberdades, os instrumentos

protetivos brasileiros necessitam avaliar as performances racistas e sexistas de seus expedientes a partir da abordagem interseccional.

Utilizando um exemplo que vai de encontro a alguns dos temas abordados por esta pesquisa, Akotirene (2019) considera que a experiência de gênero racializada: “leva adolescentes a serem tratados como homens negros, com responsabilidades precoces de classe, que deram margens aos atos infracionais, às sentenças definidas e às discriminações que fluem em atenção às identidades interseccionais” (Akotirene, 2019, p. 39). Portanto, na concepção da autora, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) precisa aprofundar-se na compreensão de que nem todo menor de idade é enxergado pela justiça como um adolescente, considerando que as experiências geracionais diferenciadas pelo racismo transformam os brancos em adolescentes e os negros em menores, especialmente nas sentenças das medidas socioeducativas.

Tal perspectiva também se faz presente na obra de Lélia Gonzalez (1988)¹², que mesmo antes do termo ter sido cunhado por Crenshaw, levantou discussões sobre o assunto em sua obra. Em seus escritos, Gonzalez destacou que a combinação das categorias raça e gênero gera uma atribuição de papéis estereotipados não apenas para as mulheres, mas também para os homens negros. Esta imposição de funções torna-se bastante clara quando Gonzalez (1988) afirma que além de sobreviverem na base de prestação de serviços domésticos às famílias das classes média e alta, as mulheres negras ainda precisam segurar, sozinhas, a barra familiar, pelo fato dos seus irmãos e filhos estarem sendo objeto da perseguição, repressão e violência policial sistemática.

A partir desta noção de interseccionalidade, posicionamos que consideramos o gênero e a raça interseccionadas a uma classe social ligada à pobreza e a miséria como marcadores essenciais para a compreensão do tratamento que coloca jovens racializados na posição de vítimas fatais. Sobre este ponto, Wacquant (1999) elucida que, uma vez desassistida pelas redes de proteção social, a juventude dos bairros pobres, alvo de desemprego e subemprego, continua a buscar modos de sobrevivência e de honra ao código masculino, já que não consegue fugir da miséria cotidiana. Para o autor, o desenvolvimento de um Estado penal que

¹² Além de Lélia Gonzalez, outras pensadoras negras brasileiras como Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento abordaram, em sua obra, perspectivas que levaram em consideração mais de um marcador social, antes que o termo fosse cunhado pela intelectual Kimberlé Crenshaw, em 1989.

busca responder às desordens econômicas, ampliando a intensidade de intervenção da polícia e do judiciário, equivale a instituir uma ditadura aos pobres.

Somando-se a este debate, Coimbra (2001) reforça que é justamente o capital quem produz a miséria, no qual ele depende para existir e gozar benefícios, garantindo privilégios para as elites. Dentro deste processo, a exclusão se dá de diversas maneiras, inclusive espacialmente, produzindo, em diversos centros urbanos, a existência de duas cidades: os "territórios da pobreza" e as "zonas nobres".

Por sua vez, os territórios de pobreza, não valorizados pelo mercado imobiliário, são uma ameaça para as camadas mais favorecidas. Nestes espaços, segundo o discurso hegemônico, germinam a violência, o crime e o banditismo. Tal ordenação do espaço urbano acaba por segregar as classes subalternizadas, reforçando o imaginário de que com elas estão a violência, as ameaças e as doenças, e, ainda, motivando um ataque ao espaço onde a sociabilidade dessas classes se consolida: a rua. Assim, como explica Coimbra (2001), os discursos que defendem o uso da força e os tratamentos degradantes, como linchamento e pena de morte, acabam se tornando naturais nos centros urbanos e, enquanto manifesta-se a exaltação da casa e da vida privada como um lugar de refúgio e de proteção às ameaças externas, o que situa questões geográficas e de moradia como mais um fator a ser considerado na análise interseccional das vítimas.

Em resposta à problemática apresentada, Wacquant (1999) conclui que, ao invés de adotar medidas de limpeza social e de aprisionamento dos pobres, urge no Brasil a necessidade de uma luta contra a desigualdade e a pobreza, e contra a insegurança social, sendo esta última responsável por normatizar uma economia informal de predação que acaba por alimentar, ainda mais, a violência.

3 MÍDIA E BRANQUITUDE

Como anteriormente mencionado, esta pesquisa propõe um estudo do fazer jornalístico, em especial do processo de produção das notícias, a partir da ideia de *Branquitude* (Bento, 2002). A escolha por abordar a concepção de pacto narcísico como conceito chave para a análise das notícias selecionadas se deu pelo interesse em investigar os traços de isenção e omissão nas notícias sobre os casos de violência policial contra pessoas negras.

Como relembra Munanga (2017), enquanto a ideia de *negritude* começou a ser construída desde o fim do século XIX pelo movimento Pan-africano, transformando-se em Movimento Intelectual e Político Negro na década de 1930 e, assim, originando uma abundante produção intelectual, pouco se escreveu sobre *Branquitude* na literatura brasileira, "como se a consciência de ser branco não existisse no Brasil por causa da mestiçagem" (Munanga, 2017, p.10). Ainda segundo o autor, a quebra do silêncio a respeito deste assunto na literatura nacional e a consideração da *Branquitude* enquanto uma categoria de análise do racismo no país aconteceu, inicialmente, a partir dos trabalhos de autores como Alberto Guerreiro Ramos e Abdias do Nascimento. Entretanto, a temática ganhou uma análise mais clara a partir da pesquisa da intelectual negra Cida Bento, amplamente utilizada como referência neste trabalho.

Buscando entender de que maneira e em que proporção o tema tem sido discutido atualmente dentro da academia e nos programas de pós-graduação do país, foi realizada uma Análise Bibliométrica¹³ que partiu, inicialmente, da busca pelo termo "branquitude" no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A pesquisa teve como resultado 250 trabalhos publicados entre os anos de 2000 e 2023, com uma concentração significativamente maior entre 2018 e 2022, dos quais aproximadamente 71% são dissertações de mestrado e 27% teses de doutorado.

No que se refere a grande área do conhecimento, 136 dos 250 trabalhos encontram-se concentrados nas Ciências Humanas, seguido, em volume consideravelmente inferior, pela área das Ciências Sociais Aplicadas, com apenas 35 trabalhos. Em seguida, utilizando a área da Comunicação como filtro de busca para afunilar a amostra, o número de pesquisas reduz

¹³ A Análise Bibliométrica é uma técnica quantitativa que permite o levantamento e medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico em qualquer área do conhecimento.

drasticamente para apenas 8, estas mais recentes, publicadas entre 2019 e 2023, sendo 5 dissertações e 3 teses.

Embora estes 8 trabalhos tenham sido desenvolvidos em programas de pós-graduação direcionados à área da Comunicação, apenas dois deles tem como recorte principal o jornalismo e, portanto, se assemelham em algum grau com o que esta pesquisa propõe. O primeiro deles, resultado de uma pesquisa de doutorado desenvolvida pela pesquisadora Taianne de Lima (2022) na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, aborda as marcas de opressão em três telejornais, da Bahia, Mato Grosso e Santa Catarina, analisando como a branquitude se impõe nos bastidores. Já o segundo, desenvolvido por Carla Patrícia Serqueira Lima (2023) na Universidade Federal do Rio de Janeiro, analisa os impactos do racismo estrutural nas trajetórias escolares, acadêmicas e profissionais de jornalistas negras. Embora estes dois trabalhos apontem mais especificamente para questões relacionadas à prática profissional de jornalistas, partimos do entendimento de que as elucidações levantadas poderiam contribuir para a compreensão de fatores que atravessam a dinâmica de produção das notícias e, por isso, optamos por usar essas duas pesquisas como referência.

Ainda buscando entender de modo mais aprofundado o contexto de pesquisa que este trabalho se insere, e também partindo do entendimento de que outros trabalhos com interesses e debates semelhantes ao que este propõe podem ter sido desenvolvidos em programas de pós-graduação de outras áreas, realizamos uma nova busca no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, agora utilizando a combinação dos termos "branquitude" e "jornalismo". Esta nova busca identificou um total de 5 trabalhos, sendo um deles já encontrado pela busca feita anteriormente. Assim, restaram 4 novos trabalhos a serem consultados.

Desta nova amostra, 2 trabalhos apresentaram, pelo seus resumos, recortes que se entrelaçam intensamente com esta pesquisa, um deles da área da Ciência Política, que trata de um estudo da presença da branquitude no jornalismo brasileiro a partir da análise de notícias sobre a prisão do jovem negro Rafael Braga e um outro da área da Educação em Periferias Urbanas, que analisou reportagens sobre as UPPs, também considerando o sistema de dominação da branquitude. Ambos os trabalhos são resultados de pesquisas de mestrado e aparentam possuir contribuições significativas para os debates aqui apresentados. Entretanto,

segundo a Plataforma Sucupira¹⁴, eles não possuem divulgação autorizada e, por isso, não foi possível consultá-los como referência.

Dos 2 trabalhos restantes, um deles, da área da Educação, foi descartado por apresentar recorte e objeto bastante distintos ao que se propõe aqui, não aparentando apresentar grandes contribuições para o que debatemos. Já o outro, desenvolvido por Mariana Amaral de Queiroz (2020) na área da Psicologia com a proposta de analisar os elementos da necropolítica em Florianópolis, Santa Catarina, através de notícias acerca de um elevado índice de assassinatos de jovens negros nos territórios de vulnerabilidade social, foi considerado como referência.

Em resumo, a soma das buscas resultou em uma amostra total de 5 trabalhos com recortes relevantes para o que esta pesquisa debate, mas apenas 3 deles puderam ser consultados por estarem disponíveis na íntegra no catálogo de teses e dissertações da CAPES. A partir dos resultados da Análise Bibliométrica chegamos ao entendimento de que, ainda que a mídia esteja sendo amplamente estudada à luz do debate racial, ainda há muito a ser discutido quando o assunto é jornalismo ou telejornalismo, principalmente a partir do recorte da branquitude.

A existência desta lacuna materializa-se também nas referências utilizadas nesta seção do trabalho. Isso porque, ainda que a presente pesquisa busque se contrapor ao imperialismo epistemológico e ao epistemicídio das ideias desenvolvidas por intelectuais negros, a própria bibliografia do jornalismo e das escolas de comunicação são formadas de modo bastante predominante por pensadores brancos. Assim, como forma de extrapolar estas limitações buscamos, com as ideias desenvolvidas neste capítulo, avaliar a prática jornalística a partir de um olhar racializado, que abranja as singularidades de um país que tem o racismo como uma de suas principais marcas.

A partir desta perspectiva, o segundo capítulo deste trabalho apresenta uma série de discussões a respeito da temática central desta pesquisa: a ausência do debate sobre racismo nos telejornais brasileiros. Iniciamos a seção trazendo reflexões sobre o papel da televisão e do telejornalismo na construção da realidade, assim como a respeito da produção jornalística e do *modus operandi* que rege as emissoras públicas e privadas, pontuando em que se distinguem e se assemelham. Em seguida, elevamos a discussão a partir de uma série de

¹⁴ Ferramenta de coleta de informações que funciona como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

reflexões a respeito do enquadramento da violência e da criminalidade na mídia e, por sua vez, sobre a representação do negro na televisão e nos telejornais.

3.1 Televisão e jornalismo como operadores da realidade

Como relembra Becker (2005), a imprensa, a literatura e o rádio possuíram um papel fundamental na construção da sociedade brasileira até a década de 1960, momento em que a TV aberta consolidou-se como um instrumento de integração e ordem nacional. Na verdade, desde sua primeira transmissão, em 1950, as telas já relatavam a história político-social e econômica do país, passando a desempenhar, mais a frente, um papel fundamental no que se refere não só a construção da nação, mas também do mundo global.

Foi deste modo que, segundo a autora, a TV passou a agir no cotidiano, produzindo efeitos de unificação de laços sociais e afetivos, tendo, muitas vezes, um poder maior que a família, a igreja, a escola e a própria polícia, assumindo também o papel do Estado, no que diz respeito à defesa dos direitos públicos, especialmente nos noticiários. Para Becker (2005), a TV é o único espaço no qual todos os brasileiros experimentam este sentimento comum de nacionalidade, ainda que sob uma vasta rede de mediações e intencionalidades que forjam um determinado sentimento de nação em prol dos interesses de grupos seletos.

Nos dias atuais, ainda com as transformações promovidas pelo uso das tecnologias digitais, a TV continua não apenas sendo o principal meio de divulgação e acesso a notícias em áudio e vídeo, como também concentrando os maiores investimentos publicitários, o que faz com que esta represente um negócio grande e lucrativo tanto para empresários, como para anunciantes (Becker, 2016). Assim, mesmo considerando o hibridismo de suportes, linguagens, mídias e hábitos de consumo que marcam o cenário atual, não é possível afirmar que a televisão *broadcast* e o telejornalismo tornaram-se obsoletos, visto que, na verdade, as redes de TV tem cada vez mais investido em experiências multitelas, o que tem implicado em um consumo de televisão em variadas formas.

Afunilando a discussão para os conteúdos informativos, recorte desta pesquisa, Becker (2005) explica que os telejornais são os produtos que assumem o papel de maior impacto na sociedade contemporânea, considerando que são as principais fontes de informação para a maioria da população brasileira. Para a autora, especialmente quando se trata de um país como o Brasil, com altos índices de analfabetismo e outros indicadores que demonstram

desigualdade, a programação da TV, principalmente os noticiários e as novelas, consolidou-se como o produto de informação e de entretenimento de maior impacto, sendo a principal fonte de conhecimento dos acontecimentos sociais e de diversão para a maior parte da população. Isso porque, a TV não exige escolaridade ou poder aquisitivo como outros bens culturais, por ser relativamente barata. Ainda para Becker (2005), especialmente nas emissoras de TV aberta, o noticiário configura-se como uma instituição soberana carregada de múltiplos sentidos. A forma como as notícias são construídas e transmitidas às trazem como simulacros, que possuem o poder de interferir, inclusive, em outros campos sociais, especialmente na política, considerando a fragilidade de outras instituições brasileiras.

O fato da TV aberta e do telejornal terem se constituído como os principais mediadores da realidade, promoveu desconexões em relação à realidade nacional. Juntos, eles são entidades supranacionais com função conservadora, pelo fato de homogeneizar as distintas experiências culturais e nacionais. Por sua vez, os acontecimentos televisivos que a mídia constrói acabam por direcionar o modo de entendimento dos fatos sociais transformados em notícias (Becker, 2016).

Com percepção semelhante, Coimbra (2001) explica que os meios de comunicação de massa estão atrelados à construção de objetos, de sujeitos, de saberes, de verdades e do próprio real. Aliás, em sua concepção, os *mass media* não apenas produzem o real, como também indicam com que urgência devemos considerar esta realidade e a quais fatos devemos nos atentar e quais devemos ignorar. Para a autora, a mídia é uma dos principais produtoras de esquemas dominantes de interpretação do mundo e de significação, pois,

além de produzir massivas subjetividades, de estar nas mãos de uns poucos, a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos; pela via dos espetáculo, das formas mais dramáticas e sensacionalistas produz as "identidades", as simpatias, os prós e os contras. À medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimentos, a mídia hierarquiza os temas, selecionando os que deverão ser do conhecimento público, e dentre eles, os que deverão necessariamente ser discutidos, debatidos, pensados (Coimbra, 2001, p.36).

Coimbra (2001) complementa que a lógica que rege a mídia é a da homogeneização e do espetáculo, sempre obedecendo o valor da excepcionalidade e da dramaticidade que se voltam para a produção de emoções. É justamente esta homogeneização que faz com que a linguagem utilizada seja a factográfica, no qual se trabalha com dois únicos valores: o bem e o mal. É aí, então, que os acontecimentos são empobrecidos, produzindo formas dicotômicas de percepção.

Por sua vez, são os enunciados das notícias que permitem que aquilo que é dito exista, assim como, por outro lado, dizem o que não existe. Entretanto, para Becker (2005) a crítica de que o telejornal oferece uma visão distorcida do acontecimento é mal fundamentada, pois, em sua opinião, estes produtos informativos criam um mundo, e não o mundo. Nas palavras da autora,

os enunciados dos telejornais funcionam como palavras de ordem, utilizam determinadas associações entre texto e imagem, depoimentos testemunhais, gráficos e mapas, que visam garantir a precisão, a objetividade e até mesmo a neutralidade da notícia, gerando um efeito de verossimilhança. Mas podemos considerar que o verossímil é um objeto passível de opinião, é o opinável. Por isso, é mais interessante neste campo de investigação - nos estudos sobre o telejornalismo, os quais se apresentam como tentativas de compreender construções de experiências do cotidiano, as relações de poder e comunicação e o próprio conceito de atualidade - perceber como este discurso se constrói, se estrutura, produz significações, até mesmo para denunciar ou relativizar o seu poder, e não exatamente discutir, se é verdadeiro ou falso (Becker, 2005, p. 24).

Ainda para Becker (2005), a construção de um determinado acontecimento passa pela tênue fronteira entre o fato social que motiva a produção dos noticiários e a notícia em si. Isso porque, a construção de toda a narrativa se dá a partir de escolhas e representações. Assim, mesmo produzindo o efeito de realidade, principalmente pelo fato dos personagens serem reais, os textos são simulações e, somado aos recursos audiovisuais, constituem-se como um dos principais espetáculos da atualidade.

A busca pela garantia da verdade do discurso e a própria credibilidade de quem enuncia é uma das principais características da linguagem dos noticiários de TV, produzindo sentidos que resultam numa suposta objetividade e imparcialidade. Aliás, segundo Becker (2012), no senso comum ainda existe a concepção de que os discursos jornalísticos podem ser, realmente, objetivos, percepção esta compartilhada, até mesmo, por alguns profissionais da área. Entretanto, os fatos ganham sentido no momento em que são enunciados e, ainda, quando são apropriados pela recepção. Assim, ao nomear as pessoas, os objetos e as circunstâncias apresentadas, o homem propõe determinado significado a tudo que o rodeia, ou seja,

toda experiência que supõe o uso da linguagem implica, portanto, em construções de sentidos, não existindo discursos neutros, ou livre de intencionalidades. Ao realizar escolher nos processos de construção dos acontecimentos como notícias, os profissionais imprimem significados aos fatos. Os produtos jornalísticos expressam a visão de mundo dos profissionais e das empresas para as quais trabalham. O jornalismo, longe de revelar verdades ocultas, tem o poder de constituir "verdades".

Até mesmo as sensações de neutralidade não passam de construções realizadas com a finalidade de reforçar o lugar privilegiado desses discursos (Becker, 2005, p.44).

A autora ainda concorda que a objetividade é uma diretriz importante na construção dos relatos jornalísticos, mas reforça que a neutralidade é inalcançável. Isso porque, "o acontecimento é um fenômeno social e está determinado histórica e culturalmente, e cada sistema cultural concretiza quais são os fatos sociais que merecem ser considerados como acontecimentos e quais passam despercebidos" (Becker, 2016, p.20).

Na concepção de Serrano (2010), a própria escolha das notícias já deslegitima a ideia da neutralidade e da imparcialidade informativa, assim, "quando um jornal escolhe para sua capa uma denúncia da Anistia Internacional ou o casamento de um membro de alguma monarquia europeia, por mais aparentemente objetiva que seja a sua apresentação, está tomando uma determinada posição" (Serrano, 2010, p.25). Para o autor, ainda que queira aparentar pluralidade, o jornalismo continua sem nos explicar a realidade. Isso porque, os assuntos tratados nos meios de comunicação nunca são expostos de forma contextualizada e, assim, não há uma apresentação dos antecedentes que permita uma compreensão e uma avaliação justa.

Serrano (2010) complementa que a maior parte das notícias que consumimos são elaboradas de forma resumida, sem teor crítico e sem contraste, além disso, em muitas ocasiões a verdade não é investigada, ou se quer é considerado importante fazê-lo. Debatendo a respeito da mesma problemática, Becker (2012) explica que a objetividade que molda a curta duração das unidades informativas nem sempre possibilita que se compreenda o fenômeno ali noticiado de modo abrangente. Isso ocorre também pelo fato de que as notícias são exibidas como um mosaico, não permitindo a realização de interligações essenciais para a compreensão dos conflitos sociais em sua complexidade.

Uma outra concepção relevante trazida por Serrano (2010) em seus estudos, é que, quando opinam ou editorializam sua cobertura informativa, os meios de comunicação dão a entender que sua posição ideológica é "um clamor", ou seja, um reflexo de um sentimento majoritário. Para o autor, este posicionamento representa uma covardia intelectual e de engano público, no qual as opiniões não são anunciadas como parte do seu ideário ou proposta política. Assim, estes meios acabam aplaudindo ou vaiando os personagens que eles

selecionam, em nome de toda sociedade. Para Serrano (2010), este também é um modo de distorcer a realidade.

Toda a problemática que cerca os processos de produção de notícias ainda é agravada, como explicam Fraga e Veloso (2016), pelo público consumidor apático, que não explora o seu próprio potencial para produzir leituras críticas e autônomas daquilo que é ofertado pela grande mídia. Tal apatia dá-se não necessariamente por conformismo, mas também pela alienação involuntária. Além disso, este público ainda ignora a comunicação enquanto direito humano, assim como a posição do jornalismo enquanto pilar da democracia.

Em concordância com Fraga e Veloso (2016), embora já exista o reconhecimento de que o jornalismo, naturalmente, carrega marcas da subjetividade de quem o faz, considerando que a realidade, seu principal objeto de trabalho, não é objetivo e sim fruto das diversas construções sociais, o que se espera é que o ofício seja um espaço de enfrentamento.

No que se refere a análise proposta por esta pesquisa, a construção da realidade pelos meios de comunicação e, em especial, pelos telejornais, nos interessa ao passo que acreditamos que o combate ao racismo que rege os altos índices de violência policial contra pessoas negras no Brasil, só será efetivado quando o problema for nomeado e diagnosticado pelas notícias de forma clara. Sobre este ponto, nos aproximamos da percepção de Coimbra (2001) de que os "mal-estares sociais" só passam a ser reconhecidos como parte da realidade quando são enunciados pela mídia.

3.2 O fazer jornalístico das emissoras públicas e privadas

Como explica Becker (2005), quando se fala em produção jornalística é importante ter uma consciência a respeito do conjunto de operações que são desempenhadas por cada um dos membros da equipe que atua para o resultado final dos noticiários. Isso porque, para a autora, o processamento das informações por cada profissional envolvido, com suas experiências e visão de mundo própria, acaba imprimindo sentimentos nas construções discursivas, de acordo com a estratégia de cada emissora, que acabam interferindo nas circunstâncias políticas e sociais, assim como, simultaneamente, recebem suas influências. Assim, "os sentidos são criados durante toda a produção dos acontecimentos - na escolha da pauta, na produção, na apuração, na reportagem, na edição e na transmissão" (Becker, 2005, p.27).

No que diz respeito às estratégias adotadas, é importante esclarecer que as emissoras públicas e comerciais, embora possuam objetivos em comuns, apresentam alguns princípios que as diferenciam. Referindo-se às emissoras comerciais, como a *TV Globo*, é indispensável o entendimento de que seu modo de funcionamento está completamente atrelado ao lucro e aos interesses de grandes empresas. Neste modelo de emissora, como explica Coimbra (2001), uma das principais características do jornalismo, enunciada como uma das suas qualidades mais importantes, é justamente a objetividade. Aliás, grande parte dos brasileiros confia nos *mass media* justamente por esta característica, somada a neutralidade e a imparcialidade. Entretanto, para Coimbra (2001), quando o assunto é jornalismo, não se pode pensar numa autonomia e independência que o coloque acima dos interesses da sociedade capitalista. Assim, a autora atenta para o fato de que a notícia, como qualquer outro produto do capitalismo, participa do processo de mercantilização, sendo forjado e apresentado de modo a atrair a atenção do público, no sentido de serem melhor deglutidas.

Para Serrano (2010), quando considerada como mercadoria, a informação deixa de ser submetida aos critérios de verificação tradicionais e passa a ser regida pelas leis do mercado. Portanto, os interesses empresariais e comerciais dos grandes meios de comunicação possuem influência na forma de apresentação da notícia. Posicionando-se de forma contundente, Serrano (2010) pontua que

até os dias de hoje, se confiou nos jornais como porta-vozes da opinião pública. Entretanto, muito recentemente, alguns de nós nos convencemos, de uma forma súbita e não gradual, de que eles não são isso de modo algum. São, por sua própria natureza, os brinquedos de alguns poucos homens ricos. O capitalista e o editor são os novos tiranos que se apoderaram do mundo. Já não faz falta que ninguém se oponha à censura da imprensa. Não precisamos de uma censura para a imprensa. A própria imprensa é a censura. Os jornais começaram a existir para dizer a verdade e hoje existem para impedir que a verdade seja dita (Serrano, 2010, p.13).

Ao questionar quais são os critérios utilizados para definir os assuntos que devem virar notícia, Coimbra (2001) aponta para uma seleção fundamentada pela necessidade de um apelo emocional e pelos interesses econômicos das grandes empresas que monopolizam os meios de comunicação¹⁵ e, assim, acabam por definir o que faz parte da realidade ou não. As

¹⁵ Segundo Silva e Veloso (2019), apesar de possuir vedação segundo o artigo 220º da Constituição Federal Brasileira, parágrafo 5º, que determina que os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio, a concentração de concessões de radiodifusão acaba sendo apoiada pelo próprio Estado.

agências de propaganda e assessorias de imprensa também possuem relevância significativa neste processo, pois, estas buscam dar voz às entidades que representam os interesses de grupos específicos, Ainda reiterando os problemas relacionados a esta concentração de poder, Muniz Sodré (1998) pontua que as elites ocupam não apenas as posições de controle direto da mídia, como também podem moldar o seu discurso. Este fator, dentre outras consequências, possibilita uma transmissão mais sutil do racismo das elites tradicionais.

Neste contexto, Veloso, Mendonça e Rebouças (2012) elucidam as relações de poder que se perpetuam por meio da lógica cultural e econômica que move a imprensa acabam desfavorecendo a apropriação dos meios pela sociedade que, por sua vez, não dispõe de recursos para enfrentar as grandes corporações, já que as mídias alternativas não dispõem de condições de produção. Segundo os autores,

considerando-se ao pé da letra, o fato de haver um grande número de pequenas concessionárias e grupos midiáticos Brasil a fora seria uma garantia do não oligopólio, no entanto, o que ocorre é uma oligopolização dos conteúdos. O sistema de formação de redes, agraciado pelo regime militar dos anos 1960 a 1980, foi o grande motivador disso, fazendo com que conteúdos antes locais e regionais fossem deixados de lado em prol da “qualidade” tecnológica dos conteúdos produzidos no eixo Rio-São Paulo (Veloso, Rebouças e Mendonça, 2019, p.2).

Dentre outros fatores, Veloso, Rebouças e Mendonça (2019) atribuem o cenário pouco democrático que rege a comunicação brasileira a uma distorção do papel do Estado no setor da comunicação, o que se materializa como um obstáculo para a liberdade de expressão, considerando que enquanto poucos possuem o poder de transmitir informações, os demais encontram-se destituídos dessa possibilidade.

Já partindo para a apreensão do modo de funcionamento das emissoras públicas, como a *TV Brasil*, Eugênio Bucci (2010) elucida que estas são uma representação daquilo que o cidadão tem direito a perguntar, estando diretamente ligado ao direito à informação jornalística, ao conhecimento e, ainda, às manifestações culturais. Por sua vez, as emissoras públicas só possuem sentido, tanto social como histórico, quando se colocam a serviço da sociedade e dos direitos dos cidadãos, ou seja, quando servem ao governo e suas necessidades de propaganda, acabam tendo a razão da sua origem negada. Em linhas gerais, as emissoras públicas foram criadas para proteger "a vitalidade dos debates e das manifestações culturais que a sociedade deve pautar, produzir e entabular em seu domínio civil próprio, independentemente do Estado e também do mercado" (Bucci, 2010, p.7).

Para Bucci (2010), se está subordinada à autoridade estatal, a emissora pública tende a ter sua visão moldada pela ótica estatal ou governamental, o que acaba a distanciando dos pontos de vista da sociedade civil e impedindo um olhar crítico em relação ao poder. De maneira semelhante, se depende de verbas publicitárias e precisa prestar contas aos anunciantes, ela acaba subordinando-se ao mercado e perde a capacidade de promover um olhar crítico em relação ao consumo. Assim, "seja no plano político (relações com o governo e o Estado), seja no plano econômico (relações com o mercado), a independência é indispensável para a realização de qualquer projeto de radiodifusão pública" (Bucci, 2010, p.6).

Em síntese, para o autor, uma emissora de radiodifusão pública se define a partir de três critérios essenciais. O primeiro deles seria a natureza jurídica da instituição, que, em hipótese alguma, pode ser propriedade particular, comercial, ter o lucro por finalidade ou estar sujeita à interferência governamental. O segundo critério refere-se ao financiamento, que deve ter caráter público e estar desvinculado de interesses, sejam eles governamentais ou comerciais. Sobre este ponto, o que se estabelece é que a origem do dinheiro não influencie a orientação editorial da emissora. O terceiro e último critério diz respeito à gestão, que deve ser independente e se dá segundo parâmetros autônomos, em relação aos setores administrativo, financeiro e editorial. Para o autor, juntos, estes três critérios dão a condição necessária para que a emissora esteja pronta para pensar, conceber, planejar e colocar no ar uma programação verdadeiramente pública.

Entretanto, segundo Silva e Veloso (2019), em países da América Latina, como o Brasil, ainda não há uma emissora com autonomia editorial, que não possua influência do Estado e do mercado econômico. A exemplo, uma pesquisa realizada pelas autoras sobre a cobertura do *Repórter Brasil* a respeito da Reforma Trabalhista, votada e aprovada no Congresso Nacional em 2017, apresentou resultados que revelou o desvio da referida autonomia, um dos principais princípios norteadores das emissoras públicas de comunicação.

Para Bucci (2010), a ausência de uma emissora pública realmente independente no Brasil se explica pela exposição aos interesses e aos caprichos das autoridades públicas. Para o autor, a efetivação da televisão pública no país só é possível através de uma mudança cultural sobre as diretrizes, no qual os dados da administração sejam transparentes, os critérios e as métricas de qualidade sejam compartilhados para que se tornem legítimos, os

cargos sejam ocupados com base em qualificação e, por fim, seja desenvolvido um plano de ação detalhado que promova uma reconciliação com a causa pública e a democracia.

3.3 Dos bastidores às telas: marcas da branquitude no jornalismo

Como apresentado anteriormente, os processos de hierarquização racial impostos no período colonial ainda ocupam um papel determinante na atual sociedade. Assim, ao passo que os afro-brasileiros, por vezes, ainda têm os seus direitos básicos negados, os indivíduos de pele branca usufruem de privilégios que os colocam sempre em vantagem em relação aos não brancos.

Atentando-se para o fato de que muito se fala sobre os impactos negativos da escravidão para a população negra, mas pouco se aborda os impactos positivos deixados para as pessoas brancas, Bento (2022) explica que a branquitude se perpetua no tempo através de um pacto de cumplicidade não verbalizado, entre pessoas brancas que buscam manter os seus privilégios. Segundo Bento (2002), este pacto narcísico

implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais. O medo da perda desses privilégios, e o da responsabilização pelas desigualdades raciais constituem o substrato psicológico que gera a projeção do branco sobre o negro, carregada de negatividade. O negro é inventado como um “outro” inferior, em contraposição ao branco que se tem e é tido como superior; e esse “outro” é visto como ameaçador (Bento, 2002, p.7).

A autora reforça que, em sua essência, a branquitude remonta a um conjunto de práticas culturais que são não marcadas e não nomeadas, de modo a promover um silenciamento e ocultação delas. Portanto, o privilégio branco pode ser entendido como um estado passivo ou, ainda, uma série de facilidades que os brancos têm, queiram eles ou não, sejam eles pobres ou antirracistas.

Na concepção de Priscila Elisabete da Silva (2017), a branquitude pode ser entendida como resultado da relação colonial que transmitiu uma determinada configuração à subjetividade de indivíduos e, ainda, acabou por orientar os lugares sociais tanto para os brancos, como para os não brancos. Para a autora, através da branquitude o branco se vê e, por sua vez, classifica os não brancos a partir de seu ponto de vista. A branquitude implica, ainda, em vantagens materiais e simbólicas, como consequência de uma desigual distribuição de poder (político, econômico e social), apresentando-se como norma, ao mesmo tempo que

se apresenta como identidade neutra. Por sua vez, esta hierarquização cultural e racial promoveu a constituição desta identidade que tem como característica não só sua oposição ao "Outro", mas necessariamente a sua subordinação.

Para Camila Moreira de Jesus (2017), a manutenção dessa vantagem estrutural, oferecida à identidade racial branca a partir da concessão de privilégios, tem se apresentado como uma barreira para a ampliação e, até mesmo, não efetivação, da luta antiracista. Aliás, buscando manter a vantagem branca e encobrir privilégios, por vezes as tentativas de problematizar situações racistas se transformam em acusações de vitimização, de oportunismo e até falta de esforço pessoal.

Ainda discorrendo sobre o assunto, Bento (2022) desperta para o fato de que nem todos os privilegiados se enxergam enquanto integrantes de um grupo que traz, em seu histórico, a exploração de outros grupos. Tal posicionamento vai de encontro ao que revelou uma pesquisa realizada pelo Peregum, Instituto de Referência Negra, a respeito das percepções sobre o racismo brasileiro, no qual 81%¹⁶ dos participantes afirmaram que o Brasil é um país racista, mas só 11%¹⁷ consideram ter práticas e atitudes consideradas racistas (Peregum - Instituto de Referência Negra, 2023).

Todas estas considerações a respeito da ideia de branquitude nos conduzem à percepção de que a predominância de profissionais brancos nos diversos cargos relacionados à produção jornalística é um dos fatores que está estreitamente relacionado à hipótese desta pesquisa, que aponta uma suposta isenção na cobertura dos casos de violência policial contra pessoas negras.

O projeto Perfil Racial da Imprensa Brasileira (Jornalistas & Cia [et al.], 2021) levantou dados que apontam para o fato de que as redações jornalísticas do Brasil são mais brancas e masculinas do que a própria população do país¹⁸, isso porque, apenas 20,10% dos jornalistas de redação se declaram negros e 77,60%, grande maioria, se autodeclara branco. Ou seja, mesmo a população brasileira sendo majoritariamente negra, as proporções não se refletem na composição racial do contingente de jornalistas que atuam nas redações do país.

¹⁶ 60% dos participantes concordam totalmente com a afirmação de que o Brasil é um país racista e 21% concordam em parte (Peregum - Instituto de Referência Negra, 2023).

¹⁷ 5% dos participantes concordam totalmente com a afirmação de que possuem algumas atitudes e práticas consideradas racistas e 6% concordam em parte (Peregum - Instituto de Referência Negra, 2023).

¹⁸ O estudo baseou-se nas projeções consolidadas pelo PNAD/IBGE de 2019, anos em que a população negra correspondia a 56,20% da população total do país.

Além disso, a pesquisa ainda revelou que o racismo está presente na trajetória de praticamente [et al] todos os profissionais negros durante seus percursos profissionais. O estudo indica que

assim como em tantas outras profissões que são majoritariamente exercidas por profissionais com ensino superior, também na atividade jornalística a presença do negro é desproporcional, e bem menor, ao seu peso relativo na população. Esse é, de partida, o primeiro grande indicador do estudo a expressar a desigualdade racial no Brasil e que, também nessa atividade profissional, está presente em grandes dimensões (Jornalistas & Cia [et al.], 2021, p.8).

Demonstrando a profundidade da problemática, os entrevistados desta pesquisa ainda afirmaram que a definição das pautas e fontes que baseiam as notícias têm escolhas enviesadas pela recusa de temas relacionados às questões raciais e preferências por fontes brancas.

Um outro levantamento, este mais antigo, realizado por Joel Zito Araújo (2007) a convite Fundação Cultural Palmares analisou a presença de apresentadores e jornalistas negros na programação não ficcional e apontou uma representação minoritária de afrodescendentes na rede pública de televisão, revelando assim que estas acabam não se diferenciando das TVs comerciais neste ponto. Conforme o autor,

exibir, ao longo de uma semana de programação, euro-descendentes ocupando 86% do posto de apresentadores/as e 93,3% no posto de jornalistas, nos parece ser uma hiper-representação deste segmento racial. Este fenômeno é um reflexo da ausência de políticas públicas para assegurar o direito democrático de todo segmento populacional ter seus semelhantes, com as mesmas características étnico-raciais, ocupando postos relevantes e altamente valorizados, fonte fundamental de autoestima (Araújo, 2007, p. 6).

Apesar dos dados serem mais antigos, a pesquisa demonstra relevância por analisar, especificamente, o jornalismo de caráter público. A partir dos números apresentados, Araújo (2007) destaca a necessidade de se fazer no Brasil uma séria reflexão sobre a disparidade existente entre a vida real e o que é mostrado na televisão, assim como sobre as profundas consequências para a autoestima da população negra. Para o autor, não se pode ignorar que, quando estes grupos se vêem representados na TV de modo estereotipado, interpretam a mensagem de que seu segmento racial populacional é secundário para o país e a sociedade, estando predestinado à subalternidade. Tais considerações continuam a apresentar relevância até os dias atuais.

Complementando este debate, Gomes (2022) revela, em sua tese de doutorado, que a branquitude, mesmo quando se encontra representada de forma minoritária com apresentadores e repórteres no telejornalismo, acaba por se impor de maneira racista nos bastidores, uma vez que os jornalistas negros entrevistados por sua pesquisa relataram ter vivenciado episódios de discriminação racial. A tese ainda apontou que a maioria das pessoas brancas entrevistadas não demonstraram ter uma percepção a respeito das práticas de preconceito e de discriminação racial no ambiente de trabalho, de modo que muitas preferem optar pelo silêncio quando o assunto é raça.

Com dados ainda mais recentes, a já mencionada pesquisa de Lima (2023), atentou-se para um ponto importante: como o racismo se manifesta nas trajetórias educacionais e profissionais de jornalistas negras. Apesar de apresentar um recorte de gênero, as entrevistas realizadas com 137 mulheres geraram dados relevantes que diagnosticam a manifestação do racismo nos cursos de jornalismo. Os resultados revelaram, dentre diversos outros aspectos, um embranquecimento dos próprios cursos, explícito pelo dado de que 45,2% das entrevistadas conviveram com apenas uma ou duas colegas negras na graduação, enquanto que 13,9% afirmaram que foram as únicas negras em sala de aula.

Já no que se refere à vivência de práticas discriminatórias, 25,5% das entrevistadas responderam que já foram vítimas de racismo no curso de jornalismo. Para Lima (2023), apesar da discriminação ter atingido a minoria das entrevistadas na graduação, a existência desse percentual já é suficiente para apontar que o racismo, no cotidiano acadêmico, segue conferindo desvantagens para as mulheres negras, assim como privilégios para a população branca, especialmente a partir da conduta de professores.

Expandindo a análise para o próprio ambiente de trabalho e referindo-se à autonomia destas profissionais, a pesquisa de Lima (2023) apontou que 58% das entrevistadas afirmaram ter abertura para indicar abordagens antirracistas, enquanto 23% disseram que não, 15% indicaram que nem sempre e 2% não responderam. Já quando perguntadas se já haviam produzido e publicado conteúdos deste tipos, 66% afirmaram que sim, 32% informaram que não e 2% não responderam.

Trazendo a discussão para os dois produtos jornalísticos analisados por esta pesquisa, o *Jornal Nacional* e o *Repórter Brasil*, foram realizadas algumas buscas que trouxeram apontamentos relevantes. Segundo a ficha técnica disponibilizada pelo *Memória Globo*

(2024), o JN conta com quase 50 profissionais em seu quadro de integrantes¹⁹, com atuação em diferentes frentes e em vários Estados. No que se refere especificamente a este grupo de profissionais, não foram encontradas informações que especifiquem a parcela de participação de indivíduos negros. Entretanto, um documento idealizado pela própria Rede Globo, o Relatório Jornada ESG²⁰ (2022), pontua que o time da emissora, em sua totalidade, é composto por 66,5% de pessoas brancas, 22,8% de pessoas pardas e apenas 14,6% de pessoas pretas. No capítulo sobre diversidade e inclusão, o relatório afirma, entre as ambições para 2030, que a emissora terá a diversidade brasileira mais representada em seus times, através da garantia da presença, de forma quantitativa e qualitativa, de grupos sub-representados, entre eles, a população negra.

Através de uma rápida pesquisa no portal *Vem pra Globo*, onde são divulgados os processos seletivos relacionados a oportunidades de trabalho efetivo e também de estágio na emissora, identificamos algumas vagas exclusivas para mulheres, para pessoas com deficiência e também para pessoas negras, o que, em algum nível, demonstra que já existem algumas estratégias sendo implementadas para que as ambições pontuadas no mencionado relatório se concretizem.

De modo semelhante ao JN, o quadro de profissionais que compõem o programa Repórter Brasil também conta com uma série de profissionais, quase 30, em diferentes hierarquias²¹ e atuando em diversas frentes. No que diz respeito à participação da população

¹⁹ Editor-chefe e apresentador: William Bonner / Editora-chefe adjunta: Cristiana Sousa Cruz / Editora executiva e apresentadora: Renata Vasconcellos / Editora executiva: Isabella Guberman / Editores: Eric Hart, Fernanda Saviolo, José Alan Dias, Leopoldo Long, Pedro Moreno, Regina Montella, Tomás Absalão, Viviane da Costa / Chefe de produção: Rogério Nery / Produtores: Adriana Caban, Carolina Iskandarian, Dagoberto Souto Maior, Olivia Renault, Thiago Simão / Gerente de design: Rodolpho Xavier / Design: Felipe de Queiroz, Lucas Vinaud, Monsek Hevian, Pedro Figueira, José Ricardo Sanson, Nylander Junior / Produtor de design: Accacio Fernandes, Pedro Favali, Rogério Sanches / Videografismo: Bruno Detlev, Naiane Alves, Fernanda Amaral / Assistente de plataforma: Andrew Borges Couto, Rafael Zopelari / Direção de imagens: Cida Santos, Daniel Lacerda / Produção de tecnologia: Gabriel Marcílio, Pablo Souza / Editores de internet: Daniela Scalabrini, Gabriel Castelo / Coordenador do escritório – NY: Deni Navarro / Coordenador do escritório – Londres: Ernani Lemos / Gerente de jornalismo – MG: Virgílio Gruppi / Gerente de jornalismo – PE: Angélica Tasso / Diretora de Jornalismo – SP: Ana Escalada / Diretor de Jornalismo – RJ: Marcio Sternick / Diretor de Jornalismo – DF: Luiz Ávila / Diretor de Jornalismo: Miguel Athayde / Diretor responsável: Ricardo Villela (Memória Globo, 2024).

²⁰ A sigla ESG é a abreviação dos termos em inglês Environmental, Social and Governance. Traduzindo para o português os termos significam Meio ambiente, Social e Governança.

²¹ Editor-Chefe e Apresentador: Guilherme Portanova / Editora Executiva: Danielle Senra / Direção de TB: Fábio Prolik / Coordenação de Apoio de TV - DF: Isaac An / Coordenação de Cinegrafia: Marcos Andrade (SP), Gilson Machado (RJ) e Gilvan Alves (DF) / Coordenação de Edição de Vídeo - DF: Mateus Araujo / Coordenação de Operação de TV - DF: Daniele Xisto e Iron Barreto Leão / Coordenação de TV: Albino Castro (SP), Cintia Vargas (DF), Edney Freitas (DF) e Mauricio de Almeida (RJ) / Gerência de Operações de Rádio e TV - DF: Bill Yunoki / Gerência de Telejornalismo: Barbara Pereira (RJ), Eduardo de Souza (SP), Flávia Rocha Mello (RJ) e Priscila Mendes (DF) / Gerência Executiva de Jornalismo: Marcio Motta / Gerência Executiva de

negra, não encontramos nenhum dado sobre a parcela de integrantes por raça nos bastidores do programa e nem na emissora. Entretanto, segundo o mais recente edital que encontramos, referente ao ano de 2022²², os processos seletivos de estágio também contam, assim como a Rede Globo, com uma parcela de vagas reservadas para pessoas negras. Já no que se refere à contratação de profissionais efetivos, realizada através de concurso público, não foi encontrado nenhum edital recente para que fosse avaliado se a emissora faz uso de cotas raciais.

De todo modo, através desta análise foi possível observar que ambas as emissoras estão incluindo, em seus processos seletivos, um recorte racial em prol da inclusão da população negra em seus times. Entretanto, as elucidações trazidas neste tópico da pesquisa mostram que isoladamente estas medidas não são suficientes, especialmente considerando os dados que revelam que a branquitude se impõe não só nas redações e programas jornalísticos, mas também dentro dos próprios cursos de formação superior, através do racismo que atravessa o processo de formação dos profissionais da área.

3.4 Criminologia midiática e populismo penal midiático na cobertura televisiva sobre violência

Os resgates históricos realizados até aqui demonstram que as feridas da hierarquização racial implementada no passado estão nos mais diversos setores da sociedade brasileira atual. Por sua vez, a mídia também possui determinada importância na perpetuação do racismo, pois, segundo Regina Lucas (2022), a influência que ela exerce nas questões políticas e no comportamento social pode ser considerada um dos pilares da sustentação do racismo no país. Para a autora, os preconceitos que moldam atitudes institucionais de padrões de comportamento social, não teriam sustento sem o apoio dos meios de comunicação. Entretanto, Lucas (2022) esclarece que estas práticas racistas nem sempre se manifestam na forma de ódio explícito à diferença. Por muitas vezes, seus dispositivos são acionados de

Operações: Eduardo Batista / Gerência Executiva de Tecnologia da Informação: Luis Flavio Rocha / Gerência de Projetos e Desenvolvimento de Engenharia: Gilvani Moletta / Diretoria de Operações, Engenharia e Tecnologia: Arimatéia Araújo / Diretoria de Jornalismo: Cidinha Matos.

²² Informações sobre o processo seletivo de estágio realizado em 2022:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2022-09/ebc-abre-inscricoes-para-processo-seletivo-de-estagio>

modo naturalizado e silencioso, dificultando não só o diagnóstico como também o combate ao fenômeno.

Na concepção de Sodré (1998), o racismo midiático se dá a partir de quatro fatores. O primeiro deles seria a *negação*, no qual a mídia tende a negar a existência do racismo (exceto se este aparece como objeto noticioso). O segundo se manifesta a partir do *recalcamento* de aspectos identitários positivos das manifestações simbólicas de origem negra, por parte do jornalismo e da indústria cultural em seus diferentes modos de produção. O terceiro seria a *estigmatização*, no qual as diferenças são convertidas em juízos de inferioridade e, por sua vez, nascem estereótipos e as folclorizações em torno da pele escura. O quarto e último deles está atrelado a *indiferença profissional*, proveniente da dessensibilização dos profissionais da comunicação com os problemas raciais e, ainda, com a ausência de profissionais negros na mídia.

É importante destacar que, dentro deste contexto da mídia, ao mesmo tempo em que os indivíduos negros encontram-se subrepresentados entre os times de profissionais, como demonstrado no subtópico anterior, eles contraditoriamente possuem grande representação nas seções policiais e notícias sobre o crime. Esta problemática se expressa na própria construção das manchetes dos programas jornalísticos diários, no qual um jovem negro flagrado com uma pequena quantidade de droga é identificado como "traficante" e, ao mesmo tempo, um jovem branco, às vezes com quantidades superiores de entorpecentes, é identificado como "estudante" ou qualquer outro ofício que possa lhe atribuir um estado de dignidade²³.

É por problemas como estes mencionados que, segundo Temer e Brito (2020), os movimentos negros reivindicam uma representação digna dentro e fora das telas, que possa contribuir para uma nova configuração dos papéis sociais da população negra do país. Isso porque, as construções narrativas realizadas pela televisão acabam por representar de forma distorcida a existência da população negra em sua programação diária, partindo de um estereótipo que as marginaliza e as subjuga diante das referências hegemônicas.

²³ O tratamento desigual no julgamento de brancos e negros também se manifesta no Sistema de Justiça Criminal. Uma pesquisa realizada pela Agência Pública (2019), resultado da análise de mais de 4 mil sentenças de primeiro grau para o crime de tráfico de drogas julgados na cidade de São Paulo, revelou não só que os negros são mais condenados e em maior proporção, como também estes são processados com menores quantidades de drogas que os brancos. Disponível em: <https://apublica.org/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-em-sao-paulo/#Link>

No que se refere ao crime, é importante ressaltar que a violência e a criminalidade, enquanto produtos midiáticos lucrativos, estão inseridos no cotidiano da televisão de forma bastante intensa, servindo de matéria-prima tanto para conteúdos ficcionais, como filmes, séries e novelas, como também para os programas jornalísticos, sejam eles policiais ou não. Como explica Elisabeth Rondelli (1998), o aumento dos episódios de violência no Brasil fez com que as notícias sobre o assunto, antes centradas nas editorias e jornais especializados em crimes, se espalhassem com destaque e de modo generalizado em todos os meios de comunicação.

Como apresentado no capítulo anterior, esta crescente violência a qual Rondelli (1998) se refere, está intrinsecamente atrelada ao modelo econômico fundador do Brasil, que resultou em uma intensa desigualdade social. Deste modo, seria natural que algo tão recorrente no cotidiano das grandes metrópoles de todo o país estivesse, por sua vez, também estampado e transmitido de forma abundante nas coberturas jornalísticas. Entretanto, o que nos preocupa em relação ao modo com que a mídia aborda a criminalidade e a violência, é justamente o tratamento que tem sido oferecido às classes pobres e, especialmente, à população negra.

Sobre esta problemática, Coimbra (2001) explica que a mídia de massa, entre outros equipamentos sociais, têm exercido um relevante papel como produtora da imagem do crime, da insegurança e do medo, dos estereótipos dos criminosos e dos locais perigosos, desencadeando um raciocínio de causa e efeito de que a marginalidade está onde está a pobreza. Além do modo como são produzidos os "criminosos", eles ainda são construídos enquanto responsáveis da sua própria miséria e marginalidade, refletindo uma culpabilização da vítima decorrente da falta de cidadania. Tal problemática pode ser comprovada através de dados levantados pelo Condege, uma entidade que reúne defensores públicos de todo o país, e pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro (DPE-RJ). Segundo os relatórios divulgados no ano de 2021, foram realizadas ao menos 90 prisões injustas a partir do uso de reconhecimento fotográfico entre os anos de 2012 e 2020. Desse total, se tem informações sobre a raça de 71 indivíduos, dos quais 81% eram negros.

Partilhando da mesma linha de raciocínio, Rondelli (1996) pontua que o tratamento dado pela mídia às questões relacionadas a violência pode estar construindo um estigma generalizado contra a pobreza e produzindo duas consequências: (1) uma relação entre o crime e os pobres, de modo a deduzir que todos os pobres são potenciais criminosos e, por

isso, devem ser evitados; (2) uma banalização da criminalidade que tem como consequência a insensibilidade, fazendo com que julgemos a violência como natural em nosso convívio.

A autora ainda destaca que o modo como a mídia se apropria das questões relacionadas a violência ainda pode dissociar os fatos de tal maneira que os crimes econômicos e de corrupção, por exemplo, podem não ser apontados como causadores da outra criminalidade, mais difusamente espalhada pela sociedade. Por sua vez, crimes contra a pessoa, como roubos de materiais, assaltos, homicídios, são mais detectáveis e, portanto, mais prováveis de serem transformados em imagens nos noticiários. Neste sentido, Rondelli (1996) explica que mais importante do que a própria dimensão do crime, é a sua potencialidade de gerar imagens.

Esta criação da realidade através da informação, da subinformação e da desinformação midiática em acordo com preconceitos e crenças que se fundamentam em uma base criminal simplista, corresponde ao que Eugenio Zaffaroni (2012) chama de criminologia midiática. Por sua vez, essa criminologia cria uma realidade de um mundo de pessoas consideradas "decentes", frente a uma massa de "criminosos", que pode ser identificada através de estereótipos que configuram um "eles" separado do resto da sociedade. Segundo o autor, sua característica central é proporcionada pelo seu meio técnico, a televisão. Assim, as imagens selecionadas são aquelas que mostram os poucos estereotipados que delinquem, de modo a comunicar, de forma não verbal, que a qualquer momento pessoas parecidas com aquelas farão o mesmo que os criminosos. Assim,

apesar de a *enorme maioria de eles* não ter cometido nenhum crime, são projetados como *potenciais delinquentes*, sob a alegação que nunca saberemos quando passarão da espreita à ação, mas assegurando que o farão; por isso, *eles* são maus e *temíveis* e ninguém deve assumir sua defesa nem discutir o que mostra a imagem, que é a única realidade midiática (Zaffaroni, 2012, p. 310).

Ainda contribuindo para a compreensão da criminologia midiática, Dias, Dias e Mendonça (2013) afirmam que ela ainda atua na reprodução de ideias errôneas e preconceituosas a respeito do sistema penal. Por sua vez, através da seletividade penal criada pela mídia, a crença da prisão como alternativa única para estabelecer a segurança e a vontade de punir a qualquer custo ganham força. Na concepção dos autores, o que há de mais perigoso na criminologia midiática é a construção e a seletividade do estereótipo do criminoso. Neste contexto, é criada uma distinção entre "nós" e os "criminosos", como se houvesse uma

separação imaginária entre as pessoas boas e más. Assim, o discurso da criminologia midiática, apesar de ser equivocado e punitivista, é aceito facilmente pela sociedade justamente por essa diferenciação binária que faz.

Uma outra consequência da criminologia midiática apontada por Dias, Dias e Mendonça (2013), é o fato de que as informações (ou desinformações) exploradas pela mídia faz com que a maioria das pessoas se imaginem como capacitadas a abordar questões de ordem penal, processual penal e política criminal. Deste modo, a mídia acaba sendo parte integrante do exercício de poder do sistema penal, através da criação do punitivismo popular, que impõe, por vezes, um modo exacerbado de analisar os problemas sociais. Uma vez sendo o único meio de acesso à informação para parte significativa da população, o conteúdo pronto trazido pela televisão não abre margem para o pensamento crítico.

A abordagem da criminalidade pela mídia ainda tem como consequência o que Luiz Flávio Gomes (2013) conceitua como populismo penal midiático. Segundo o autor, desde que a mídia se apropriou do discurso criminológico, que por sua vez é bastante lucrativo, o assunto nunca mais saiu da pauta das televisões e dos jornais. Este é um dos motivos pelo qual, no campo da criminalidade, todo mundo, incluindo os próprios jornalistas, possui sempre uma receita infalível para a "cura" da violência, seja a prisão, a humilhação, a abolição de garantias penais e até a tortura e o extermínio.

Em outras palavras, Gomes (2013) explica que os meios de comunicação se sobressaem como agentes relevantes do discurso do populismo penal, a partir do desenvolvimento no campo criminológico de uma maneira populista de se fazer jornalismo. Neste contexto, a imprensa atua de forma bastante seletiva, lançando-se de forma conservadora contra a criminalidade clássica, seja violenta, sexual ou patrimonial, cometida pelos jovens marginalizados ou por crimes organizados privados, ao passo que dá preferência ao jornalismo investigativo, que tem como alvo principal a corrupção e seus agentes, sejam eles estatais ou privados.

Indo ao encontro do recorte desta pesquisa, Rondelli (1998) destaca que no Brasil, além da cobertura dos casos de violência corriqueira, também tem sido mostrada a violência policial praticada de forma ilegal. Por sua vez, estes episódios além de possuírem todos os itens necessários para se tornarem fatos jornalísticos escandalosos e cruéis, acabam repercutindo também por revelarem e exporem publicamente para a opinião o caráter social das nossas práticas violentas. Assim, através das imagens, visibiliza-se uma desigualdade

"que se precipita como atos de violência física, com direito ao uso de armas, e à produção - de dimensão quase bélica - dos corpos de mortos e feridos, e que eclode no cotidiano das imagens da mídia" (Rondelli, 1998, p. 147).

Segundo bell hooks (2019), a luta para garantir o controle de como os negros são representados na mídia de massa apresenta poucas mudanças nos domínios da representação, se comparado com o progresso relativo destes na educação e no emprego. Para a autora, ao consumir livros, revistas, filmes, TV e fotografias, é muito provável que tenhamos contato com imagens de pessoas negras que reforçam a chamada supremacia branca²⁴. Tais imagens são produzidas por pessoas brancas que não se libertaram do racismo, ou por aquelas pessoas brancas ou negras que visualizam o mundo pela ótica da supremacia branca.

Assim, ainda para hooks (2019), há uma ligação direta e contínua entre a permanência do patriarcado supremacista branco e a naturalização de imagens promovidas pela mídia de massa, representações de raça e da negritude que operam na manutenção da opressão, da exploração e da dominação do povo negro em diferentes aspectos. Portanto, para a autora, apesar da luta pelos direitos civis, centenas de pessoas negras continuam sendo socializadas através da mídia de massa para internalizar valores da supremacia branca e, portanto, sem uma luta de resistência, massas de pessoas negras, além de todas as outras pessoas, não terão acesso a uma visão de mundo alternativa para afirmar e celebrar sua negritude.

Sobre este ponto, Araújo (2007) aponta para a necessidade de se fazer, no contexto brasileiro, uma séria reflexão sobre a disparidade existente entre a vida real e o que aparece na TV, assim como sobre as profundas consequências para a autoestima dos segmentos afro descendentes da população. Para o autor, não se pode ignorar que, quando estes grupos se vêem representados na televisão de modo estereotipado, interpretam a mensagem de que seu segmento racial populacional é secundário para o país e a sociedade, estando predestinado à subalternidade.

Tal problematização vai ao encontro do que Chimamanda Adichie (2019) debate em sua obra "O perigo de uma história única". Para a autora, a construção de histórias únicas tem, como sua principal consequência, o roubo da dignidade, além de dificultar o reconhecimento da humanidade em comum. Seu objetivo é enfatizar as diferenças, ao invés das semelhanças.

²⁴ Almeida (2019) explica que a supremacia branca é uma forma de hegemonia, no qual a dominação é exercida não somente pelo exercício da força de poder, mas também pelo estabelecimento de mediações e de consensos ideológicos, ou seja, pelo modo que as desigualdades, a violência e a discriminação racial acabam sendo absorvidas como componentes da vida social.

Contá-las de modo sempre negativo, significa simplificar as experiências e criar estereótipos que, não necessariamente sejam falsos, mas são incompletos. Adichie (2019) ainda destaca que as histórias únicas estão associadas ao poder, sendo este “a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (Adichie, 2019, p.6). Assim, o modo como as histórias são contadas, quem as conta, quando e quantas são contadas depende muito do poder.

Todos os fatores elencados neste capítulo revelam nuances a respeito de como a população negra é representada na programação televisiva, especialmente na cobertura sobre violência, responsável por fomentar uma íntima relação entre o crime e a negritude. Entretanto, é importante esclarecer, a exemplo de Carvalho, Freire e Vilar (2012), que não se deve atribuir unicamente à mídia uma influência direta no aumento da violência, pois isso significaria desviar o foco do problema, que muito provavelmente encontra-se nas interações sociais, questões relacionadas a cultura, distribuição de renda e até mesmo ao acesso à educação. Mas ainda assim, embora não tenha responsabilidade única, os impactos sociais gerados pelos meios de comunicação podem ter como consequência a banalização do tema, ao explorar com frequência atos violentos a partir de imagens e sentidos de conflitos sociais. Portanto, os esforços para contenção e combate a violência passam pela maneira como os meios de comunicação pautam o tema.

4 PERCURSO METODOLÓGICO: EXPLORANDO A ANÁLISE TELEVISUAL

Segundo Gomes (2011), mesmo com a intensa importância assumida pela televisão no Brasil, não foram desenvolvidos métodos de análise adequados a todos os seus produtos, uma limitação que faz com que a TV acabe sendo estudada a partir de abordagens mais generalistas, como as macroeconômica, histórica e social, e que, por isso, o programa televisivo, na concepção de produto cultural, seja deixado de lado.

Também debruçando-se sobre as abordagens de análise, Becker (2005) explica que os estudos dos meios de comunicação de massa tem discutido o conteúdo ideológico desses meios na formação do perfil identitário, deixando de lado a investigação sobre a sua densidade cultural e, ainda, sem direcionar o foco para as relações político-econômicas da sociedade e as suas mediações enquanto processos de produção de sentido.

No que se refere ao telejornalismo, em específico, Gomes (2011) ainda revela que a situação se agrava, pois,

tais estudos têm o mérito de reconhecer a televisão como objeto de interesse científico e de produzir conhecimento relevante sobre a televisão no Brasil, em especial quanto ao seu caráter histórico, social e econômico, mas a pouca ênfase nos produtos televisivos, tomados eles mesmos como objeto empírico, tem resultado numa certa fragilidade teórica e metodológica, quando se trata de descrever, analisar, interpretar os modos de funcionamento, as especificidades, as características do programa televisivo (Gomes, 2011, p.17).

Também referindo-se a análise telejornalística, Becker (2019) explica que ainda após a vigência da concepção de Raymond Williams, que recusa o entendimento da televisão enquanto, apenas, um determinismo tecnológico e como uma força que age por si mesma, abrindo espaço para uma perspectiva da TV como tecnologia e forma cultural, "que converge tanto formas derivadas de outros tipos de atividades culturais quanto inovadoras" (Becker, 2019, p.70), muitos dos estudos sobre o telejornalismo adotam propostas metodológicas que priorizam o conteúdo em detrimento da forma, o que causa uma carência a respeito do olhar sobre a combinação de imagens e de palavras produtoras de sentidos constituídas na escrita e na leitura, assim como sobre o sistema comunicativo em que o texto encontra-se inscrito, as práticas produtivas e, por fim, as interações das audiências.

Assim, a partir do gargalo identificado pelas autoras, esta pesquisa adota a perspectiva dos estudos culturais como método de abordagem (Gomes, 2015), buscando "compreender o

funcionamento dos *media* não em si mesmos e para si mesmos, mas compreender o funcionamento dos *media* na sua vinculação com a cultura, sociedade e relações de poder" (Gomes, 2011, p.112). Objetivamos, com esta abordagem, interpretar os programas jornalísticos televisivos selecionados considerando, ao mesmo tempo, aspectos históricos, sociais, ideológicos e culturais do telejornalismo, garantindo assim unidade ao objeto de estudo, além de uma análise mais atenta.

4.1 Telejornalismo e estudos culturais

A perspectiva adotada por Gomes (2011) parte da concepção de que o telejornalismo é uma forma cultural e uma instituição social, nos termos de Raymond Williams. Por sua vez, enquanto instituição social, o telejornalismo não se configura somente a partir das possibilidades tecnológicas oferecidas, mas também na conjunção de possibilidades tecnológicas com determinadas condições históricas, sociais, econômicas e culturais, assumindo assim o caráter de processo histórico e cultural. Para a autora, é justamente neste ponto que está um dos principais desafios da investigação do jornalismo contemporâneo: a tecnologia digital e o multiculturalismo, ou seja, como a globalização e os fluxos migratórios interagem com a prática jornalística e que implicações apresentam sobre o jornalismo enquanto atividade social, ideológica e para o campo profissional. Isso porque,

ao mesmo tempo em que a convergência tecnológica implica uma reorganização do processo de produção jornalística, com consequências sobre o que costumamos chamar de cultura jornalística, as tecnologias digitais têm favorecido, senão o surgimento, a consolidação do jornalismo de tipo cidadão, com a proliferação dos recursos de interatividade, dos *blogs*, *chats*, do jornalismo *open source* e de sites de disponibilização de vídeos que tendem a reconfigurar os valores jornalísticos e a relação entre jornalismo e público. No caso específico do telejornalismo, verificamos, por exemplo, que cada vez mais as grandes emissoras têm utilizado imagens de amadores, em particular de filmes produzidos com telefones celulares – imagens, portanto, que não seguem quaisquer dos critérios profissionais de controle e verificação da informação – como modo justamente de ampliar a autenticidade e a veracidade dos programas telejornalísticos (Gomes, 2011, p.23).

A noção de que o jornalismo possui a função institucional de fazer com que a informação seja disponibilizada publicamente é uma construção. Isso porque, é da ordem da cultura o jornalismo ter sido desenvolvido a partir desta perspectiva em sociedades específicas. Entretanto, afirmar o telejornalismo como uma construção não impede o reconhecimento de que ele se configura como uma instituição social de determinado tipo nas

sociedades contemporâneas ocidentais. Partindo deste ponto de vista, faz-se necessária uma atenção às distinções existentes entre as sociedades, tempos históricos e seus jornalismo, tanto do ponto de vista de seus valores, como também das formas do gênero. Assim, é fundamental interrogar como se dá a relação entre jornalismo, cultura e sociedade, e como essa relação configura os valores do jornalismo considerados universais, como o interesse público, a atualidade, a objetividade, a credibilidade, a independência e a legitimidade.

Ainda é importante esclarecer que, no que diz respeito ao telejornalismo, é necessário a assimilação da notícia como uma forma cultural específica de lidar com a informação e o programa jornalístico televisivo como uma forma cultural determinada de lidar com a notícia na TV. Neste contexto, a notícia é um gênero do discurso e o programa jornalístico televisivo um gênero midiático, conforme explica Gomes (2011):

A notícia é um discurso e, como tal, um conjunto de convenções que ajudou a configurar o jornalismo como uma instituição socialmente reconhecida e no interior da qual fazem sentido as noções de imparcialidade e objetividade e as distinções entre fato e ficção, informação e entretenimento. Naturalmente, a notícia televisiva é um discurso que é estruturado pelos discursos mais amplos da televisão. A notícia, seja ela ouvida no rádio, lida nos jornais ou vista na televisão, ganha muito de sua configuração das características do próprio meio no qual ela aparece. Daí a importância de analisarmos as configurações da notícia como um gênero discursivo em relação às características que ela ganha quando elaborada para transmissão na televisão (Gomes, 2011, p.21).

As elucidações trazidas neste início de capítulo abrem os caminhos para uma investigação abrangente, que considere o contexto histórico e cultural em que o *Jornal Nacional* e *Repórter Brasil* estão sendo realizados, para que assim, possamos nos aprofundar a respeito do debate racial na cobertura jornalística das notícias sobre violência policial selecionadas para análise.

4.2 Análise televisual

O método de procedimento (Gomes, 2015) adotado por este estudo é amparado por referências teóricas dos Estudos Culturais e, portanto, parte da perspectiva de que os gêneros televisivos são compreendidos como categorias culturais que organizam as práticas televisivas e também como estratégias de comunicação com o seu telespectador em contextos específicos.

Desenvolvida por Becker (2005, 2012), a Análise Televisual (AT) é uma metodologia voltada para o estudo de "narrativas jornalísticas audiovisuais, um instrumento para leitura crítica de conteúdos e formatos noticiosos que utilizam a linguagem audiovisual e recursos multimídia na TV e na *web*" (Becker, 2012, p.231). Esta opção metodológica busca dar conta de três etapas essenciais: a descrição do objeto de estudo, a análise televisual em si e, por fim, a interpretação dos resultados alcançados.

Por sua vez, a realização da AT, etapa 2, é constituída por uma análise quantitativa e uma qualitativa dos conteúdos jornalísticos selecionados. Nesta fase, são aplicadas seis categorias básicas e três princípios de enunciação, que serão detalhados mais adiante. É importante ressaltar que o método descrito ainda possibilita uma análise comparativa, como propõe o presente trabalho. Como esclarece Becker (2012):

Em função do interesse da investigação em curso, quando o *corpus* eleito para pesquisa for formado por mais de um objeto de estudo de gêneros discursivos iguais ou semelhantes, poderá ser utilizada ainda uma análise comparativa. Isso permitirá um cruzamento dos dados apurados, ou seja, uma sistematização integrada dos resultados encontrados e, conseqüentemente, respostas mais amplas referentes à hipótese da análise proposta, como no caso do estudo de mais de um telejornal, de uma telenovela, ou de uma série de televisão (Becker, 2012, p. 234).

Na concepção da autora, a maioria das análises a respeito de textos televisivos acabam debruçando-se apenas sobre os sistemas político, econômico e tecnológico, no qual se forjam as regras de produção e as condições de recepção, sem se preocupar com os recursos televisuais utilizados na construção dos enunciados, ou seja, as imagens e os sons que constituem as mensagens acabam não sendo priorizados. Para a autora, o fato da televisão não refletir a realidade, mas produzir significados a partir de regras específicas e de uma linguagem própria, faz com que seja necessário o desenvolvimento de análises que considerem o modo como esta produz sentidos a partir da combinação de palavras, imagens e outros elementos da narrativa audiovisual, o que justifica de modo claro o seu método.

É válido ressaltar que, embora a autora tenha cunhado mais recentemente um novo esquema analítico em evolução a AT, chamado de *Análise Televisual Convergente* (ATC), pensado para uma leitura que abranja as complexidades de um esquema convergente, como singularidade da ambiência, características das organizações e práticas produtivas, modos de circulação e interações das audiências, optamos pelo uso da *Análise Televisual* em virtude do foco desta pesquisa, centrado especialmente nos "modos como os textos em áudio e vídeo são

estruturados, inseridos ou não em uma grade de programação e produzem sentidos e representações, visibilidades e invisibilidades permeados por jogos discursivos em contextos socioculturais e políticos específicos" (Becker, 2019, p. 78). Assim, apesar de reconhecer a pertinência e importância da atualização da metodologia, entendemos que as categorias acrescentadas, ligadas a convergência midiática, não revelariam grandes achados a respeito do que esta pesquisa propõe analisar.

4.2.1 Categorias de análise quantitativa

Com a realização da descrição dos produtos estudados, primeira etapa do método, torna-se apta a execução da segunda fase, realizada a partir de um estudo quantitativo da Análise Televisual. Ele se dá através da aplicação de seis categorias básicas (Becker, 2012), a saber:

- (1) Estrutura do Texto: Evidencia os elementos que caracterizam o produto audiovisual estudado, considerando os contextos de produção e de distribuição, assim como os estilos de narração e informações sobre como os formatos e conteúdos se organizam (duração, divisão em blocos, etc). Tratando-se das narrativas jornalísticas audiovisuais disponibilizadas na rede, a Estrutura do Texto permite a compreensão de elementos relacionados a sistematização da notícia a partir de estratégias de usabilidade, considerando categorias como hipertextualidade, interatividade, atualidade e memória.
- (2) Temática: Revela quais são os conteúdos e temas privilegiados no produto audiovisual analisado, permitindo, deste modo, a identificação dos editoriais de maior destaque.
- (3) Enunciadores: Possibilita a identificação dos principais atores sociais que possuem participação na narrativa. Neste momento, são observados os diálogos, depoimentos e as diferentes vozes presentes e ausentes nos relatos. Considera-se ainda o modo como os âncoras e

repórteres apresentam o texto e como a credibilidade desses profissionais é construída.

- (4) Visualidade: Considera o cenário visual e o modo como ele, assim como os figurinos e recursos gráficos e multimídia, são construídos.
- (5) Som: Indica como os elementos sonoros, as palavras, trilhas sonoras e ruídos se relacionam aos elementos audiovisuais e participam da construção de sentido dos textos.
- (6) Edição: Desvela o processo de montagem da obra estudada, proporcionando a compreensão de como principais características das narrativas jornalísticas audiovisuais e a combinação de texto verbal e imagem produzem sentidos.

4.2.2 Princípios de enunciação

A partir da primeira leitura proporcionada pelas categorias de análise quantitativas, torna-se possível a realização da análise qualitativa, que se dá a partir de três princípios de enunciação (Becker, 2012). São eles:

- (1) Fragmentação: Expressa o caráter enxuto e condensado que se faz comum em toda a programação televisiva e prioriza programas de curta duração, impossibilitando que o telespectador tenha um aprofundamento sobre o assunto ou noção do todo.
- (2) Dramatização: Diz respeito a natureza ficcional da narrativa que busca o envolvimento emocional do telespectador a partir de um desvendamento da narrativa por etapas, para que o clímax seja aumentado e para agregar um caráter dramático ao acontecimento. A construção deste princípio se acentua com o uso de técnicas e recursos

audiovisuais, gerando um apagamento das fronteiras entre realidade e ficção.

- (3) Definição de Identidades e Valores: Corresponde ao conhecimento das marcas enunciativas que se referem aos valores atribuídos aos problemas e conflitos narrados e o modo como estes são julgados e qualificados.

A soma das duas abordagens apresentadas (a quantitativa e a qualitativa) proporciona uma intimidade com o discurso audiovisual a partir da percepção do texto como um conjunto de enunciações verbais e não verbais e suas combinações. Isso porque, ainda que muitos estudos foquem a análise na enunciação verbal, sentidos abstratos podem ser produzidos a partir dos enunciados não verbais, que interferem na construção de sentido da mensagem (Becker, 2012).

5 VIOLÊNCIA POLICIAL E RACISMO: O NEGRO TELEVISIONADO PELO JORNAL NACIONAL E PELO REPÓRTER BRASIL

5.1 Levantamento das notícias analisadas

A amostra analisada por esta pesquisa foi construída a partir de um levantamento de todas as notícias de casos de violência policial exibidas pelo *Jornal Nacional* e pelo *Repórter Brasil* entre janeiro de 2022 a dezembro de 2023. A seleção do material de análise foi realizada através do *Globoplay* e do *site* oficial da *TV Brasil*, duas plataformas *on-line* onde as edições de ambos os jornais exibidas na televisão se encontram disponibilizadas tanto na íntegra, como também em blocos de uma única notícia, intituladas com a chamada de cada uma delas. Foi este último formato que permitiu que uma a uma, todas as notícias transmitidas nos dois produtos entre os anos de 2022 e 2023 fossem checadas, para que o levantamento das matérias relacionadas aos casos de violência policial fosse realizado.

O processo de busca inicial consistiu na seleção de todos os casos de violência praticados por agentes de segurança pública no Brasil e em que houve, de forma comprovada, em investigação ou relatado por vítimas e testemunhas, padrões abusivos do uso da força. Foram considerados os eventos de violência praticados por agentes de qualquer uma das forças de segurança pública, abrangendo a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Guarda Municipal e as Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica)²⁵. Além disso, foram selecionados os casos ocorridos dentro e fora do exercício da profissão, já que a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, considera os episódios em que se há o pretexto de exercer a função.

Neste primeiro levantamento não foram considerados, somente, os casos de violência contra indivíduos negros. Isto porque, realizando um levantamento total que independe da vítima, teríamos informações relevantes a respeito do tratamento que cada um dos telejornais oferece a pauta da violência policial. Assim, a primeira seleção descartou somente:

1. Casos de violência policial ocorridos em territórios internacionais;

²⁵Os casos de violência praticados por profissionais do Corpo de Bombeiros foram eliminados a partir do entendimento de que o papel prioritário da instituição não se relaciona diretamente com o controle da criminalidade, no mesmo sentido que as instituições policiais.

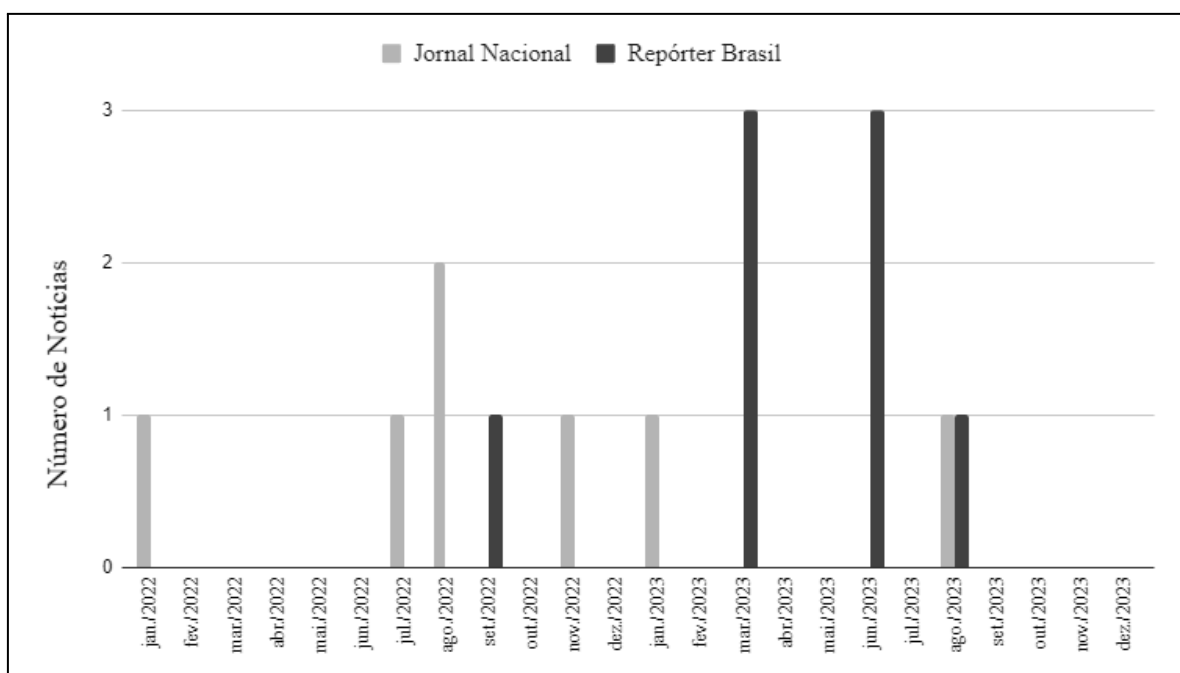
2. Episódios de violência praticados por agentes de segurança privada e do corpo de bombeiros;
3. Casos de violência praticados por agentes de segurança pública contra pessoas do seu convívio (como familiares), pelo entendimento de que estes podem ser motivados por diversos fatores, inclusive pessoais;
4. Casos de violência praticados por agentes de segurança pública que podem ter tido motivação política, como o caso Marielle, vereadora assassinada em 2018 no Rio de Janeiro, e o caso do tesoureiro do PT Marcelo Arruda, morto em julho de 2022, em Foz do Iguaçu, por um policial penal.

Realizada a primeira seleção, a amostra foi filtrada para que fossem selecionados apenas os episódios de interesse específico desta pesquisa, ou seja, aqueles casos de violência policial cometidos contra pessoas negras, com o recorte de raça explicitados pelas próprias reportagens. Neste momento, foram descartados principalmente os casos no qual as vítimas eram brancas ou que não fosse possível identificar a raça, casos em que, pelas imagens, era possível identificar que as vítimas eram negras, mas que a notícia não trazia este recorte racial e, por fim, diversos casos relacionados às operações policiais, no qual as vítimas não eram identificadas, pelo grande volume de mortes em determinada ação, ou que não se tinha a certeza de onde partiu o tiro que violentou a vítima, se das armas dos policiais ou criminosos.

Com esta filtragem, chegou-se a amostra final de 15 notícias, sendo 7 delas veiculadas pelo *Jornal Nacional*²⁶ e as outras 8 pelo *Repórter Brasil*, como demonstra o gráfico abaixo.

²⁶ No dia 24 de agosto de 2022, o JN exibiu duas notícias consideradas aptas para a presente análise. Assim, as 7 notícias analisadas por esta pesquisa foram exibidas em 6 edições. Diferente do RB que possui cada uma das notícias analisadas transmitidas em dias distintos, totalizando uma amostra de 8 notícias transmitidas em 8 edições.

Gráfico 1: Distribuição das notícias analisadas entre os anos de 2022 e 2023



Fonte: A autora

As 7 notícias veiculadas pelo JN referem-se à cobertura de 7 diferentes casos. Já entre as 8 notícias do RB, há 6 casos. Não houve também nenhum acontecimento que tenha sido coberto pelos dois jornais. As notícias selecionadas para análise podem ser conferidas no quadro abaixo:

Quadro 1: Notícias selecionadas para a análise.

	Data	Duração da notícia	Notícia	Descrição da notícia
Jornal Nacional	03/02/2022	03:36	Sargento da marinha mata vizinho negro, no RJ, e diz que o confundiu com bandido.	Durval Teófilo Filho, homem negro, estava chegando na sua casa, em um condomínio em São Gonçalo (RJ), após mais um dia de trabalho, quando foi confundido com um bandido pelo seu vizinho, o sargento da marinha Aurélio Bezerra. Na ocasião, o militar disparou tiros contra Durval, que acabou morrendo no hospital.
	18/07/2022	03:24	Ministério Público investiga morte de homem negro em abordagem policial em Minas Gerais.	Marcos Vinícius Vieira Couto, jovem negro, foi morto em uma abordagem policial motivada por uma denúncia de agressão em uma festa em Minas Gerais. Segundo os PMs não

				identificados, Marcos Vinícius, quando estava sendo abordado, tentou pegar a arma de um dos militares. Como resposta, o sargento Rodrigo Figueiredo Gomes disparou tiros no jovem, que já chegou morto ao hospital. Até a veiculação da notícia, o comportamento reativo de Marcos apontado pelos policiais não havia sido comprovado.
24/08/2022	03:45	Músico negro preso injustamente há dois anos volta a ser detido no RJ sem ter cometido crime algum.		Luiz Carlos Justino, músico negro, foi detido injustamente pela segunda vez ao passar em uma blitz no caminho para sua casa em Niterói (RJ). O músico já havia sido preso em 2020, apontado como suspeito de um crime que não cometeu, e dois anos depois, por uma falha que manteve o seu mandado de prisão no sistema do Banco Nacional de Monitoramento de Prisão do Conselho Nacional de Justiça, o músico foi mais uma vez detido sem ter cometido crime algum.
24/08/2022	03:06	Justiça Militar absolve PM que pisou no pescoço de mulher negra durante abordagem.		Um conselho formado por cinco juízes decidiu absolver um Policial Militar, não identificado, acusado de pisar no pescoço de uma mulher negra, também não identificada, na capital paulista. O fato aconteceu em 2020, durante uma abordagem motivada por uma denúncia que apontou que o bar da mulher estava funcionando durante a quarentena da Covid-19, o que era proibido. Apesar das imagens que comprovam a situação vexatória, o policial foi inocentado.
15/11/2022	00:35	Corregedoria da PM do DF afasta 3 policiais que agrediram homem negro.		Câmeras de segurança registraram o momento em que 3 policiais não identificados, agrediram o garçom Marcos Vinícius da Silva com tapas, chutes e empurrões. Segundo a vítima, a agressão se deu pelo fato dele questionar o motivo pelo qual estava sendo abordado. Os policiais foram afastados pela Corregedoria da PM do DF.
07/01/2023	03:01	PRF afasta agentes envolvidos no espancamento de um homem negro no Tocantins.		A PFR no Tocantins afastou 4 policiais não identificados, filmados espancando um homem negro (também não identificado) em um posto de combustíveis em Palmas. A abordagem ocorreu pela suspeita dos policiais de

				que a vítima estava dirigindo embriagada. Segundo a PRF, ele teria desrespeitado a ordem de parar o carro.
	22/08/2023	00:34	6ª turma do STJ aumenta penas de PMs condenados pela morte de Amarildo.	A 6ª turma do STJ aumentou a pena de 8 PMs não identificados, condenados por torturar e assassinar o pedreiro Amarildo de Souza, desaparecido em 2013 após ser detido por policiais na porta de sua casa, na favela da Rocinha (RJ). O corpo dele não foi encontrado.
Repórter Brasil	23/09/2022	01:50	Denúncia de racismo: BPTur vai apurar conduta dos policiais.	A polícia investiga uma denúncia de racismo, ocorrida na praia de Copacabana (RJ), envolvendo um policial e um jovem negro, ambos não identificados. Na ocasião, o PM solicitou a documentação do jovem que estava aproveitando a praia com seus amigos e chegou a empunhar sua arma e ameaçar o grupo. Sem entender o motivo da abordagem, os jovens questionaram a falta de ação da polícia em um assalto que havia acabado de acontecer e consideraram o comportamento do policial racista.
	02/03/2023	01:58	STF julga caso que envolve "perfilamento racial".	Os ministros do STF começaram a votar em um julgamento que envolve um caso de "perfilamento racial", que é quando uma abordagem da polícia é feita em função da cor da pele. O caso aconteceu na cidade de Baurú (SP), em 2019 e o homem negro, não identificado, foi condenado, inicialmente, a 7 anos e 11 meses de prisão pelo porte de 1.5g de cocaína. No relatório policial, os agentes também não identificados relataram ter avistado "um indivíduo de cor negra em cena típica de tráfico de drogas".
	16/03/2022	00:39	Caso de PM que algemou jovem na moto é arquivado.	A justiça Militar arquivou o caso do PM Jocélio Souza, que, em 2021, algemou e arrastou em uma moto da corporação o jovem Jhonny Silva, preso em flagrante por tráfico de drogas e por pilotar uma moto sem habilitação. O caso ocorreu em Vila Prudente, Zona Leste de São Paulo, e o jovem foi arrastado por cerca de 300 metros.
	25/03/2022	00:53	Homem negro é espancado em Carapicuíba por cinco policiais.	Em São Paulo, 5 policiais não identificados espancaram um homem negro após uma discussão em um

				supermercado em Carapicuíba. Na ocasião, a vítima estava se sentindo desconfortável por ser seguido por um funcionário do estabelecimento. A polícia foi acionada e após uma discussão ele acabou sendo agredido. Já fora do local, o homem foi novamente abordado pela polícia e, neste momento, foi espancado. Na versão dos agentes, a agressão teria partido da vítima, também não identificada.
07/06/2023	01:21	Policiais amarram homem negro durante abordagem.		A PM de São Paulo afastou policiais não identificados, gravados carregando um homem negro de 32 anos, suspeito de furtar alimentos em um supermercado. Na ocasião ele foi amarrado pelas mãos e pelos pés, depois levado em uma maca e jogado na viatura. A conduta dos agentes foi questionada pelo ouvidor das Polícias do estado de São Paulo, que classificou como “tortura”, “chocantes” e “absurdas”. O homem amarrado, também não identificado, foi preso e vai responder pelos crimes de furto, resistência e corrupção de menores.
08/06/2023	02:24	Homem negro amarrado em SP continua preso após audiência de custódia.		A Justiça converteu a prisão em flagrante do homem negro amarrado em São Paulo para preventiva, por tempo indeterminado. A medida se deu em audiência de custódia. O acusado foi amarrado pelas mãos e pelos pés, depois levado em uma maca e jogado na viatura. A acusação contra o homem amarrado e preso é de furto de alimentos.
29/06/2023	00:36	Governo de SP é condenado a pagar indenização a jovem arrastado.		O Governo de SP foi condenado a pagar uma indenização por danos morais no valor de R\$10.000 a Jhonny Silva, algemado e puxado pelo Policial Militar Jocélio Souza em uma moto da própria corporação durante uma ação em 2021. Jhonny Silva foi detido por tráfico e acabou sendo arrastado por 300m pelo Cabo.
09/08/2023	02:53	Thiago Flausino: dor e revolta no enterro do adolescente no Rio.		O adolescente negro Thiago Flausino, de apenas 13 anos, foi morto em uma operação policial em uma das principais vias de acesso da Cidade de Deus (RJ). Os policiais sustentaram a

				versão de que a vítima teria atirado nos agentes, o que, até a divulgação da notícia, não teria sido comprovado. Com o ocorrido, os moradores da comunidade protestaram contra a truculência policial. A defensoria pública considerou desmedida a reação da polícia para tentar conter a manifestação na comunidade.
--	--	--	--	--

Fonte: A autora

É importante destacar que durante o levantamento não foi utilizada nenhuma metodologia que buscasse uma amostra com um volume igualitário de notícias entre os dois telejornais analisados ou uma distribuição equilibrada entre os meses de pesquisa. O que executamos foi um levantamento literal de todos os casos de violência policial contra pessoas negras cobertos por cada um dos programas, considerando que o próprio volume de notícias já se configura como uma categoria de análise.

5.2 Apresentação dos telejornais

Como explica Gomes (2011), a adoção da concepção do telejornalismo enquanto uma forma cultural e uma instituição social exige uma análise fortemente contextualizada do produto. De modo detalhado, deverão ser consideradas a contextualização em relação à emissora, à televisão, à concorrência, ao jornalismo e, por fim, em relação à sociedade e à cultura. Entretanto, a autora explica que esta contextualização atenta não deve ser um pretexto para voltar o foco da análise para outros objetos, que não o programa televisivo. Ao contrário, a contextualização deve ser realizada com o objetivo de proporcionar a compreensão do programa como produto cultural específico.

Nesta sessão, nos atentaremos especialmente às questões históricas relevantes, já que as principais características dos produtos já serão detalhadas na segunda fase da AT.

5.2.1 *Jornal Nacional*

Principal telejornal do Brasil a ser transmitido em rede, o *Jornal Nacional* foi ao ar pela primeira vez em 1º de setembro de 1969, idealizado por Armando Nogueira, então

diretor de jornalismo da emissora. Segundo o Memória Globo (2022), projeto da emissora que visa contar a sua história, o *Jornal Nacional* estreou para competir com o *Repórter Esso*, noticiário da *TV Tupi*, primeira emissora de TV do Brasil e da América Latina. De modo pioneiro, o JN foi o ponto de partida de um projeto que buscava transformar a *Globo* na primeira rede de televisão do Brasil.

A primeira edição do jornal, apresentada por Hilton Gomes e Cid Moreira, foi aberta com a seguinte frase: "O Jornal Nacional da Rede Globo, um serviço de notícias integrando o Brasil novo, inaugura-se neste momento: imagem e som de todo o Brasil" (Memória Globo, 2022). Naquele momento, a voz de Cid Moreira ainda anunciou: "Dentro de instantes, para vocês, a grande escalada nacional de notícias" (Memória Globo, 2022). Desde sua estreia, o telejornal é apresentado por dois profissionais fixos de segunda a sexta e, aos sábados, abre espaço para outros profissionais.

Dentre outros fatores, a chegada do programa foi marcada por uma inovação que, segundo o Memória Globo (2022), despertou o interesse do telespectador. Enquanto o concorrente *Repórter Esso* deixava as notícias mais importantes para o fim do programa, o JN as trazia logo na abertura. Para Becker (2020), o JN funcionou como

um instrumento de integração do País marcado pelo interesse da ordem nacional. Assim, o noticiário assumiu um papel de conservação das relações de poder e um controle social no agendamento político e cultural do país em suas representações do Brasil e das identidades nacionais (Becker, 2020, p.208).

Entretanto, Becker (2020) relembra que a garantia da credibilidade do telejornal nem sempre foi uma tarefa fácil. Isso porque, algumas mudanças no tratamento da informação jornalística, especialmente aquelas relacionadas à política, tiveram que ser aplicadas em consequência da insatisfação social. Um dos exemplos que a autora levanta para ilustrar este ponto foi a entrevista que o ex-presidente Jair Bolsonaro concedeu ao JN na campanha presidencial de 2018. Na ocasião, Bolsonaro questionou a receita financeira da Rede Globo e o apoio da emissora à ditadura. Em resposta, já no dia seguinte, o apresentador William Bonner leu uma nota que reafirmava a idoneidade da *TV Globo* e o seu compromisso com a isenção. Este episódio acabou influenciando a relação da emissora com o ex-presidente e, após sua vitória, Bolsonaro não apenas concedeu a sua primeira a Rede Record, emissora ligada à Igreja Universal do Reino de Deus, como também reduziu significativamente os aportes federais em campanhas publicitárias da Rede Globo.

De modo contraditório, em 2022 Jair Bolsonaro, naquela época pré-candidato à reeleição, elevou em 75% os gastos com publicidade na emissora entre os meses de janeiro e junho, único momento da gestão no qual a Globo recebeu mais dinheiro do que a Record e o SBT. Segundo Andrade (2022), no primeiro semestre de 2021, o investimento feito pelo Governo em materiais publicitários de televisão veiculados em âmbito nacional e regional havia sido de R\$6,5 milhões em valores líquidos. Já no mesmo período do ano seguinte, o valor chegou a R\$11,4 milhões. O levantamento ainda aponta que, enquanto em 2021 às inserções publicitárias se caracterizam como “utilidade pública”, em 2022 foi priorizado um conteúdo de caráter institucional, com destaque para os feitos da gestão (Andrade, 2022).

Tais elucidações vão de encontro à perspectiva de Becker (2020) de que os sistemas de comunicação brasileiros ainda encontram-se intensamente imbricados aos interesses de grupos dominantes. Entretanto, para a autora, apesar da ocorrência de episódios polêmicos, o JN continua a posicionar sua mediação como um ator social de importância para a construção da realidade social do país, buscando a sua centralidade como fonte de informação para a população brasileira.

5.2.2 *Repórter Brasil*

O *Repórter Brasil* foi o primeiro produto jornalístico desenvolvido pela *TV Brasil*, uma emissora pública instituída em 2007 pelo governo Lula e gerida pela *Empresa Brasil de Comunicação* (EBC). Como registrado na aba "Sobre a TV", disponível no *site* oficial da emissora, a *TV Brasil*

veio atender à antiga aspiração da sociedade brasileira por uma televisão pública nacional, independente e democrática. Sua finalidade é complementar e ampliar a oferta de conteúdos, oferecendo uma programação de natureza informativa, cultural, artística, científica e formadora da cidadania (TV Brasil, 2017).

Ainda com 60 anos de atraso quando comparada à mídia comercial, a emissora chegou para representar algo novo para a comunicação social brasileira. Entre os objetivos traçados pela EBC estavam o fomento à cidadania, a consolidação da democracia e a participação da sociedade, através de uma atuação voltada para a garantia do direito à informação e a livre expressão de pensamento (Lei 11.652/2007) (Silva e Veloso, 2019, p.2).

Com estreia no mesmo ano em que a emissora foi criada, a primeira edição do programa jornalístico *Repórter Brasil* foi ao ar em 3 de setembro de 2007 e, segundo Eduardo Castro, naquela época gerente de jornalismo da EBC, a ideia do jornal era oferecer um produto diferente daquilo que era visto nas TVs comerciais, contemplando estados distantes dos grandes centros e temas que não apareciam, oferecendo espaço para assuntos que interferem diretamente na vida do telespectador (Soalheiro, 2007).

Relembrando a trajetória da EBC, Silva e Veloso (2019) elucidam que a emissora foi concretizada a partir da união da estatal Radiobrás com a Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto, através da Lei 11.652/2007. O documento previa a existência de um Conselho Curador dotado da função de representar a sociedade, de deliberar propostas da diretoria executiva e, ainda, de observar a linha editorial da emissora, cumprindo todos os princípios assegurados pela lei. Tal conselho, na ocasião formado por 22 membros, sendo 15 deles representantes da sociedade civil, 4 do Governo Federal, 2 do Congresso Nacional, incluindo Câmara e Senado e 1 funcionário da EBC, foi destituído pela Medida Provisória (MP) nº 744/2016 do governo Michel Temer, sendo esta uma das principais medidas do novo presidente ao assumir o cargo.

A partir de então foi iniciada uma reestruturação da Empresa Brasil de Comunicação, que colocou em risco a Lei de criação da emissora, que visava a construção de um espaço dedicado à promoção da cidadania e do interesse público. Insatisfeitos com o novo cenário, em 2017 os trabalhadores da EBC desenvolveram uma carta aberta denunciando as práticas de censura e os assédios que vinham sendo enfrentados diariamente. A exemplo, os profissionais pontuaram a ordem que receberam, exatamente no dia 15 de março daquele ano, data do Dia Nacional de Paralisações contra a reforma da previdência e trabalhista, de focar o seu trabalho na cobertura das consequências sobre o trânsito, ao invés daquele evento tão importante (Silva e Veloso, 2019)

Poucos meses depois, ainda no mesmo ano, o Sindicato dos Jornalistas e Radialistas e o Ministério Público do Trabalho também apontaram, em nota de repúdio, à perseguição e censura aos funcionários. Dando continuidade a linha do tempo construída por Silva e Veloso (2019), em novembro de 2017 os funcionários da EBC instituíram uma greve em defesa da comunicação pública do país, através de um movimento contra a falta de reajuste salarial e corte de benefícios, também com foco no repúdio dos trabalhadores contra o assédios e censura dos dirigentes da empresa. Poucos meses depois, em fevereiro de 2018, a autonomia

editorial da empresa foi alvo de discussões após o firmamento de um contrato de R\$1,8 milhões entre a EBC e a Agência Nacional de Águas (ANA). O acordo estabelecia que a empresa deveria cobrir o Fórum Mundial da Água produzindo apenas matérias de teor positivo sobre o Ministério do Meio Ambiente. Já no mês seguinte, os funcionários afirmaram ter recebido uma ordem da gerência para reduzir a cobertura sobre a morte de Marielle Franco, ex-vereadora do Rio de Janeiro. A justificativa dada foi que a direção do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) estaria tirando proveito do acontecimento. Ainda naquele ano, a Federação Nacional dos Jornalistas criticou o plano de realinhamento de estratégia, apresentado pela gestão da EBC.

É importante lembrar que a Empresa Brasil de Comunicação já havia expressado, no Manual de Jornalismo da EBC (2013), uma certa preocupação com questões relativas a discriminação racial, através da afirmação de que o jornalismo da emissora considera relevante a cobertura de iniciativas voltadas para o combate ao racismo. Segundo o documento,

suas coberturas jornalísticas devem garantir, respeitada a proporcionalidade e a pertinência, a diversidade de fontes e representações de gênero, raça, etnia e orientação sexual. A forma como os entrevistados se autodeclaram é respeitada e isso se reflete em textos, áudios e imagens. A EBC deve investir na formação e informação de suas equipes de jornalismo, de maneira a contribuir para ampliar, aprofundar e qualificar a cobertura jornalística sobre essa temática. As pautas da EBC rejeitam as situações de constrangimento que desvalorizam quaisquer identidades ou grupos sociais legítimos, seja por gênero, raça, etnia ou orientação sexual (Empresa Brasil de Comunicação, 2013).

Entretanto, mesmo com a explícita expressão deste compromisso, os entraves que ocasionaram a reestruturação da emissora através da destituição do Conselho Curador, responsável por assegurar a construção de um espaço voltado para a promoção da cidadania e interesse público, geraram impactos na sua atuação.

Considerando o contexto apresentado, é de extrema relevância destacar que durante o período de análise estabelecido para a realização desta pesquisa, especificamente em agosto de 2023, o *Repórter Brasil* passou por um processo de mudança que foi estabelecido com a promessa de "um jornalismo de qualidade e credibilidade, com mais profundidade e diversidade nas informações", como apontado pelo diretor-presidente da EBC, Hélio Doyle (TV Brasil, 2023). Segundo Cidinha Matos, diretora de jornalismo da EBC, o foco da mudança era fortalecer o jornalismo público, dissociado dos interesses do mercado e direcionado aos interesses dos cidadãos. Como consta no site oficial da *TV Brasil*, a emissora

reassumiu integralmente, desde julho de 2023 com a criação do Canal Gov²⁷, seu caráter público e dedicado à promoção da cidadania e valores democráticos (TV Brasil, 2023).

5.3 Análise quantitativa

5.3.1 Estrutura do Texto

No que diz respeito a *Estrutura do Texto*, o *Jornal Nacional* é exibido de segunda a sábado, a partir das 20h30 no canal da *Rede Globo* e no ao vivo do *Globoplay*, plataforma em que também fica disponível. Segundo o Memória Globo (2022), o programa conta com aproximadamente 45 minutos de duração, uma média confirmada pela análise das 6 edições da amostra, que apresentaram uma variação de tempo entre 30 e 50 minutos²⁸. O número de notícias exibidas em cada uma das edições é bastante variável, estando entre 14 e 24 nos dias analisados por este levantamento.

As transmissões se iniciam com uma apresentação das principais notícias daquela edição e se dividem em três ou quatro blocos, separados por intervalos com um tempo que varia entre 1 minuto e meio e 3 minutos. Não foram identificados padrões absolutos no tamanho dos blocos e na distribuição de notícias, entretanto, o último bloco costuma ser o mais curto e concentra as notícias mais “leves”, como as relacionadas às categorias esporte e entretenimento. O maior bloco pode ser o primeiro ou o segundo, a depender do número de intervalos que a edição possui. Antes de cada um dos intervalos os jornalistas apresentadores anunciam, como uma prévia, algumas das notícias que serão exibidas no bloco seguinte.

De acordo com as edições aqui analisadas, o programa não apresenta nenhum tipo de quadro que proporcione uma interação com o seu público, como tornou-se comum nos últimos anos em alguns telejornais. Na grade de programação da *Rede Globo*, o telejornal está inserido entre a “novela das sete” e a “novela das nove”, como popularmente são conhecidas as teledramaturgias da emissora, e é líder de audiência no horário nobre.

²⁷ O Canal Gov foi ao ar no dia 25 de julho de 2023 como parte do processo de reestruturação da EBC. O canal é "responsável pela cobertura das atividades e ações do Poder Executivo, com transmissão de eventos, entrevistas, pronunciamentos, informações de utilidade pública, programas e notícias do governo federal" (TV Brasil, 2023).

²⁸ O levantamento do tempo de duração de cada uma das edições do *Jornal Nacional* analisadas foi feito através dos vídeos disponibilizados na íntegra pelo *Globoplay*, e não pela transmissão em tempo real na televisão.

Por sua vez, o *Repórter Brasil* também é exibido de segunda a sábado, a partir das 19h com transmissão pelo canal da *TV Brasil* e, ainda, pelo *YouTube* da emissora. No período inicial desta pesquisa, o telejornal contava com cerca de 40 minutos de duração. Entretanto, no segundo semestre de 2023, entre a série de mudanças anunciadas pela emissora, o RB passou a ter 1 hora. Por isso, entre as 8 edições analisadas foi identificada uma grande variação de tempo, sendo a menor duração de 28 minutos e a maior de 1 hora e 2 minutos²⁹. O número de notícias também apresentou uma média bastante variável, com o número mínimo de 11 e máximo de 17 reportagens por dia.

De modo semelhante ao JN, cada uma das edições também se inicia com uma apresentação resumida das notícias de destaque e se estrutura em 2 blocos, divididos por intervalos de cerca de 2 minutos de duração e localizados aproximadamente na metade do programa. Antes do intervalo, outras notícias de destaque são apresentadas, como uma "prévia" do que virá no bloco seguinte. No que diz respeito à distribuição de notícias, identificou-se apenas que a previsão do tempo está sempre situada no segundo bloco e que, também de modo semelhante ao *Jornal Nacional*, as notícias de teor mais descontraído estão ao fim das edições. Com exceção desses dois pontos, nenhum outro padrão de distribuição foi percebido.

Apesar de já ter contado com quadros que proporcionavam a participação dos telespectadores, como o "Pergunta do dia", atualmente o RB também não apresenta nenhuma estratégia de interação com o seu público. Ainda assim, o telejornal demonstrou-se mais interativo do que o JN, através do quadro "Giro de Notícias", que mostra um resumo da semana a partir de um "giro" entre diversas reportagens das emissoras que fazem parte da Rede Nacional de Comunicação Pública.

Na grade de programação da *TV Brasil*, o RB é atualmente antecedido, de segunda a sexta, pelo programa esportivo *Stadium* e sucedido por uma telenovela. Já aos sábados, antes do telejornal está o programa de literatura e informação *Trilha de Letras* e após está o *Dando a Real com Demori*, um *talk show* que conduz entrevistas sobre diversos assuntos em tom descontraído.

²⁹ O levantamento do tempo de duração de cada uma das edições do *Repórter Brasil* analisadas foi feito através dos vídeos disponibilizados na íntegra no canal do *Youtube* da emissora, e não pela transmissão em tempo real na televisão.

5.3.2 *Temática*

Sobre a *Temática* dos programas, como descreve a própria Globo, o *Jornal Nacional* abrange uma "cobertura completa das principais notícias no Brasil e no mundo" (Memória Globo, 2022), "pautado pela credibilidade, isenção e ética" (Memória Globo, 2022). Já o *Repórter Brasil* aborda pautas diversificadas e aprofunda-se a respeito de temas que são do interesse da sociedade, como encontra-se descrito no *site* da emissora. Com a mudança ocorrida no segundo semestre de 2023, a descrição do site foi atualizada e segundo a *Tv Brasil* (2023), o programa teria "mais tempo para pautas diversificadas e aprofundamento de temas do interesse da sociedade".

De modo geral a linha editorial dos dois telejornais inclui notícias sobre Política, Economia, Clima, Entretenimento, Esportes, Segurança Pública, Saúde, Meio Ambiente, Mobilidade Urbana e informações diversas a respeito do cenário nacional e mundial. Entretanto, a análise das edições selecionadas para esta pesquisa evidenciou que as notícias relacionadas a Segurança Pública, Economia e Política ocupam a maior parte da linha editorial de ambos os jornais. Além destas áreas, o *Jornal Nacional* ainda dedica parte significativa das suas notícias ao cenário internacional e aos esportes. Já o *Repórter Brasil* reserva parte relevante da sua linha editorial para notícias sobre entretenimento, arte e projetos culturais, abrangendo cinema, exposições e literatura.

No que diz respeito a violência policial, principal recorte de interesse da análise, não foi encontrado nenhum indício que relevasse uma atenção maior oferecida à pauta em nenhum dos telejornais. Isso porque, o levantamento resultou em um volume de cerca de 100³⁰ notícias sobre o assunto em ambos os programas. Sobre este ponto, a principal diferença está na distribuição desproporcional durante os dois anos de análise. Enquanto o *Jornal Nacional* apresentou um volume muito mais relevante no ano de 2022, com cerca de 60% das 100 notícias concentradas neste ano, o *Repórter Brasil* pautou a violência policial com maior destaque no ano de 2023, com aproximadamente 79% das 100 notícias³¹.

³⁰ Destacamos que os números apresentados são apenas valores aproximados e não devem ser interpretados de modo absoluto, já que esta análise numérica dos casos totais de violência policial sem o recorte de raça não foi o objetivo principal deste trabalho e, por isso, estes números não foram calculados com a minuciosidade exigida pelo fazer científico.

³¹ É importante esclarecer que estas informações se referem à amostra inicial em seu estado completo, que considerou todos os casos de violência policial noticiados durante os anos de 2022 e 2023, antes que fosse feita a filtragem de raça.

Ainda percorrendo sobre a atenção que cada um dos telejornais oferece a violência policial, estendemos o olhar para o volume de notícias que não se referem a casos circunstanciais com vítimas específicas, mas trazem dados sobre o assunto, como ilustram as Figuras 01 e 02 apresentadas a seguir:

Figura 1: “STF determina que Governo do Rio de Janeiro elabore um plano para reduzir a letalidade da polícia em comunidades”



Fonte: Jornal Nacional, 03 fev. 2022³².

³² Printscreen Jornal Nacional, 03 fev. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10269439/>. Acesso em: 13. mar 2024.

Figura 2: “Violência policial no Brasil: jovens pretos e pardos são os alvos”



Fonte: Repórter Brasil, 13 dez. 2023³³.

Como é possível observar nas chamadas, estas notícias possuem um cunho mais informativo e extrapolam as pautas factuais sobre a violência policial. No que diz respeito a este tipo de conteúdo, de relevância significativa para conscientização das questões relacionadas à violência, o *Repórter Brasil* apresentou um volume significativamente superior, cerca de 7 vezes maior ao volume apresentado pelo *Jornal Nacional*. Especialmente no ano de 2023, este tipo de notícia aparentou ter sido considerada mais relevante pelo RB, sendo considerado até tema de uma série transmitida pelo telejornal em dezembro de 2023. O aumento do volume pode ser um reflexo das mudanças que ocorreram na *TV Brasil* no segundo semestre de 2023, como já mencionado.

5.3.3 Enunciadores

Tratando dos *Enunciadores*, o *Jornal Nacional* é apresentado prioritariamente pela dupla William Bonner e Renata Vasconcellos. Além de apresentador, Bonner também ocupa o

³³ Printscreen Repórter Brasil, 13 dez. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/12/violencia-policial-no-brasil-jovens-pretos-e-pardos-sao-os-alvos>. Acesso em: 13. mar 2024.

cargo de editor-chefe, já Renata Vasconcellos, ocupa também o cargo de diretora executiva do programa.

Figura 3: William Bonner e Renata Vasconcellos, apresentadores do Jornal Nacional.



Fonte: *Globoplay*.³⁴

O Memória Globo (2022) esclarece que, aos finais de semana, a bancada do jornal é ocupada por outros jornalistas, mas a análise detectou a participação de outros profissionais que não fazem parte da dupla principal também em dias da semana. Assim, além de Bonner e Vasconcellos, estiveram na bancada das edições analisadas os jornalistas Hélder Duarte e Roberto Kovalick e as jornalistas Ana Luiza Guimarães, Aline Midlej e Mônica Teixeira, organizados em 3 diferentes configurações de dupla. Dentre todos os profissionais mencionados, apenas a jornalista Aline Midlej é negra³⁵.

³⁴ Print Screen Globoplay. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/busca/?q=jornal+nacional+>. Acesso em: 13. mar 2024.

³⁵ Esta classificação empírica foi feita levando em consideração características de fenótipos, ou seja, aquelas que são observáveis, como a cor da pele.

Ainda que a bancada do jornal tenha sido ocupada por diversos jornalistas durante toda sua história, apenas no dia 16 de fevereiro de 2019 ela foi ocupada, pela primeira, por uma mulher negra, a jornalista Maria Júlia Coutinho (Figura 04).

Figura 4: Maria Júlia Coutinho, primeira mulher negra a apresentar o Jornal Nacional



Fonte: *Globoplay*, 16 fev 2019³⁶.

Também tardiamente, a bancada foi composta de forma simultânea por dois jornalistas negros no dia 14 de abril de 2022. Um acontecimento histórico, visto pela primeira vez em 50 anos e protagonizado pela já mencionada jornalista Aline Midlej e por Heraldo Pereira (Figura 5).

³⁶ Print Screen Jornal Nacional, 16 fev. 2019. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/data/16-02-2019/>. Acesso em: 21. mar 2024.

Figura 5: Aline Midlej e Heraldo Pereira, primeira dupla de apresentadores negros o Jornal Nacional



Fonte: *Globoplay*, 14 abr 2022³⁷.

Mais de um ano depois, em 09 de dezembro de 2023, uma outra jornalista, Aline Aguiar, também fez história, sendo a primeira mulher negra a assumir a bancada do mesmo jornal usando tranças nagô³⁸.

Figura 6: Aline Aguiar, primeira mulher negra a apresentar o JN usando tranças nagô



Fonte: *Globoplay*, 09 dez 2023³⁹.

³⁷ Print Screen Jornal Nacional, 14 abr. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/data/14-04-2022/>. Acesso em: 13. mar 2024.

³⁸ Estilo de trança de origem africana, nomeada deste modo em referência ao povo Nagô.

³⁹ Print Screen Jornal Nacional, 09 dez. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/data/09-12-2023/>. Acesso em: 13. mar 2024.

Dentro do processo de enunciação, os apresentadores e os demais repórteres, que atuam externamente, são os principais responsáveis pelas enunciações do JN, através de uma abordagem bastante objetiva. Aliás, como já mencionado no tópico anterior, o próprio portal Memória Globo (2022) aponta que a isenção é um dos princípios que pautam o programa. Também estão inseridos nos processos de enunciação os entrevistados que compõem as matérias, sejam eles autoridades especialistas nos assuntos tratados, representantes de instituições e organizações ou cidadãos comuns.

Estendo a análise para o *Repórter Brasil*, embora não tenham apresentado nenhuma das edições analisadas pela amostra desta pesquisa, o telejornal tem como dupla principal, desde janeiro de 2024, os jornalistas Guilherme Portanova e Iara Balduino.

Figura 7: Iara Balduino e Guilherme Portanova, atuais apresentadores do RB



Fonte: TV Brasil⁴⁰.

Já entre as 8 edições estudadas, 7 jornalistas assumiram a apresentação do programa, sem nenhum padrão aparente e organizados em 6 diferentes configurações de dupla, além de 2 episódios de apresentação individual. Entre os nomes estão os jornalistas Roberto Camargo, Katiuscia Neri, Pedro Henrique Moreira, Lara Fonseca, Pablo Mundim, Maria Paula Sato e Luiz Carlos Braga, sendo estes dois últimos selecionados para apresentar o jornal entre a série de mudanças propostas no segundo semestre de 2023.

Entre os 7 profissionais mencionados, apenas a jornalista Maria Paula Sato é negra. Entretanto, é válido ressaltar que atualmente ela não faz mais parte do quadro de integrantes

⁴⁰ Print Screen Tv Brasil. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>. Acesso em: 13. mar 2024.

do RB. Maria Paula acabou sendo alocada em outro projeto da *TV Brasil* quando o jornalista Luiz Carlos Braga, seu parceiro no telejornal, foi afastado da emissora após negar a existência da ditadura militar no Brasil em entrevista dada a um *podcast*, segundo o *Jornal Brasil de Fato* (2023).

De modo semelhante ao JN, compõe o quadro de enunciadores do programa os apresentadores e repórteres que conduzem as matérias externas, os comentaristas convidados pelo programa, normalmente especialistas em determinado assunto, os entrevistados, que representam instituições importantes ou a população em geral e os intérpretes de libras⁴¹, que tem sua participação fixa na tela durante toda a transmissão. Nas edições analisadas, apresentaram-se como participantes especialistas fixos o cientista político Ricardo Wahrendorff Caldas, como comentarista de política e economia, e a jornalista Anna Karina de Karvalho, como comentarista de cinema. Enquanto os enunciadores da linha de frente são responsáveis por uma cobertura também mais objetiva, a fala dos comentadores e entrevistados aparentam ter uma maior flexibilidade para posicionamentos.

Em resumo, a presença de profissionais negros foi identificada apenas uma vez em cada um dos telejornais analisados⁴², evidenciando que os indivíduos de cor branca ainda são os que possuem o maior poder de enunciação em ambos os telejornais, com volume muito mais significativo.

5.3.4 *Visualidade*

No que se refere a Visualidade, o JN é transmitido em um cenário inaugurado em junho de 2017, no também recém-inaugurado prédio de Jornalismo da Globo, localizado no Rio de Janeiro. A moderna bancada na qual os âncoras ficam posicionados se localiza no centro do estúdio, em uma espécie de palco, rodeados da redação onde se encontram os diversos profissionais responsáveis pela construção das notícias (Figura 8). A estratégia de utilizar a redação como cenário é adotada pelo JN desde 2000, quando completou os seus 35 anos (Memória Globo, 2022).

⁴¹ Com exceção dos sábados, dois intérpretes de libras participam de cada uma das edições, cada um fazendo a tradução de um dos blocos do programa.

⁴² Embora a jornalista negra Maria Paula Sato não faça mais parte do quadro de âncoras da TV Brasil, ela foi substituída pela já mencionada jornalista Iara Balduino.

Figura 8: Atual estúdio do Jornal Nacional, inaugurado em 2017



Fonte: G1, 19 jun. 2017⁴³.

Atualmente, o fundo do cenário é composto por uma grande tela de LED retrátil com cerca de 16 metros de largura e 3 de altura, com tecnologia que proporciona um efeito 3D aos recursos gráficos que são frequentemente utilizados no estúdio para ilustrar dados e informações que estão sendo utilizadas nas notícias. As artes ali projetadas podem ser visualizadas em diferentes perspectivas, de acordo com o movimento das câmeras. (Memória Globo, 2022).

A principal imagem de fundo é uma tela em azul vibrante, na qual se encontra um mapa *mundi* desenhado em linhas finas. No centro da tela, aparece a logomarca do JN, aplicada em um efeito 3D que causa a impressão de flutuação (Figura 9).

⁴³ Jornal Nacional estreia em casa nova. G1. 19 jun. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/jornal-nacional-inaugura-estudio-no-centro-de-nova-educacao-integrada-da-globo.ghtml>. Acesso em: 14. mar 2024.

Figura 9: Cenário do Jornal Nacional



Fonte: *Globoplay*, 22 ago. 2023⁴⁴.

O amplo espaço do estúdio também permite que os apresentadores possam se levantar da bancada e se aproximar de uma outra tela, em tamanho menor, para interagirem com outros repórteres, que fazem entradas ao vivo e também participam dentro do estúdio para comentar questões como a previsão do tempo, como demonstra a figura 10.

⁴⁴ Print Screen Jornal Nacional, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/data/22-08-2023/>. Acesso em: 14. mar 2024.

Figura 10: Apresentação da previsão do tempo no JN



Fonte: *Globoplay*, 22 ago. 2023⁴⁵.

Os equipamentos utilizados proporcionam enquadramentos em diversos ângulos e tornam as imagens do telejornal bastante dinâmicas. De modo geral, todos os recursos visuais utilizados pelo JN transmitem modernidade e inovação, através do uso de elementos tecnológicos que buscam, ao que parece, reforçar a credibilidade do telejornal e valorizam sua estética.

Com proposta mais simples, o *Repórter Brasil* é apresentado em um cenário em tons neutros e acabamento em madeira (Figura 11). Os âncoras não possuem bancada e apresentam o programa de pé. Logo atrás deles, se encontra uma tela na qual as imagens das reportagens são exibidas.

⁴⁵ Print Screen Jornal Nacional, 22 ago. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-nacional/t/MyCrVrr6gW/data/22-08-2023/>. Acesso em: 14. mar 2024.

Figura 11: Cenário do Repórter Brasil até meados de 2023



Fonte: TV Brasil, 16 mar. 2023⁴⁶.

Entretanto, dentre as mudanças anunciadas em meados de 2023, o RB trouxe uma nova marca e um novo cenário, mais dinâmico e moderno, segundo a *TV Brasil* (2023). De cara, a principal mudança que se nota é a substituição do amadeirado que caracterizava a maior parte do cenário por um outro material, agora em tons de cinza (Figura 12). Ao que aparenta, não houve mudanças na tela ou iluminação, nem foram adicionados grandes recursos tecnológicos. Além disso, os âncoras continuaram apresentando o programa de pé, localizados à frente da tela principal.

⁴⁶ Print Screen Repórter Brasil, 16 mar. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/03/caso-de-pm-que-almemou-jovem-na-moto-e-arquivado/>. Acesso em: 14. mar 2024.

Figura 12: Atual cenário do Repórter Brasil



Fonte: TV Brasil, 09 ago. 2023⁴⁷.

Uma outra mudança relevante observada foi a adição de uma bancada, onde os âncoras se posicionam para receber entrevistados em estúdio. A estrutura permite que os jornalistas e o convidado se posicionem de forma que possam conversar se olhando, sem dar as costas para a câmera.

⁴⁷ Print Screen Repórter Brasil, 09 ago. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/thiago-flausino-dor-e-revolta-no-enterro-do-adolescente-no-rio>. Acesso em: 14. mar 2024.

Figura 13: Nova bancada de entrevistas do Repórter Brasil



Fonte: TV Brasil, 09 ago. 2023.⁴⁸.

Com exceção dos pontos comentados, não foi identificada nenhuma outra mudança.

5.3.5 Som

No que diz respeito aos recursos de *Som*, o principal elemento utilizado pelo *Jornal Nacional* é a sua vinheta, que compõe fortemente a identidade do programa. Este recurso aparece na abertura do telejornal e está presente durante toda apresentação das principais notícias do dia, no início do programa, tocando ao fundo da fala dos apresentadores e envolvendo o telespectador. A vinheta ainda se repete antes e depois dos intervalos e ao fim do programa, junto aos créditos. Com exceção deste recurso, o que protagoniza as enunciações são as vozes dos apresentadores e dos repórteres que narram as matérias ao vivo ou em *off*.

⁴⁸ Print Screen Repórter Brasil, 09 ago. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/thiago-flausino-dor-e-revolta-no-enterro-do-adolescente-no-rio>. Acesso em: 14. mar 2024.

Um outro recurso sonoro que faz parte da identidade sonora do programa é o tradicional “Boa Noite”, utilizado desde a criação do telejornal, como uma forma dos apresentadores se despedirem do público. Segundo consta no Memória Globo (2022), a mensagem de despedida foi repetida por Cid Moreira, antigo âncora do telejornal, cerca de 8 mil vezes. Atualmente, o “bordão” continua fazendo parte da identidade do programa.

Estendendo a análise para o *Repórter Brasil*, tem-se uma utilização de recursos sonoros semelhantes ao JN. A vinheta é o principal elemento da identidade sonora e também está presente no início de programa, servindo de fundo musical para a apresentação das notícias do dia e presente, ainda, antes e após os intervalos e ao final, na despedida dos apresentadores e durante os créditos. Com as mudanças anunciadas no segundo semestre de 2023, a música da vinheta mudou, entretanto, a sua aplicação continuou sendo a mesma. Ainda demonstrando semelhanças ao JN, as vozes dos âncoras e repórteres representam os sons de presença predominante.

Para além da vinheta principal, ainda foi identificada mais uma marca sonora aplicada na abertura de um quadro voltado para a apresentação de informações sobre as eleições de 2022. Também percebeu-se a utilização de recursos de som, como músicas, nas séries exibidas pelo telejornal. Por possuírem um estilo documental, a aplicação musical faz parte dessas narrativas como forma de envolver o espectador e dramatizar o conteúdo, como feito na já mencionada série sobre violência policial, exibida pelo RB em dezembro de 2023.

5.3.6 Edição

A aplicação da categoria *Edição* exigiu um olhar mais específico para o conteúdo das matérias, especialmente por estar relacionada à produção de sentido a partir da combinação de texto verbal e imagens. Para tanto, ao invés de considerar os telejornais a partir de uma visão mais abrangente, como nos tópicos anteriores, analisamos especificamente a amostra de 15 notícias que compõem o *corpus* deste trabalho, já explicitadas anteriormente no Quadro 1.

Foi assim que chegamos ao diagnóstico de que, ambos os jornais, contam com tímidas intervenções no processo de montagem das notícias. Especificamente no *Jornal Nacional*, na reportagem sobre o músico negro preso injustamente pela segunda vez no Rio de Janeiro, transmitida no dia 24 de agosto de 2022, a narrativa jornalística trouxe a imagem de outras duas vítimas que enfrentaram situações semelhantes (Figura 14), ao passo que a narração do

repórter dizia: “outros dois brasileiros negros que passaram pela mesma situação absurda. Nos três casos a única prova apresentada pela polícia civil foi uma foto”.

Figura 14: Trecho de reportagem do Jornal Nacional sobre músico preso injustamente



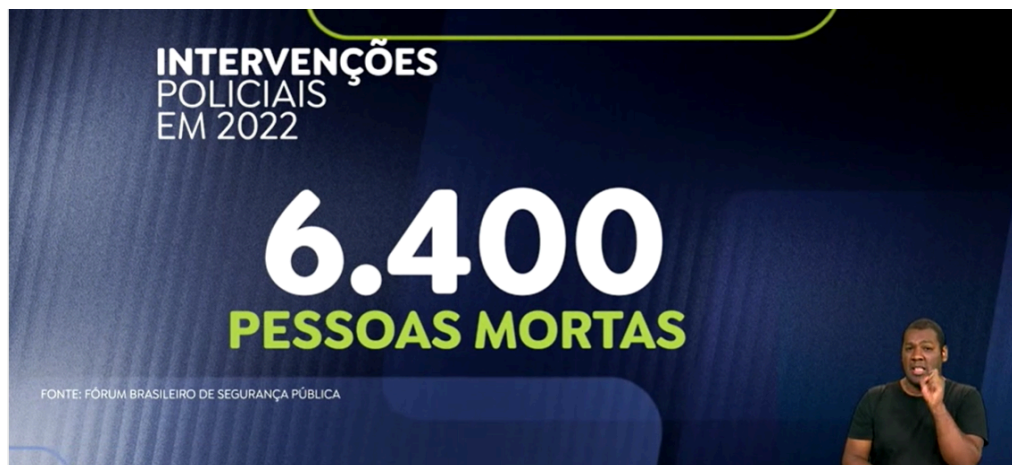
Fonte: Globoplay, 24 ago. 2022⁴⁹.

No caso mencionado, a exibição de indivíduos que passaram por injustiças semelhantes ao músico demonstra a recorrência da problemática e reitera que aquele caso não é uma exceção. Além disso, ao optar pela expressão “situação absurda” em sua construção discursiva, o JN demonstra, de certa forma, solidariedade com a vítima e indignação com o acontecimento. Entretanto, pela baixa ocorrência de falas como esta, é difícil afirmar que o JN tenha assumido uma mediação de caráter mais humanizado.

Já no *Repórter Brasil*, a única reportagem em que recursos de edição foram aplicados de forma relevante no processo de construção de sentido foi a da morte do jovem Thiago Flausino, veiculada no dia 09 de agosto de 2023. Na ocasião, o telejornal trouxe dados do Fórum de Segurança Pública que revelam o número de pessoas mortas em intervenções policiais no ano de 2023 (Figura 15).

⁴⁹ Print Screen Jornal Nacional, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10879093/>. Acesso em: 20. mar 2024.

Figura 15: Trecho da reportagem do Repórter Brasil sobre a morte de Thiago Flausino



Fonte: TV Brasil, 09 ago 2023⁵⁰.

A informação aparece em formato de *lettering* no meio da reportagem e acaba comunicando que o caso de Thiago Flausino não foi excepcional, reafirmando o elevado número de mortes em intervenções policiais através de dados concretos.

5.4 Análise qualitativa

Assim como no tópico *Edição*, direcionamos o foco, em toda a análise qualitativa, para as notícias consideradas aptas para compor amostra final desta pesquisa, ou seja, aquelas de violência policial contra indivíduos negros. O olhar mais apurado sobre as narrativas permitiu uma aplicação mais efetiva dos princípios de enunciação.

5.4.1 Fragmentação

Como já explicitado anteriormente, o princípio de *Fragmentação* está relacionado ao caráter enxuto e objetivo frequentemente aplicado à programação televisiva, fazendo com que os assuntos não sejam tratados de forma aprofundada. Esta categoria de análise é a mais relevante para esta pesquisa, já que o que debatemos prioritariamente aqui é a necessidade de

⁵⁰ Print Screen Repórter Brasil, 09 ago. 2023. Disponível em:

<https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/thiago-flausino-dor-e-revolta-no-enterro-do-adolescente-no-rio>. Acesso em: 21. mar 2024.

contextualização e aprofundamento nas notícias sobre violência policial, especialmente aquelas que têm como vítimas pessoas negras.

Como explica Becker (2012) na própria elaboração do método aqui utilizado,

a curta duração de cada unidade informativa nem sempre permite que se compreenda o fenômeno noticiado em toda a sua complexidade. Isso ocorre também porque as notícias são apresentadas como um mosaico, não oferecendo a oportunidade de realizar interligações indispensáveis para a correta apreensão dos problemas e conflitos sociais (Becker, 2012, p.244).

A partir desta percepção, iniciamos a análise do princípio de *Fragmentação* observando o tempo de duração de cada uma das 14 notícias da amostra. Entre as 7 notícias do *Jornal Nacional* consideradas aptas para este estudo, duas chamaram a atenção pelo seu tempo reduzido, de cerca de 35 segundos. Entretanto, as outras cinco tiveram uma duração mínima de 3 minutos, chegando ao tempo máximo de 3 minutos e 45 segundos.

Considerando o contexto televisivo e a superficialidade com que por vezes os assuntos são tratados, o tempo de mais de 3 minutos dessas últimas cinco notícias mencionadas cria uma certa expectativa de uma cobertura mais complexa e contextualizada, que abranja o debate sobre violência policial de modo mais efetivo. Entretanto, dentre todas as 7 notícias da amostra, nenhuma delas fez uso da palavra “racismo”, mesmo que todas elas apresentem um recorte a respeito da raça das vítimas. Ou seja, embora os enunciadores tragam a questão racial como uma informação prioritária, na maioria das vezes ainda no início da matéria, não há uma contextualização que identifique os casos de violência enquanto consequentes da ação racista da polícia.

Da amostra total de notícias do *Jornal Nacional* analisadas, notou-se o levantamento de questões relacionadas ao debate racial em três momentos, mas em nenhum deles a discussão aparece como um posicionamento do próprio telejornal. A primeira ocorrência foi identificada na notícia a respeito da morte de um homem negro, confundido com um ladrão por seu vizinho, sargento da Marinha⁵¹. Em entrevista ao JN, a irmã da vítima questiona se o mesmo teria acontecido caso o seu irmão fosse um homem branco. Ela ainda questiona: “mais um preto morto e vai ficar por isso mesmo?”. Já a esposa, em entrevista concedida via ligação

⁵¹ Sargento da Marinha mata vizinho negro, no RJ, e diz que o confundiu com bandido. 03 fev. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10269440/>.

telefônica, por medo de ser identificada, diz: “mesmo ele falando que era vizinho, ele foi assassinado. Ele era preto, mas era trabalhador. Ele não merecia morrer desse jeito”.

A segunda ocorrência em que a questão racial foi levantada foi na já mencionada matéria a respeito do músico negro preso injustamente, pela segunda vez, por ter sido confundido com um criminoso⁵². Em sua entrevista, a vítima, presa pela Polícia Civil a partir do uso de uma foto como única prova, levanta: “eles devem ter entrado na internet e procurado uma foto de qualquer um que é negro e me achou”. Entre suas queixas de indignação, o músico ainda afirma: “a gente que é de comunidade, já sabe como é que é, a gente de cor, de comunidade, já sabe como é que é. Nossa vida já é difícil, aí eu estudei a vida toda pra não passar por essa situação, agora eu passo pela segunda vez. Até quando eu vou ter que provar que eu não sou bandido?”.

A última das ocorrências se deu em uma reportagem sobre a morte de Amarildo, desaparecido após ser detido na porta de casa na Favela da Rocinha em 2013⁵³. Desta vez, a fala que relaciona a violência policial às questões raciais foi proferida pelo próprio apresentador William Bonner. Entretanto, a frase que diz “o relator Rogério Schietti afirmou que o caso é emblemático da violência policial contra a população preta e periférica do Rio de Janeiro”, foi proferida em terceira pessoa e, por este motivo, não indica um posicionamento do JN, mas apenas um repasse da opinião do relator.

Estendendo a análise para o tempo de duração das 8 notícias do *Repórter Brasil* consideradas aptas para esta análise, identificou-se uma intensa variação das unidades informativas e, de modo geral, notícias mais curtas que as do JN. Da amostra total, as notícias tiveram, em ordem crescente: 36 segundos, 39 segundos, 53 segundos, 1 minuto e 21 segundos, 1 minuto e 50 segundos, 1 minuto e 58 segundos, 2 minutos e 24 segundos e 2 minutos e 53 segundos.

Dentre estas 8 notícias, 3 delas fizeram uso do termo “racismo”. Na primeira das ocorrências, a palavra “racismo” aparece de forma circunstancial. Isso porque a própria vítima, um jovem negro, denunciou a polícia por racismo. Por este motivo, a chamada da notícia destaca: “Denúncia de racismo: BPTur vai apurar conduta dos policiais”⁵⁴. Assim

⁵² Músico negro preso injustamente há dois anos volta a ser detido no RJ sem ter cometido crime algum. 24 ago. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10879093/>.

⁵³ 6ª Turma do STJ aumenta penas de PMs condenados pela morte de Amarildo 22 ago. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/11885847/>.

⁵⁴ Denúncia de racismo: BPTur vai apurar conduta dos policiais. 23 set. 2022. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2022/09/denuncia-de-racismo-bptur-vai-apurar-conduta-dos-policiais>

como no JN, a abordagem do termo não implicou num posicionamento do próprio telejornal. Entretanto, como forma de complexificar a reportagem, o RB complementa: “nos últimos dias foram registrados três casos de injúria racial na cidade”. Logo em seguida, são apresentados dois casos que configuram injúria, mas não foram praticados por policiais.

A segunda ocorrência do uso da palavra aconteceu de modo semelhante a anterior, sendo também circunstancial. Ao noticiar que um caso de “perfilamento racial” está sendo julgado pelo STF, a jornalista Katiuscia Neri explica que “o julgamento envolve uma discussão sobre racismo em ações policiais”⁵⁵. Ao que parece, o uso do termo é feito, inicialmente, como uma forma de explicar o termo “perfilamento racial”, que não é muito usual. Nesta mesma notícia, ainda é utilizado o termo “racismo estrutural” por duas vezes, proferidos pela repórter Selma Dias, mas também em terceira pessoa, em referência às falas do relator e de um dos ministros que participaram do julgamento.

A última ocorrência do termo “racismo” foi identificada na notícia a respeito de um homem negro que foi amarrado pelas mãos e pés em uma abordagem policial⁵⁶. Na reportagem, o Pe. Júlio Lancellotti, referência na luta contra a aporofobia⁵⁷, aparece como comentarista, trazendo suas percepções sobre a ação truculenta da polícia. Como demonstra a Figura 16, o texto de apoio utilizado na reportagem reforça que este é um posicionamento do comentarista, e não do próprio programa.

⁵⁵ STF julga caso que envolve “perfilamento racial”. 02 mar. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/03/stf-julga-caso-que-envolve-perfilamento-racial>.

⁵⁶ Policiais amarram homem negro durante abordagem. 07 jun. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/06/policiais-amarram-homem-negro-durante-abordagem>.

⁵⁷ Rejeição ou aversão aos pobres.

Figura 16: Trecho da participação do Pe. Júlio Lancellotti no Repórter Brasil



Fonte: Tv Brasil, 07 de junho de 2023⁵⁸.

Esta mesma notícia ainda foi comentada por um advogado em Direitos Humanos, que afirma que a conduta dos policiais remete aos métodos de tortura utilizados no Brasil Colonial. Apesar de fazer referência ao período da escravização, o advogado não faz uso da palavra “racismo”. Este mesmo caso foi noticiado novamente no dia seguinte pelo RB e, na ocasião, a matéria trouxe uma fala da Deputada Estadual Paula Nunes (PSOL), feita na Assembleia Legislativa, também defendendo que a cena do homem amarrado lembra o período da escravidão, mas ainda sem fazer uso do termo “racismo”.

Finalizando a análise da categoria *Fragmentação*, apuramos que dentre as 15 notícias, o termo racismo apareceu apenas 3 vezes, todas elas no *Repórter Brasil*. Para além do uso do termo, questões raciais foram abordadas em 7 das 15 notícias, sendo 3 do JN e 4 do RB, mas nunca como uma iniciativa de enunciação dos próprios telejornais, ou seja, sempre partindo da participação de comentadores, de vítimas ou de familiares entrevistados e, por fim, em alusão à fala de terceiros. Isso nos traz a percepção de que, de modo geral, a especificação racial das vítimas nas notícias não implicou, necessariamente, que o debate racial fosse abordado.

⁵⁸ Print Screen Repórter Brasil, 07 jun. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/06/policiais-amarram-homem-negro-durante-abordagem>. Acesso em: 20. mar 2024.

A partir deste diagnóstico, faz-se importante questionar: o que o recorte racial presente nestas notícias busca? A quem serve? Problematicamos aqui que ao invés de promover informação e conscientização sobre o racismo, a especificação da cor das vítimas pode estar contribuindo para a estereotipação da imagem do negro como delinquente e marginal, assim como oferecendo uma representação única e que condene a população racializada a criminalidade.

5.4.2 Dramatização

No que diz respeito ao princípio de *Dramatização*, o *Jornal Nacional* utiliza alguns recursos que acabam envolvendo sua audiência e apagando as fronteiras entre o que é ficção e o que é real. Referindo-se aos recursos visuais, foram identificadas diversas cenas que mostram os locais em que os atos de violência foram cometidos, algumas vezes apresentando estilhaços deixados pela ação policial, recortes que demonstram de perto o rosto das vítimas (Figura 14) e até mesmo cenas ficcionais, como utilizado no já mencionado caso do músico negro preso injustamente, que exhibe ferrolhos e cadeados, como forma de remeter à prisão. Em determinados momentos estas imagens aparecem em câmera lenta, com a voz do repórter ao fundo, narrando o acontecimento em detalhes⁵⁹.

Um outro recurso que contribui fortemente para a *Dramatização* das notícias é o depoimento de familiares, amigos e pessoas próximas às vítimas, muitas vezes profundamente emocionados, enquanto reforçam o quanto aquele ato de violência foi praticado de forma injusta. Em alguns casos, estes entes próximos aparecem enterrando os corpos das vítimas, enquanto choram ao lado do caixão. Quando a ação não é letal, os depoimentos das próprias vítimas acabam servindo de recursos para dramatizar a reportagem.

De modo menos dramatizado, mas ainda envolvendo o telespectador, a maior parte das notícias conta com imagens dos próprios acontecimentos, feitas por câmeras de segurança ou gravadas por testemunhas em seus celulares. Em alguns destes vídeos, ouvem-se gritos desesperados de familiares e pessoas presentes, enquanto as vítimas são violentadas pela polícia.

⁵⁹ Músico negro preso injustamente há dois anos volta a ser detido no RJ sem ter cometido crime algum. 24 ago. 2022. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/10879093/>.

Estendendo a análise para o *Repórter Brasil*, os recursos que proporcionam a *Dramatização* das notícias não parecem ser muito utilizados. De modo geral, as reportagens contam apenas com imagens dos próprios acontecimentos, também gravadas por câmeras de segurança ou testemunhas presentes nos locais. De modo excepcional, apenas uma das 8 notícias trouxe depoimentos de familiares emocionados e imagens de um protesto que pedia por justiça⁶⁰.

5.4.3 Definição de Identidades e Valores

Finalizando a análise qualitativa com o princípio de *Definição de Identidades e Valores*, identificou-se um comportamento bastante semelhante nos dois telejornais analisados. Utilizando a violência policial como o principal conflito nacional que guiou esta análise, chegamos à conclusão que os principais enunciadores do programa, ou seja, os jornalistas, acabam realizando a cobertura de mais factual e objetiva, não existindo marcas enunciativas em primeira pessoa que julguem ou qualifiquem estes casos enquanto racistas.

Deste modo, a *Definição de Identidades e Valores* acontece, predominantemente, a partir da enunciação dos comentaristas, das familiares entrevistados e, em alguns casos, das próprias vítimas, que ao trazer o debate racial para a reportagem, ainda que de modo sutil, acabam atribuindo um determinado valor a ação policial, ou seja, assumindo que ela ocorre de modo diferenciado quando os indivíduos abordados são negros.

5.5 Interpretação dos resultados

A combinação das análises quantitativa e qualitativa proporcionaram uma visão minuciosa acerca do *Jornal Nacional* e do *Repórter Brasil*. As categorias de análise quantitativa revelaram algumas dimensões mais objetivas, mas que são essenciais para que os telejornais sejam compreendidos de modo global e, enfim, possam ser comparados. Já os princípios de enunciação, que compõem a análise qualitativa, revelaram com mais detalhes o tratamento que os dois produtos oferecem à cobertura sobre violência policial e se esta costuma ser relacionada à pauta racial, sendo este o principal foco desta pesquisa.

⁶⁰ Thiago Flausino: dor e revolta no enterro do adolescente no Rio. 09 ago. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/thiago-flausino-dor-e-revolta-no-enterro-do-adolescente-no-ri>

De modo geral o que se detectou, em ambos os telejornais, foi uma cobertura bastante sucinta e objetiva, características enunciadas pelos brasileiros como uma das principais qualidades do jornalismo (Coimbra, 2001). Mesmo nas notícias com tempo de duração mais significativo, a cobertura dedica-se somente a trazer evidências que exponham o ocorrido, mas sem contextualizar a temática da violência utilizando dados ou a partir de comentários de especialistas no assunto, um problema que se acentua ainda mais nas notícias de curta duração.

Como já mencionado, há uma semelhança no que se refere ao volume de notícias sobre violência policial veiculadas pelos dois telejornais. Entretanto, o *Repórter Brasil* se destaca, principalmente a partir do segundo semestre de 2023, pelo volume de notícias que abordam a violência policial de modo não circunstancial e sem se referir a casos com vítimas ocasionais, mas trazendo informações e dados sobre esta problemática de modo a conscientizar sua audiência e promover o conhecimento sobre esta relevante questão social.

Este posicionamento aparenta ser uma das mudanças propostas pelo programa entre a série de alterações feitas no segundo semestre de 2023, momento em que a emissora se comprometeu com o fortalecimento do jornalismo público. Sobre este ponto, é válido destacar que a única notícia da amostra final que foi transmitida dentro do período em que as mudanças foram anunciadas, já demonstrou alguns pontos de melhoria em relação às demais. Apesar de não fazer uso do termo “racismo”, a notícia veiculada no dia 09 de agosto de 2023, sobre a morte do jovem negro Thiago Flausino, ocorrida em uma operação policial, não só trouxe dados concretos sobre mortes em operações policiais que refletem o uso abusivo da força, como também foi sucedida por uma outra matéria, de mais de 3 minutos de duração, com a participação de uma advogada especialista no assunto. Na ocasião, ela foi entrevistada pelos apresentadores que, em suas perguntas, abordaram questões como o processo de formação dos policiais. Neste espaço, a comentadora especialista pode se aprofundar um pouco mais a respeito das dinâmicas de segurança pública do país, trazendo até mesmo os recortes de raça e classe, tão essenciais.

Entretanto, analisando a amostra por completo, não se pode afirmar que nenhum dos dois telejornais conduziram de modo satisfatório debates sobre a questão racial que promovessem a conscientização do público sobre o assunto. Ao contrário, embora as 15 reportagens analisadas apresentem recorte racial, trazendo a raça das vítimas como informação prioritária, apenas 3 delas utilizaram o termo “racismo”, que aparece de modo

circunstancial ou em terceira pessoa. Ainda sobre este ponto, as 7 notícias que apresentam resquícios de um debate racial, tiveram as próprias vítimas ou seus familiares como enunciadorees do tema.

É evidente que o espaço oferecido aos demais enunciadorees, como as vítimas e seus parentes que aparecem na posição de entrevistados, possui relevância no fomento ao debate sobre racismo. Entretanto, isto de forma alguma é suficiente pois, o que se espera, é que o levantamento das discussões que permeiam o racismo seja realizada como um posicionamento dos próprios telejornais. Sobre este ponto, cabe aos jornalistas apresentadores utilizarem sua credibilidade e seu poder de enunciação para aprofundar a cobertura desses casos e trazer dimensões relevantes, como o racismo, para o debate sobre segurança pública. Afinal, um problema só pode ser combatido a partir do reconhecimento de sua existência.

E por falar em poder de enunciação, a ausência de jornalistas negros também chamou atenção nos dois produtos analisados. Sobre isso, reitera-se que a presença de enunciadorees racializados é essencial para a cobertura crítica que esta pesquisa propões, pois, como explica Sodré (1998), a ausência de profissionais negros na mídia é um dos fatores que produz uma indiferença profissional, atrelada a dessensibilização a respeito dos problemas raciais, contribuindo para o racismo midiático.

Ainda é válido ressaltar que seria ingênuo assumir que profissionais negros não possam corroborar com o pacto da branquitude, porque este não apenas podem, como muitas vezes o fazem. Entretanto, sabe-se também que é muito mais provável que jornalistas racializados produzam um jornalismo que aborde as questões da população negra de maneira mais representativa e menos estereotipada, do que os jornalistas brancos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi desenvolvida com a proposta de realizar uma análise detalhada a respeito das notícias que abordam os tão recorrentes casos de violência policial contra a população negra brasileira. Em cumprimento aos objetivos traçados, realizamos um estudo bibliográfico que se iniciou com o resgate dos diversos fatos históricos que moldaram a história do país, focando especialmente nas relações raciais e buscando levantar a compreensão sobre o racismo a partir de diferentes dimensões. De forma prioritária, também discorremos sobre o modo violento com que as forças de segurança públicas do Brasil atuam, refletindo sobre como as heranças do período de escravização, especialmente a desigualdade e a hierarquização racial, se manifestam no trabalho das polícias. Dando sequência à fundamentação, relacionamos todo o debate sobre raça e segurança pública a uma das principais instituições do mundo: a mídia. Neste momento, abordamos o conceito de *branquitude* (Bento, 2002) como uma ferramenta essencial para compreender o processo de produção jornalística a partir das relações de poder e privilégio, incluindo na discussão as nuances de representação do negro na televisão.

Após o levantamento de conceitos e discussões essenciais para o pleno desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a *Análise Televisual*, uma proposta metodológica realizada por Becker (2005, 2012), para nos debruçar sobre dois dos principais telejornais brasileiros: o *Jornal Nacional*, programa da TV Globo, a maior emissora privada do país, e o *Repórter Brasil*, vinculado a TV Brasil, principal emissora pública. As categorias delineadas por este percurso metodológico permitiram a análise de diversas questões que vão além das estratégias de comunicação e fatores discursivos ou representacionais, considerando também elementos históricos e culturais e os contextos de produção, em atendimento aos preceitos dos Estudos Culturais, abordagem escolhida para o desenvolvimento deste estudo.

Os resultados elaborados a partir da análise das 15 notícias consideradas aptas para a amostra final, revelaram a existência de uma cobertura rasa, descontextualizada e, principalmente, omissa e descomprometida com os temas de interesse dos grupos subalternizados. Por sua vez, embora tenha sido abordada em determinados momentos, a questão racial se apresentou de modo limitado e, até mesmo, negligenciado, como bem demonstra as notícias que trazem a raça das vítimas como uma das suas principais informações, mas que evita o uso da palavra "racismo" e, ainda, não promove, como

posicionamento do próprio telejornal, debates sobre a questão racial que conscientizem a audiência.

A ausência de uma produção jornalística que “dê nome às coisas” é um debate amplo e cheio de capilaridades. Através do presente diagnóstico, seria precipitado afirmar se a falta de posicionamento, quando o assunto é racismo, acontece por receio dos enunciadores, por “medo” de desagradar o seu público ou as estruturas de poder a quem possam servir, ou de forma proposital, por orientação de quem ocupa os cargos de poder dentro do processo de produção da notícia. Entretanto, o fato é que os resultados aqui encontrados conduzem à percepção de que os processos de produção jornalística são realizados pelo que Bento (2002) chama de agentes da exclusão moral, especialmente pela ausência de compromisso e pelo seu distanciamento psicológico em relação aos excluídos.

Estes referidos processos de exclusão são marcados, ainda, por uma relação dialógica na qual, segundo Bento (2002, p.31.), há “por um lado a estigmatização de um grupo como perdedor, e a omissão diante da violência que o atinge; por outro lado, um silêncio suspeito em torno do grupo que pratica a violência racial e dela se beneficia, concreta ou simbolicamente”. Estas práticas de silenciamento e de omissão, além da distorção do papel do branco frente às situações de desigualdade racial brasileiras, são pautadas, para Bento (2002), por um forte componente narcísico e de autopreservação, especialmente por estar atrelada a um investimento no posicionamento deste grupo enquanto referência da condição humana.

A autora ainda reforça que nas raras vezes em que os indivíduos brancos voltam-se para as questões raciais, tendem a enxergá-las como um problema da população negra, e não como uma questão que envolve a todos. É neste contexto que a branquitude enxerga o trabalho anti-racista como um ato de compaixão ao outro (Bento, 2002).

Referindo-se especificamente à prática jornalística, Lago (2010) explica que dentre o leque de principais valores deste campo está sua responsabilidade social, que, por sua vez, está ligada a princípios como interesse público, democracia e cidadania. Entretanto a autora explica que para que esta tarefa seja cumprida de modo efetivo é preciso muito mais do que a fórmula que propõe a exposição de diferentes pontos de vista sobre um determinado tema pois, a noção de pluralismo é bem mais complexa que a simples diversidade de opiniões, estando mais intimamente ligada ao ato de contemplar e incorporar o Outro, sem reducionismo ou estereótipos. Tal tarefa apresenta-se como desafiadora não apenas por uma impossibilidade estrutural do campo, mas também pela própria formação dos jornalistas.

Ainda assim, durante o processo de conclusão deste trabalho, um caso nos mostrou que a realização de uma cobertura jornalística nesses conformes não é impossível. Especificamente no dia 04 de março de 2023, nos chamou a atenção uma das notícias relacionadas ao caso de um entregador negro que foi baleado na Zona Oeste do Rio de Janeiro por um PM, que se recusou a descer do seu apartamento para pegar, na portaria do prédio, o lanche que tinha pedido via aplicativo. Na ocasião, o entregador Nilton Ramon de Oliveira também recusou-se a subir para fazer a entrega, já que, segundo a própria plataforma de *delivery on-line* para qual presta serviço, o pedido deve ser entregue no primeiro ponto de contato, neste caso, na portaria.

Este acontecimento foi apenas um dentre tantos outros que ocorreram durante o período em que a presente pesquisa foi realizada e que acabaram atravessando este fazer científico, às vezes motivando o enfrentamento que propomos com este trabalho e, em outras, causando desânimo e angústia, motivados pela recorrência e naturalização desta forma violência que parece não ter solução. Entretanto, o caso de Nilton nos despertou um olhar atento pela cobertura idealizada pela jornalista Aline Midlej no Jornal das Dez (J10), da *Globonews*, canal de notícias do grupo *Globo*. Nas palavras de Midley, o caso representou

puro suco de elitismo classista brasileiro. Autoritarismo raiz. Um dos aspectos mais fortes e indignos da identidade nacional que se forjou ao longo da história do Brasil, desde lá atrás. Uma sociedade construída e que "evoluiu" com base em privilégios injustos, onde algum poder aquisitivo, algum 'poder' constituído - nem precisa tanto - ainda gera um sentimento de superioridade que faz a pessoa realmente acreditar que ela pode falar e fazer o que quiser com o outro, que nada significa, nada representa, a não ser, um incômodo pro seu conforto."Como um entregador, simplesmente, não trouxe meu lanche até a porta da minha casa? Quem ele pensa que é?," Quanto preconceito e pequenez ainda se encaixam tão bem na cultura brasileira? E quanto mais caberá, já que o cabo Roy Martins Cavalcanti deve estar neste momento na sua casa, sem seu lanche, mas na sua casa, com sua arma de volta à cintura, e provavelmente com a certeza de que agiu corretamente, em legítima defesa. Enquanto isso, Nilton Ramon Barromeu de Oliveira, um menino preto, periférico, trabalhador, está no hospital, lutando pra sobreviver porque escolheu se fazer respeitar. Apenas seguiu uma norma que estava ali para ser seguida. E assim vamos vivendo numa sociedade adoecida pela discriminação e a falta de limites. Estamos todos doentes (Midley, 2024, *on-line*).

Em seu discurso, Midlej aborda questões sobre desigualdade, preconceito, discriminação e autoritarismo. Talvez este seja um bom exemplo do que falta ao jornalismo: alteridade, um olhar inclusivo, humanizado ou, usando as palavras de Lago (2010, p.175), "um contaminar pela possibilidade de entender e acolher visões de mundo radicalmente

diferentes daquelas fruto das projeções sobre o público ideal (as camadas médias e altas urbanas)”.

Uma cobertura jornalística bem posicionada não só tem o potencial de conscientizar sua audiência a respeito das problemáticas que atravessam os grupos subalternizados da sociedade, como também funciona como um espaço de enfrentamento. Em casos como o mencionado, ela ainda se faz significativamente relevante quando se considera que os estereótipos que nos exibem sempre em contextos de violência e criminalidade, reforçam fortemente os estereótipos de que somos bandidos.

A falta de diversidade nas narrativas apresentadas, assim como a ausência de representação da população negra em contextos que extrapolam os setores da violência e segurança pública, nos condenam a uma história única. Por isso, como pontua hooks (2019), o rompimento com os modelos hegemônicos de ver, pensar e ser que dificultam a capacidade de nos vermos em outras perspectivas é tarefa fundamental dos pensadores negros críticos e, incluimos aqui, dos aliados no combate ao racismo.

A luta por representatividade inclui, em seu cerne, a nomeação das nossas dores e dos problemas que nos cercam, pois, nas palavras de hooks (2019), “sem uma forma de nomear a nossa dor, nós também não temos palavras para articular nosso prazer”. Sobre este ponto, assumimos, junto a Bento (2002), que o silêncio não se configura apenas com o não-dito, mas também através de tudo que é apagado e colocado de lado, neste caso, pelo pacto da branquitude.

7 REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, Hanrrikson de. **Pela reeleição, Planalto eleva gasto em publicidade na Globo em 75% em 2022**. Notícias UOL. 04 jul. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/07/04/por-reeleicao-planalto-volta-a-globo-e-dobra-gasto-com-publicidade-na-tv.htm#:~:text=O%20governo%20optou%20por%20uma,a%20menos%20do%20que%202019>. Acesso em: 03 abr. 2024.

ARAÚJO, Joel Zito. **Onde está o negro na TV pública?** Fundação Cultural Palmares, 2007. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/sites/000/2/download/pesqtv.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

BECKER, Beatriz. **A linguagem do telejornal: um estudo da cobertura dos 500 anos do descobrimento do Brasil**. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/54>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BECKER, Beatriz. **Análise Televisual Convergente: um procedimento metodológico para leitura crítica dos processos comunicativos de telejornais e programas televisivos**. São Paulo: Galaxia, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/VRfXJsPFN8F7G45zgY5XRLH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BECKER, Beatriz. **Jornal Nacional: estratégias e desafios no seu cinquentenário**. Rio de Janeiro: Alceu, 2020. Disponível em: <https://revistaalceu.com.puc-rio.br/alceu/article/view/54>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BECKER, Beatriz. **Mídia e jornalismo como formas de conhecimento: uma metodologia para leitura crítica das narrativas jornalísticas audiovisuais**. São Paulo: Matrizes, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38335/41197>. Acesso em: 2 ago. 2023.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas relações empresariais e no poder público**. Orientadora: Iray Carone. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-18062019-181514/publico/bento_do_2002.pdf. Acesso em: 23 jan. 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em massa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Decreto nº 528, de 28 de jun. de 1890**. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/3888093/publicacao/15636460>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BRASIL. **Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. 1850. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=L EI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5 es%20legais. Acesso em: 23 jan 2024.

BUCCI, Eugênio. **É possível fazer televisão pública no Brasil?** Revista Novos Estudos CEBRAP, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/mwpqHGbY5Q8pkWZ3hJK9LHK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 set. 2023.

BUCCI, Eugênio. **Sobre a independência das emissoras públicas no Brasil**. Revista Epitico Online, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epitico/article/view/944/11617https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/iciict/25030/Artigo%202.pdf>. Acesso em: 09 out. 2023.

CAMPOS, Luiz Augusto. **O racismo como sobrevivência: Muniz Sodré e a escravidão**. Nexo Jornal, 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/o-racismo-como-sobrevivencia-muniz-sodre-e-a-escravidao>. Acesso em: 01 abr. 2024.

CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia. **Branquitude: Estudos Sobre a Identidade Branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CARREIRA, Fernanda. **Roleta Interseccional: Proposta Metodológica para análises em comunicação**. Rio de Janeiro: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, 2020. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 31 out. 2023.

CARVALHO, Denise; FREIRE, Maria Teresa; VILAR, Guilherme. **Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil**. Rev Panam Salud Publica, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/rpsp/2012.v31n5/435-438>. Acesso em: 27 set. 2023.

CARVALHO, Igor. Após denúncia do Brasil de Fato, editor-chefe da EBC é demitido por negar ditadura militar. **Brasil de Fato**. 12 out. 2023. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/10/12/apos-denuncia-do-brasil-de-fato-editor-chefe-da-ebc-e-demitido-por-negar-a-ditadura-militar>. Acesso em: 05 mar. 2024.

CENÁRIO. **Memória Globo**. 11 jan. 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/noticia/enarios.ghtml>. Acesso em: 06 mar. 2024.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio: o mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 2001.

CONDEGE. **Relatórios indicam prisões injustas após reconhecimento fotográfico**. 19 de abr. 2021. Disponível em: <https://www.condege.org.br/arquivos/1029#:~:text=De%20acordo%20com%20os%20documentos,conforme%20a%20defini%C3%A7%C3%A3o%20do%20IBGE>. Acesso em: 27 mar. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Tradução: Liane Schneider. Santa Catarina: Estudos Feministas, 2002.

DIAS, Fábio Freitas; DIAS, Felipe da Veiga; MENDONÇA, Tábata Cassenote. **Criminologia midiática e seletividade do sistema penal**. Rio Grande do Sul: Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade, 2013. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/563/2019/09/3-7.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2023.

DOMENICI, Thiago; BARCELOS, Iuri. Negros são mais condenados por tráfico e com menos drogas em São Paulo. **Agência Pública**. 6 mai. 2019. Disponível em: <https://apublica.org/2019/05/negros-sao-mais-condenados-por-trafico-e-com-menos-drogas-e-m-sao-paulo/#Link1>. Acesso em: 25 mar. 2024.

EBC faz estreia do canal Gov. **Repórter Brasil**, 25 de jun. de 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/07/ebc-faz-estreia-do-canal-gov>. Acesso em: 25 jan. 2024.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Somente a verdade**: Manual de jornalismo da EBC. Brasília, 2013. Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf. Acesso em: 22 fev. 2024.

ESTREIA o novo Repórter Brasil, com informação, diversidade e serviços. **TV Brasil**, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2023/08/estreia-o-novo-reporter-brasil-com-informacao-diversidade-e-servicos#:~:text=No%20AR%20em%2007%2F08%2F2023%20%2D%2019%3A00&text=O%20telejornal%20das%20noites%20dos,temas%20do%20interesse%20da%20sociedade>. Acesso em: 25 jan. 2024.

FICHA técnica. **Memória Globo**, 12 de jan. de 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/noticia/ficha-tecnica.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA . **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: 15 ago. de 2023.

FRAGA, Melina Costa Lima; VELOSO, Ana Maria da Conceição. **Em favor da democracia: o jornalismo que resiste**. Intercom: Caruaru, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2016/resumos/R52-2149-2.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

FRENCH, Jan Hoffman. **Repensando a violência policial no Brasil: desmascarando o segredo público da raça**. Revista TOMO 31, 2017. Disponível em: <https://scholarship.richmond.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1055&context=socanth-faculty-publications>. Acesso em: 19 set. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48º ed. São Paulo: Global, 2003.

GOMES, Itana Maria Mota. org. **Metodologia de análise de telejornalismo**. In: Gênero televisivo e modo de endereçamento no telejornalismo [online]. Salvador: EDUFBA, 2011. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/9wgnc/pdf/gomes-9788523211998-02.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

GOMES, Luiz Flávio. **Populismo Penal Midiático: Caso mensalão, mídia disruptiva e direito penal crítico**. In: Luiz Flávio Gomes e Débora de Souza de Almeida. São Paulo: Saraiva, 2013.

GOMES, Marcelo Bolshaw. **Transformando idéias em projetos: um guia para organização de pesquisa em comunicação midiática**. Paraíba: Temática, 2015.

GOMES, Taianne de Lima. **Branquitude: as marcas da opressão no telejornalismo da Bahia, de Mato Grosso do Sul e de Santa Catarina**. Orientadora: Maria Ângela Pavan. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos da Mídia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://acervo.ufrn.br/Record/ri-123456789-49926>. Acesso em: 31 out. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. In: Flavia Rios e Márcia Lima (org.). Por um feminismo afro-latino-americano. Zahar (2020).

HISTÓRIA. **Memória Globo**, 12 de jan. de 2022. Disponível em: <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/jornalismo-e-telejornais/jornal-nacional/historia/noticia/historia.ghtml>. Acesso em: 22 jan. 2024.

HOOKS, bell **Olhares negros: raça e representação**. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Camila M. **A persistência do privilégio da brancura**: notas sobre os desafios na construção da luta antirracista. In: Tânia M. P. Muller & Lourenço Cardoso (org.). *Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

JORNALISTAS & CIA [et al.]. **Perfil racial da imprensa brasileira**. 2021. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/11/pesquisa-perfil-racial-da-imprensa-17-nov-2021.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

JUNIOR, Jeder Janotti; GOMES, Itana Maria Mota. **Comunicação e estudos culturais**. Salvador: EDUFBA, 2011.

MUNANGA, Kabengele. **Prefácio**. In: Tânia M. P. Muller & Lourenço Cardoso (org.). *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. 1. ed. Curitiba: Appris, 2017.

LAGO, Cláudia. **Ensinaamentos Antropológicos**: a possibilidade de apreensão do Outro no jornalismo. Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, 2010. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/253/252>. Acesso em: 06 mar. 2024.

LIMA, Carla Patrícia Serqueira. **Racismo nas trajetórias escolares e profissionais de jornalistas negros**. 2023. Orientadora: Suzy dos Santos. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://www.pos.eco.ufrj.br/site/teses_dissertacoes_interna.php?tease=24. Acesso em: 24 jan. 2024.

LUCAS, Regina Augusto da Silva. **Mobilização antirracista e representatividade pós George Floyd**: um estudo de caso sobre a inédita bancada negra do programa jornalístico Em Pauta. Orientadora: Marli dos Santos. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2022/10/REGINA-AUGUSTO-DA-SILVA-LUCAS.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N-1 edições, 2018.

MIDDLEJ, Aline. **Jornal das Dez (J10)** - Globonews. 04 mar. 2024. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/jornal-das-dez/t/NSWghfyn6w/data/04-03-2024/>. Acesso em: 07 mar. 2024.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

PEREGUM. **Percepções sobre o racismo no Brasil**. 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/07/racismo-no-brasil-ipec-27-jul-2023.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2024.

QUEIROZ, Mariana Amaral de. **Racismo, drogas e necropolítica**: uma análise da violência policial na região metropolitana de Florianópolis. Orientadora: Mara Coelho de Souza Lago. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

RAMOS, Silvia [et al.]. **A cor da violência policial: a bala não erra o alvo**. Rio de Janeiro: CESeC, 2020. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/textodownload/a-cor-da-violencia-policial-a-bala-nao-erra-o-alvo/>. Acesso em: 31 out. 2023.

RAMOS, Silvia [et al.]. **Pele alvo: a cor que a polícia apaga**. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/livro/pele-alvo-a-cor-que-a-policia-apaga/>. Acesso em: 31 out. 2023.

RAMOS, Silvia [et al.]. **Máquina de moer gente preta**. Rio de Janeiro: CESeC, 2022. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/livro/maquina-de-moer-gente-preta-a-responsabilidade-da-branquitude/>. Acesso em: 31 out. 2023.

RONDELLI, Elisabeth. **Dez observações sobre mídia e violência**. São Paulo: Comunicação & Educação, 1996.

RONDELLI, Elisabeth. **Imagens da violência**: práticas discursivas. São Paulo: Tempo Social, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/4tZ4VYCVQPSgLNJ63wR7fvK/?lang=pt>. Acesso em: 04 out. 2023.

ROSSATTO, César Augusto. **A Kakistocracia e a "política pós-verdade" no regime racista, patriarcal e capitalista predatório**: regressão da justiça brasileira e estadunidense com o medo, ódio e crise da identidade branca. In: Tânia M. P. Muller & Lourenço Cardoso (org.). *Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba: Appris, 2017.

SANTOS, Bolívar Kokkonen dos. **Banir ou regular**: reconhecimento facial e racismo nas polícias do berço das big techs. Orientador: Prof. Dr. Evandro Charles Piza Duarte. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=12225881. Acesso em: 27 mar. 2024.

SERRANO, Pascual. **Desinformação**: como os meios de comunicação ocultam o mundo. Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Acsa Roberta Macena da; VELOSO, Ana Maria da Conceição. **Os reflexos de controle e censura no telejornal Repórter Brasil**. Revista Iniciacom, 2019. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/article/view/3270/pdf>. Acesso em: 09 nov. 2023.

SILVA, Priscila Elisabete da. **O conceito de branquitude**: reflexões para o campo de estudo. In: Tânia M. P. Muller & Lourenço Cardoso (org.). *Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil*. 1.ed. Curitiba: Appris, 2017.

SOALHEIRO, Marco. **Repórter Brasil inaugura o jornalismo unificado na TV pública da EBC**. Agência Brasil. 3 dez. 2007. Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-12-03/reporter-brasil-inaugura-jornalismo-unificado-na-tv-publica-da-ebc>. Acesso em: 8 set. 2023.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos**. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOBRE a TV. **TV Brasil**, 22 mai. 2017. Disponível em <https://tvbrasil.ebc.com.br/sobreatv>.

SODRÉ, Muniz. **Sobre imprensa negra**. Lumina - Facom/UFJF, 1998. Disponível em: https://leccufjf.files.wordpress.com/2008/10/sodre-muniz_sobre-a-imprensa-negra.pdf. Acesso em: 02 out. 2023

SODRÉ, Muniz. **O facismo da cor**: Uma radiografia do racismo nacional. Petrópolis: Vozes, 2023.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; BRITO, Lucas Lustosa de. **(Re)existência negra na TV brasileira**: os desafios no combate ao racismo midiático. Esferas, 2020. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/esf/article/view/11918>. Acesso em: 05 out. 2023

TV GLOBO. **Relatório 2022: Jornada ESG**. 2022. Disponível em: https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_181ecc4c353545aaa3c24808d6e5977d/somos-globo/Relat%C3%B3rio%20Jornada%20ESG%20Globo%202022.pdf#page=30. Acesso em: 21 mar. 2024

VELOSO, Ana; MENDONÇA, Fabíola; REBOUÇAS, Edgard. **Políticas de comunicações como reféns de um direito privatizado**. Fortaleza: Intercom, 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-2449-1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2024

VEM pra Globo. **TV Globo**. Disponível em: https://vempraglobo.globo/#pt-BR/sites/CX_5001. Acesso em: 21 mar. 2024

WACQUANT, Loïc. **As prisões da Miséria**. Trad, André Telles. 1999.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A palavra dos mortos**: conferências de criminologia cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.